

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Habitar a beira-rio: narrativas sobre uma cartografia da  
vida ribeirinha a partir de Penedo, AL**

Maceió

2015

Louise Maria Martins Cerqueira

**Habitar a beira-rio: narrativas sobre uma cartografia da  
vida ribeirinha a partir de Penedo, AL**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Maria Angélica da Silva

Maceió  
2015

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

C417h Cerqueira, Louise Maria Martins.  
Habitare a beira-rio: narrativas sobre uma cartografia da vida ribeirinha a partir de Penedo, AL / Louise Maria Martins Cerqueira. – 2015.  
167 f.: il.

Orientadora: Maria Angélica da Silva.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 165-167.

1. Espaço habitado ribeirinho. 2. Rio São Francisco. 3. Patrimônio imaterial.  
4. Cartografia do sensível. 5. História oral. I. Título.

CDU: 728.1(1-22)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

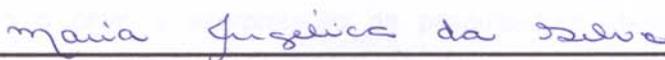
**Louise Maria Martins Cerqueira**

**HABITAR A BEIRA-RIO: NARRATIVAS SOBRE UMA  
CARTOGRAFIA RIBEIRINHA A PARTIR DE PENEDO, AL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em 13 / 05 / 2015

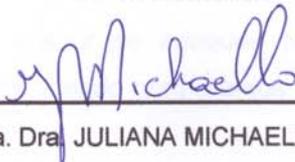
BANCA EXAMINADORA



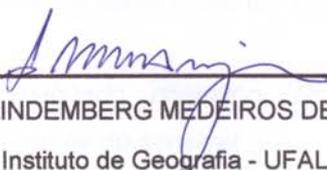
Profa. Dra. MARIA ANGÉLICA DA SILVA  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Profa. Dra. FABIANA DULTRA BRITTO  
Escola de Dança – UFBA



Profa. Dra. JULIANA MICHAELLO MACEDO DIAS  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof. Dr. LINDEMBERG MEDEIROS DE ARAÚJO  
Instituto de Geografia - UFAL

## Resumo

O presente trabalho versa sobre experiências de habitar ribeirinho coletadas no Baixo São Francisco, região atualmente muito fragilizada pelas mudanças no comportamento do rio ocorridas nas últimas décadas. Buscou-se as histórias do cotidiano através da fala desses habitantes, em sua maioria pescadores e mestres de embarcações, mas também observá-los na sua vivência. No que tange aos espaços edificados, uma atenção especial foi dada aos estaleiros, autoconstruções nas margens do rio, que servem de apoio para as atividades ali desenvolvidas.

O procedimento da deriva, bem como a produção de diário de bordo e objetos conceituais, se apresentaram como as ferramentas metodológicas passíveis de captar e traduzir a atmosfera do lugar, auxiliando na sintonização com um universo tão distinto do acadêmico, ao passo em que também influenciaram a forma como a dissertação foi construída.

Assim, uma narrativa sobre o ambiente ribeirinho foi guiada pelo embate da história oral com o olhar e interpretação da pesquisadora, desenvolvida a partir de elementos recortados da paisagem cotidiana dos trabalhadores do rio, e posteriormente explorada através de reflexões cartográficas. Elas foram marcadas por uma desconstrução do mapa tradicional, na qual os conceitos de rizoma, espaço liso e estriado foram chave.

Em tempos em que a discussão do patrimônio imaterial ganha relevo, a vivência com os ribeirinhos permitiu ampliar noções concernentes ao âmbito da arquitetura, descortinando outras formas de construir e apropriar o “espaço habitado”. Esta categoria foi a que melhor se adequou para abordar esse universo maleável, mutável e nem sempre aferido com marcos tangíveis e fixos, que é o do cotidiano ribeirinho.

O trabalho se conclui com a construção de um mapa que busca deslizar para um outro suporte o que a narrativa da dissertação apresentou.

**Palavras-chave:** *espaço habitado ribeirinho, rio São Francisco, patrimônio imaterial, cartografia do sensível.*

## **Abstract**

This study investigates the experiences of the inhabitants of the lower region of the São Francisco River Basin, which has been badly affected by changes in the behaviour of the river in recent decades. An attempt was made to find out about the daily lives of these people who are mostly fishermen and masters of vernacular boats, by having conversations with them and observing their everyday lives. With regard to the construction sites, special attention was given to the dockyards which are makeshift buildings on the waterfront and designed to support the activities carried out there.

The theory of drift, as well as the production of a log book and conceptual objects, served as methodological tools that could be applied to convey and interpret the atmosphere of the place. This made it possible to adapt to a scene that was so different from the academic world, while at the same time, influencing the way that the dissertation was undertaken.

Thus, a narrative about the riverside environment was guided by a confrontation between oral history and the observations and interpretation made by the researcher of the features outlined in the familiar landscape of the workers on the river bank and subsequently explored through cartographic reflections. The study was supplemented by a deconstruction of the traditional map in the concept of the rhizome, where smooth and striated spaces were key features.

In a time when a good deal of discussion has centred on the intangible heritage, experience of the riverside activities has made it possible to broaden our ideas about the sphere of architecture so that other ways of building and appropriating habitable space can be disclosed. The adoption of this category was the means best suited to approach this malleable world which is changeable and does not always allow a survey of the daily life of the riverside to be carried out with tangible and fixed items. The study concludes with the design of a map that seeks to add a further support to what is provided by the narrative of the dissertation.

Key-words: intangible heritage, riverine space, habitable space, sensitive cartography.

# SUMÁRIO

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>15</b>
<b>1. História e cultura do Baixo São Francisco .....</b>	<b>23</b>
1.1. Caminho líquido e seus rastros.....	23
1.1. Um recorte: Penedo ribeirinho .....	33
<b>2. Espaço habitado ribeirinho: abordagens de compreensão .....</b>	<b>44</b>
2.1. Ferramentas de pesquisa: derivar, medir, corporificar .....	44
2.2. Ensaando formas .....	48
2.2.1. Diário de bordo .....	49
2.2.2. Síntese formal.....	52
<b>3. Narrativas: fragmentos da paisagem.....</b>	<b>57</b>
3.1. Questões panorâmicas, elementos recortados.....	57
3.1.1. Rio .....	60
3.1.2. Margem .....	75
3.1.3. Armadilhas de pesca .....	86
3.1.4. Embarcação.....	94
3.1.5. Estaleiro.....	117
<b>4. Sobre representações: formas do universo ribeirinho, mapas do cotidiano</b>	<b>142</b>
4.1. Mapa objeto .....	153
<b>Considerações finais.....</b>	<b>161</b>
<b>Referências .....</b>	<b>165</b>

Dedico esse estudo a todos os trabalhadores ribeirinhos do Baixo São Francisco – os que se dispuseram a conversar comigo, os que observei de longe, e também aqueles com quem nunca cruzei, no espaço ou no tempo.

## Agradecimentos

Durante esses anos de estudo, muito me privei da companhia da minha família, que sempre foi a maior incentivadora do meu desejo de fazer um mestrado. Sou muito sortuda e grata pelas palavras animadoras, pela companhia em algumas viagens de campo, e até pela paciência em que eu concluísse logo essa etapa e voltasse ao convívio.

Agradeço aos amigos por nunca terem desistido de pedir minha presença, mesmo sabendo que a resposta para os convites seria, provavelmente, que meu sábado à noite seria em casa fazendo a dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, a minha gratidão e o meu orgulho. As oportunidades que tive de aprendizado nesses seis anos de convívio certamente me tornaram uma pessoa melhor e me inspira a buscar mais sobre as paisagens e mim mesma.

À Angel, mais que professora orientadora, um exemplo de dedicação, que incansavelmente nos estimula a ir além. Aprendi muito nesses anos de orientações, trabalhos e viagens.

Por fim, agradeço aos ribeirinhos com quem cruzei nesse trabalho, que me emprestaram suas lembranças, me deram seu tempo, mais do que eu pude retribuir, enfim.

## LISTA DE IMAGENS

- Figura 1 e 2: Mestre Pedro no estaleiro em Penedo. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (2010). ..... 18
- Figura 3 e 4: Leonardo Muniz e Mestre Pedro. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .... 20
- Figura 5 e 6: Neidinha e Edna. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .... 20
- Figura 7 e 8: Mestre Lula e Toinho Pescador. Fonte: Louise Cerqueira, 2014; Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010. .... 20
- Figura 9: João Bosco. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .... 20
- Figura 10: vista aérea de Penedo. Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011. .... 23
- Figura 11, 12, 13, 14: Enchentes em Penedo. Fonte: Arquivo Cristina Sanchez, s. d..26
- Figura 15: Canoas de tolda no porto de Penedo. Fonte: Arquivo Cristina Sanchez, s. d.. ..... 27
- Figura 16: canoa de tolda e hidroavião no rio. Fonte:  
<http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8>, s. d..... 27
- Figura 17: ribeirinhos exibindo a pescaria. Fonte: Acervo Fundação Casa do Penedo, s. d.. ..... 28
- Figura 18 e 19: Plantações em Penedo. Fonte: Fundação Casa do Penedo, s. d..... 29
- Figura 20: Canoa de tolda. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, s. d... 31
- Figura 21: Canoa de tolda no São Francisco. Fonte: Arquivo Cristina Sanchez, s. d.. 31
- Figura 22: canoa de tolda. Fonte:  
<http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8> (acessado em 18 de janeiro de 2015, as 1:30h). .... 32
- Figura 23: inauguração da ponte entre Propriá de Porto Real do Colégio. Fonte:  
<http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8> (acessado em 18 de janeiro de 2015, as 1:54). .... 35
- Figura 24 e 25: Planta cadastral e vista aérea mostrando recorte geográfico preliminar. Destacado em vermelho os dois trechos da margem onde são encontrados estaleiros inventariados no INRC. Fonte: Prefeitura de Penedo, 2010 (adaptado pela autora), e Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (adaptado pela autora). .... 37

Figura 26: equipe da viagem pelo rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	39
Figura 27: abrigos na margem de Pão de Açúcar, ponto de encontro para o início da viagem. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	39
Figura 28: foto tirada com Mestre Pedro, ao centro, e João Bosco, à direita. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	40
Figura 29: Mestre Pedro e o estaleiro em que estava morando. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	40
Figura 30, 31 e 32: Mestre Pedro e sua embarcação em miniatura. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	40
Figura 33: localidades visitadas durante viagem pelo rio. Fonte: IBGE, 2014 (adaptado pela autora).....	41
Figura 34, 35: João Bosco, piloto da viagem, e vista do percurso. Fonte: Louise Cerqueira (2014).....	42
Figura 36, 37: estaleiro em Pão de Açúcar, com Mestre Pedro, e estaleiro em Traipu. Fonte: Louise Cerqueira (2014).....	42
Figura 38: as dezessete medidas-base utilizadas em Hong Ha Commune. Fonte: Kobayashi, e Nguyen, 2013. ....	47
Figura 39: vista panorâmica do estaleiro do Mestre Lu, localizado no Barro Vermelho, Penedo. Fonte: Arquivo Estudos da Paisagem, 2011.....	50
Figura 40: vista panorâmica de estaleiro sendo reconstruído no Barro Vermelho, Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	50
Figura 41 e 42: estaleiro demolido e detalhe. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	51
Figura 43: partes do diário de bordo. Fonte: Louise Cerqueira, 2012. ....	52
Figura 44, 45: detalhes da narrativa escrita. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	52
Figura 46 e 47: abrigos na margem perto do porto de Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	53
Figura 48,49: abrigo na margem e interior de estaleiro situado perto do porto, ambos em Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2012 e 2011, respectivamente.....	53
Figura 50 e 51: área externa do estaleiro do Mestre Pedro (hoje, do Mestre Wilson). Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	54
Figura 52, 53, 54 e 55: O objeto-síntese, visto de diferentes ângulos. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.....	56

Figura 56, 57, 58 e 59: Detalhes do objeto. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. ....	56
Figura 60: A cidade de Penedo vista do rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. ....	60
Figura 61: vista do rio no alto. Fonte: Louise Cerqueira, 2010. ....	64
Figura 62 e 63: rio visto de janela em Pão de Açúcar e do convento franciscano de Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2014, e Náíade Alves, 2013. ....	67
Figura 64 e 65: Pedra de São Pedro, situada numa ilha entre Penedo e Santana do São Francisco (Carrapicho). Fonte: Arquivo Estudos da Paisagem. ....	67
Figura 66, 67: o céu na margem de Pão de Açúcar. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .	69
Figura 68 e 69: dois lados de uma mesma embarcação encontrada em Penedo, AL. O nome escrito com as letras espelhadas permite que a leitura se dê de forma correta apenas a partir da visão do barco. Fonte: Louise Cerqueira, 2015. ....	70
Figura 70: proximidades de Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2010. ....	71
Figura 71: garça na beira do rio, Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. ....	72
Figura 72, 73, 74: transporte de produtos. Fonte: Fundação Casa do Penedo. ....	76
Figura 75, 76: ocupação na margem. Fonte: Pierre Verger, 1947 ou 1941. ....	77
Figura 77: feira livre na margem. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1912). ....	78
Figura 78, 79: lavadeiras. Fonte: Fundação Casa do Penedo, s. d.. ....	79
Figura 80, 81: confecção de covo e reparação de embarcação nas margens. Fonte: Louise Cerqueira, 2010. ....	80
Figura 82: margem de Porto Real do Colégio. Fonte: Louise Cerqueira, fevereiro de 2014. ....	81
Figura 83, 84: festa de Bom Jesus dos Navegantes em, aproximadamente, 1945, e em 2012. Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, encontrado em <a href="http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html">http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html</a> (acessado em 2010). ....	82
Figura 85 e 86: festa de Bom Jesus dos Navegantes em 1967 e em 2013. Fonte: <a href="http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html">http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html</a> (acessado em 2010) e Louise Cerqueira, 2013. ....	82
Imagens 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96: diversos chãos das margens em várias localidades do rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2010-2014. ....	84

- Figura 97: “pano latino”, “pano loló” e “traquete”. Fonte: Louise Cerqueira, julho de 2014.  
..... 85
- Figura 98: Rede sendo consertada. Fonte: Luísa Estanislau, Acervo de Pesquisa Estudos da Paisagem..... 87
- Figura 99: pesca próximo à margem de Penedo, nos arredores do estaleiro do Mestre Wilson. Fonte: Louise Cerqueira, 2013..... 88
- Figura 100 e 101: dois jererés artesanais, um com trança de fio de aço, e outro com rede de corda. Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010..... 89
- Figura 102, 103, 104: restos de fogueiras nas margens do rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2012-2014..... 90
- Figura 105: bolinhos de arroz assados. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. .... 90
- Figura 106: Covos sendo amarrados ao lado do estaleiro do Mestre Wilson, em Penedo. Fonte: Louise Cerqueira. .... 92
- Figura 107 e 108: covos. Fonte: Louise Cerqueira, 2012. .... 92
- Figura 109, 110: covos encontrados em um galpão de Penedo, AL. Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010. .... 93
- Figura 111, 112 e 113: covos encontrados em Riacho Velho, Marechal Deodoro – AL (comunidade às margens da Laguna Manguaba), feitos com materiais tradicionais. Encontrei poucos exemplos em Penedo, sem registro fotográfico. Fonte: Louise Cerqueira, 2013.94
- Figura 114: canoa de tolda Luzitânia. Fonte: [https://fbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/t31.0-8/s720x720/965914\\_508910669183657\\_954264349\\_o.jpg](https://fbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/t31.0-8/s720x720/965914_508910669183657_954264349_o.jpg) (acessado em 24 de fevereiro de 2015). .... 96
- Figura 115 e 116: canoas de tolda no rio, em Penedo, e em confecção, em Propriá. Fonte: <http://gazetadepropria.blogspot.com.br/2012/07/pedro-amorim-um-dos-ultimos-mestres.html> (acessado em 09 de maio de 2014). .... 97
- Figura 117: canoa de tolda ancorada na margem. Fonte: Pierre Verger, 1947 ou 1941.97
- Figura 118 e 119: embarcação de travessia entre as margens de Alagoas e Sergipe em Penedo (imagem da direita tirada na ocasião da festa de Bom Jesus dos Navegantes, em dia de procissão). Fonte: Louise Cerqueira, 2013..... 99
- Figura 120: antiga canoa de tolda reformada, fotografada durante a festa de Bom Jesus dos Navegantes. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. .... 99
- Figura 121: balsa partindo de penedo em direção a Neópolis. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.  
..... 100

- Figura 122, 123: canoas abandonadas na margem. Atenção para as cavernas, peças transversais que acompanham o formato curvo da embarcação. Fonte: Louise Cerqueira, 2012..... 100
- Figura 124: João Bosco compara o tamanho da embarcação, encontrada em Ilha do Ouro – SE, com o próprio corpo. Fonte: Louise Cerqueira, fevereiro de 2014..... 101
- Figura 125 e 126: detalhes do trabalho com a junção de madeiras diferentes. Fonte: Louise Cerqueira, 2014..... 101
- Figura 127: embarcação vista de dentro. Fonte: Louise Cerqueira, fevereiro de 2014.102
- Figura 128, 129: barcos de corrida em dia de competição por ocasião da Festa de Bom Jesus dos Navegantes. Fonte: Louise Cerqueira (2013). ..... 103
- Figura 130, 131: embarcações sem rombeação. Fonte: Louise Cerqueira..... 103
- Figura 132 e 133: barco com coberta, adaptado para fazer passeios pelo rio. Fonte: Arquivo Estudos da Paisagem, 2010. .... 104
- Figura 134: embarcações a motor. Fonte: Louise Cerqueira, 2013..... 104
- Figura 135: Mestre Lula e seu colega Américo demonstram alguns dos movimentos corporais realizados durante a navegação a vela, hoje praticamente limitadas às corridas de embarcações realizada durante as celebrações de Bom Jesus dos Navegantes e São Pedro. Fonte: Louise Cerqueira, 2014..... 106
- Figura 136: barcos ancorados na margem, perto do estaleiro construído pelo Mestre Pedro, hoje do Mestre Wilson. Fonte: Louise Cerqueira, 2010. .... 108
- Figura 137: Embarcações ancoradas em Piaçabuçu. No fundo, em madeira com segundo pavimento, a casa de Mestre Lula, acima de seu estaleiro. Fonte: Louise Cerqueira, junho de 2014..... 108
- Figura 138: Gidelson trabalhando no estaleiro do Mestre Lu, em 2010. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010. .... 109
- Figura 139: geometrias e motivos das pinturas das embarcações ao longe do São Francisco. Fonte: Louise Cerqueira, 2010-14. .... 110
- Figura 140 e 141: barcos à margem de Penedo. Fonte: Arquivo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010..... 111
- Figura 142: propaganda e anúncios também são encontrados nas embarcações. Fonte: Arquivo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, novembro de 2010. .... 111
- Figura 143: montagem mostrando um pouco da diversidade de nomes e tipografias de embarcações do rio. Fonte: Louise Cerqueira..... 113

Figura 144: frase de devoção religiosa ganha destaque na vela em fotografia antiga. Fonte: Pierre Verger, 1947 ou 1941.....	114
Figura 145, 146, 147 e 148: embarcações em Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2012-2014 (imagens superiores) e Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.	114
Figura 149, 150, 151, 152, 153 e 154: embarcações no rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2010-2014.....	115
Figura 155: embarcação em Propriá. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	115
Figura 156 e 157: palavras com erros de grafia não são incomuns. Fonte: Louise Cerqueira, 2013.....	116
Figura 158: barcos em Penedo Fonte: Louise Cerqueira, 2013.....	117
Figura 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170: estaleiros em Pão de Açúcar. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	119
Figura 171: Estaleiro em Pão de Açúcar, AL. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	119
Figura 172: Estaleiro em Barra do Ipanema. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	120
Figura 173, 174 e 175: margem e estaleiro em Lagoa Primeira, Gararu – SE. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	120
Figura 176, 177, 178, 179, 180 e 181: estaleiros em Traipu. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	121
Figura 182 e 183: estaleiro em Porto Real do Colégio. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.	122
Figura 184 e 185: estaleiro em Porto Real do Colégio. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.	122
Figura 186 e 187: objetos no estaleiro do Mestre Pedro. Fonte: Louise Cerqueira, 2010.....	123
Figura 188: estaleiro em Pão de Açúcar. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	124
Figura 189: interior do estaleiro em Pão de Açúcar onde o Mestre Pedro estava morando, em fevereiro de 2014. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.....	124
Figura 190, 191 e 192: aparelhos de som nos estaleiros de Pão de Açúcar e Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2014; 2012; 2014.....	125
Figura 193 e 194: descanso em compartimentos do estaleiro do Mestre Pedro. Fonte: Louise Cerqueira, 2013; 2011.....	125
Figura 195, 196: reparo de embarcações. Fonte: Fundação Casa do Penedo, s. d.	128

- Figura 197: reparo de embarcações na margem de Pão de Açúcar (com estaleiro construído nas proximidades) e no estaleiro em Lagoa Primeira. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.128
- Figura 198: banco usado na venda de peixes reaproveitado no espaço aberto do estaleiro do Mestre Pedro. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. .... 135
- Figura 199: escada que serve como atalho do estaleiro do Mestre Pedro para a rua. Antes, era uma escada de madeira solta, que pode ser observada na imagem 49. Fonte: Louise Cerqueira, 2013..... 135
- Figura 200: Refugio em Pão de Açúcar. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .... 136
- Figura 201 e 202: Nos abrigos construídos na margem de Barro Vermelho, o refugio: na coberta, restos de construção; no espaço, mobiliários velhos. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. .... 137
- Figura 203 e 204: objetos pessoais jogados nas margens de Penedo. Fonte: Louise Cerqueira, 2014; 2013..... 137
- Figura 205 e 206: restos de construções usadas na vedação da coberta de um barraco próximo ao estaleiro do Mestre Lu, em Bairro Vermelho. Fonte: Louise Cerqueira, 2013. .... 138
- Figura 207: Montagem com fotografias de gatos encontrados em Piaçabuçu, Penedo e Pão de Açúcar. Fonte: Louise Cerqueira (2010 – 2014). .... 139
- Figura 208: alguns materiais coletados no exercício. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.154
- Figura 209: recortes de embarcações. Fonte: Louise Cerqueira, 2015..... 155
- Figura 210: recortes fotográficos relacionados ao corpo. Fonte: Louise Cerqueira, 2015. .... 156
- Figura 223, 224, 225 e 226: detalhes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015..... 158
- Figura 219, 220, 221 e 222: detalhes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015..... 158
- Figura 217 e 218: montagem com recortes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015. .... 159
- Figura 214: métrica ribeirinha. Fonte: Louise Cerqueira, 2015..... 160
- Figura 215 e 216: montagens. Fonte: Louise Cerqueira, 2015..... 160
- Figura 211, 212 e 213: vistas. Fonte: Louise Cerqueira, 2014. .... 161

## Introdução

Mas minha vida mesmo, eu levei tempo só navegando nesse rio, porque esse rio, eu conheço ele todo. (Mestre Pedro, maio de 2011)

Este trabalho é sobre o espaço, o tempo e a gente ribeirinha – vista, escutada, interpretada. Gente encontrada em Penedo e em várias localidades da parte baixa do rio São Francisco. Não se trata, portanto, do Rio de Integração Nacional, do rio histórico, “barreira” geográfica, ou plano de fundo de muitos povoados e cidade, mas sim um habitado, com caminhos líquidos que correm no espaço, mas que também cruzam dentro de sua gente ribeirinha. Um curso fluvial cujas águas não “alteiam” mais, que hoje só inundam a margem e a cidade de memórias e significados, carinhosamente chamado de Velho Chico. Esse trabalho também é sobre a cidade de Penedo. Aqui não lidamos, entretanto, com Penedo “patrimônio nacional”, de pedra e cal, de rico acervo arquitetônico e edifícios religiosos, ou mesmo o Penedo município, divisão administrativa. É um Penedo além de si mesmo, como será detalhado mais adiante.

De fato, aborda-se, aqui, o rio e suas espacialidades através de sua gente: o Penedo ribeirinho, do trabalho cotidiano, do contato próximo entre indivíduo e rio. É o Penedo do Baixo São Francisco – dos portos, embarcações, práticas de vida nas margens, estaleiros. Trata-se do São Francisco em uma perspectiva da construção humana: o rio do pescador.

Essa dissertação é resultante de um caminho de familiarização mais longo com o tema que o empenhado no mestrado. O primeiro contato com o lugar surgiu a partir de um projeto executado na graduação, através da participação no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Demandado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi realizado em 2010 pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem – UFAL.

O INRC é hoje o principal instrumento na instituição para levantamento, reconhecimento e proteção de manifestações do patrimônio imaterial que são referenciais para os diversos grupos sociais, mas que por estarem no âmbito dinâmico dos modos de vida, não seriam bem enquadradas dentro da lógica tradicional da instituição, que é através do processo de tombamento. O inventário tem por objetivos:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. (IPHAN, 2000, p. 08)

Para tanto, o IPHAN definiu três etapas do inventário: o Levantamento Preliminar, a Identificação e a Documentação<sup>1</sup>. Realizou-se em Penedo a primeira etapa, tendo participado como pesquisadora.

Dentro de um trabalho cujo resultado levava a um conjunto de fichas preenchidas em modelo previamente estabelecido pelo inventário, a investigação no campo – a busca pelas práticas, seus agentes e depoimentos, bem como o registro audiovisual das mesmas – foi fundamental para que um estudo mais sensível germinasse. As entrevistas tiveram uma grande importância no levantamento de informações e descrições dos bens inventariados, bem como para a compreensão do significado e valores dos mesmos. Para melhor nortear a atividade, a equipe dividiu-se em eixos temáticos, e os bens culturais relacionados ao modo de vida ribeirinho se completaram com os da feira, da religiosidade e dos folguedos. De acordo com os parâmetros estabelecidos pela metodologia do IPHAN, buscou-se rastrear os saberes e ofícios, as formas de expressões, as celebrações, os lugares e edificações que se revelassem significativos para a comunidade, referenciais para a mesma.

Durante um ano visitou-se os espaços ribeirinhos da cidade. Foram entrevistadas pessoas nas margens, nos estaleiros, na colônia dos pescadores, nas suas próprias casas – sendo a maior parte deles pescadores e mestres de embarcação<sup>2</sup>.

Dentro desse contexto, a quantidade de ofícios e saberes se destacou sobre as outras quatro categorias de bens culturais, o que reforça a importância do conhecimento gerado no modo de vida do povo ribeirinho e pode ser relacionado ao caráter de dependência desse com os recursos naturais, com as estratégias de sobrevivência lá desenvolvidas.

O caráter horizontal e objetivo do inventário propiciou o contato com as práticas e memórias do lugar, mas não uma observação e investigação mais detalhada. Apesar disso, proporcionou a aproximação com o ambiente ribeirinho através da própria fala

---

<sup>1</sup> Apesar da ordem cronológica das etapas, elas são independentes e não significa que as primeiras sejam necessariamente pré-requisitos para que ocorram as posteriores.

<sup>2</sup> Os "mestres" são indivíduos que se dedicam à confecção e reparos de embarcações.

dos pescadores, e a importância das viagens de campo para compor o material do inventário – textos e imagens – despertou o interesse de uma pesquisa embasada dentro desse caráter mais empírico com o lugar.

No momento de preencher as fichas, percebeu-se, porém, um entrave em passar para o texto a complexidade da ambiência desses lugares, e as primeiras tentativas de descrições desses espaços se mostraram insuficientes. Mesmo entusiasmados por ter encontrado locais com vivências tão diferentes das nossas, a dificuldade estava em apresentar a arquitetura ribeirinha encontrada nas margens sem a dureza do olho convencional, sem a secura do vocabulário técnico. Devia-se sair da ficha e entrar numa narrativa mais solta; sintonizar com o modo de vida que buscávamos acessar, mas que não conseguíamos traduzir em palavras com a sensibilidade que era demandada pelo universo abordado.

Desse impasse surgiu, então, o desejo de realizar um estudo que entrasse em sintonia com o ambiente em que tais práticas acontecem, e aprender com a sua arquitetura “sem arquitetos”: não apenas analisando a sua morfologia, mas a dimensão da ação cotidiana que a erige e transforma, na qual se abriga, onde se depositam significados, afetos e anseios. Para tanto, era preciso um esforço maior em desconstruir um modo de ver já consolidado e acessar o lugar com outros olhos, com nova curiosidade. A deriva<sup>3</sup> exerceu um papel importante nas primeiras visitas à Penedo no início desse mestrado.

Essa arquitetura ribeirinha consiste de abrigos que servem, principalmente, para deixar em segurança barcos, ferramentas e objetos de pesca. Destacam-se entre eles os estaleiros, utilizados não só para a guarda, mas para realização de atividades referentes à confecção e reparo das embarcações, e até mesmo para servir como morada provisória. Alguns desses espaços têm feição efêmera, construídos em madeira e materiais reutilizados, ou mesmo constituem-se apenas de uma coberta. Geralmente atraem a permanência dos ribeirinhos durante as atividades do cotidiano, mas chamam pouca atenção da cidade.

Foi num desses estaleiros que um depoente despertou a atenção durante o trabalho: Pedro Gonçalves Lima. Natural de Pão de Açúcar, cidade também situada na margem do rio São Francisco, e conhecido por Mestre Pedro, morou em Penedo, onde construiu um estaleiro no início da década de 90, onde residia à época dos nossos

---

<sup>3</sup> Ver mais sobre a deriva no capítulo 2.

primeiros contatos, em 2009, e que hoje está sob o cuidado do Mestre Wilson. Ele foi o único entrevistado encontrado em campo que confeccionou e pilotou uma canoa de tolda<sup>4</sup>, embarcação símbolo do Baixo São Francisco que depois da segunda metade do século XX deixou de ser produzida e, conseqüentemente, de construir fisicamente a paisagem do rio.



**Figura 1 e 2:** Mestre Pedro no estaleiro em Penedo. **Fonte:** Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (2010).

Conhecemos o mestre no estaleiro perto do porto de Penedo, erguido no início da década de 90 para dar suporte às suas atividades. Na época com oitenta e cinco anos, já não trabalhava mais no feitiço de embarcações, e os afazeres lá eram realizados nas mãos de outros mestres. Ainda assim, Mestre Pedro morava no estaleiro, o que transformou a visão que tínhamos do lugar.

Embora um espaço de habitação não seja necessariamente sinônimo de residência – e não é preciso morar para habitar<sup>5</sup> – observar o abrigo de ofícios enquanto casa, o espaço de trabalho enquanto lar, fez-me abrir os olhos para a riqueza de usos e formas de ocupar, organizar e construir lá expostos e embutidos. Enquanto morada, evidenciou os aspectos do habitar que já faziam parte do espaço independente desse uso. Deste modo, os estaleiros exerceram uma atração, tornando-se o foco inicial de estudo dessa dissertação, em sua forma construída, em seu perfil de abrigo e em sua característica de centralidade de usos e pessoas.

Por outro lado, a itinerância, típica do ofício dos mestres e dos pescadores, presente nas narrativas de Mestre Pedro e de outros depoentes, abriu a vida ribeirinha

<sup>4</sup> As canoas de tolda eram embarcações caracterizadas pela presença de uma cobertura em formato arredondado na proa, chamada tolda, e foram muito representativas na navegação Baixo São Francisco.

<sup>5</sup> Essa discussão será retomada no capítulo 3.

concentrada naquele estaleiro para fora de Penedo, onde há outros lugares, onde há outros estaleiros.

Assim se deu a definição do objeto de estudo da presente dissertação: concentrando-se nos estaleiros de Penedo, ao mesmo passo que pulverizando-se pelo rio, através das histórias contadas pelos entrevistados e visitas realizadas em campo.

Essa dissertação se insere num momento em que os recursos do rio São Francisco estão em pauta nacional, com a implementação da proposta do Governo Federal de transposição das águas para irrigação e abastecimento nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O projeto do Ministério da Integração, previsto para ser concluído no final de 2015<sup>6</sup>, gerou polêmica e atraiu a atenção para os problemas já existentes do Baixo São Francisco, decorrentes dos impactos causados por intervenções no rio desde a segunda metade do séc. XX.

Embora não seja um trabalho ancorado unicamente na história oral, ela foi essencial para conhecer o desenrolar desse cotidiano, observando e interpretando as vozes encontradas. As entrevistas e as histórias acessadas foram indispensáveis para um entendimento da vida ribeirinha, com seus vocábulos, com suas entonações que revelam anseios, descrenças, esperanças.

Ao longo dessa dissertação, algumas dessas vozes serão referenciadas para ajudar a desenhar as feições da paisagem ribeirinha. Mais que ilustrar ou complementar as observações feitas sobre esse ambiente, eles são a própria vivência do espaço ribeirinho, e, junto com outras personagens que não estão diretamente presentes nesse trabalho – mas que foram também muito importantes– não apenas suas falas, mas seus gestos, olhares e afetos foram a base que construiu essa pesquisa. Dentre eles, destacam-se sete depoentes.



---

<sup>6</sup> O projeto, hoje orçado em 8,2 bilhões de reais, pretende integrar o rio com bacias dos rios temporários nas regiões semiáridas, ofertando água para 390 municípios, segundo dados obtidos no sítio eletrônico <http://www.integração.gov.br/> (Acesso em 06 de abril de 2014).

**Figura 3 e 4:** Leonardo Muniz e Mestre Pedro. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 5 e 6:** Neidinha e Edna. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 7 e 8:** Mestre Lula e Toinho Pescador. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014; Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.



**Figura 9:** João Bosco. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Como já mencionado, a indeterminação dos limites do objeto de estudo foi um primeiro ponto a ser problematizado na pesquisa. O Penedo ribeirinho retratado no trabalho é

também as localidades vizinhas ou distantes, conquanto a relação entre elas exista dentro da dimensão humana no rio.

A flexibilidade de fronteiras foi aceita, mas não eliminou o desejo de especializar o objeto de estudo, tanto nos seus limites – ou não-limites – físicos, quanto temporais. O anseio (provavelmente relacionado à minha formação acadêmica) de pensar numa “forma”, ou seja, em um objeto de três dimensões, que apresentasse o lugar para além dos dados, da descrição textual ou da fotografia, possibilitou pensar nas suas potencialidades enquanto ferramenta que pudesse agregar essas informações, além de poder comunicar, através do próprio volume, abstrata ou figurativamente, características que permeassem a experiência do lugar estudado.

Surgiu então a ideia de permear as narrativas de questões que culminariam numa possível cartografia ribeirinha. O ato de cartografar, explodido da simples página geográfica, tem embutido na sua lógica de representação seus próprios gatilhos para acessar um lugar ou uma “realidade” e possibilitam um esforço de leitura espacial diferenciado. O questionamento sobre os limites da área de abrangência do estudo foi só o primeiro deles. Dessa forma, o espaço experimentado em campo foi também interpretado de acordo com suas potencialidades de representação, encontrando-se significados que podem ser traduzidos em forma de mapas.

A dissertação, portanto, veio a se estruturar em quatro capítulos. O primeiro, “História e cultura ribeirinha”, introduz o objeto de estudo através de uma apresentação local e contextual, explicando os principais processos de transformação que determinaram a conjuntura atual da vida ribeirinha do Baixo São Francisco.

Já “O espaço habitado ribeirinho: abordagens de compreensão” percorre a metodologia adotada durante a pesquisa, além de abordar aspectos muitas vezes incomuns dentro da bagagem acadêmica do arquiteto, que nem sempre contemplam as ferramentas para uma aproximação sensível dentro do contexto do patrimônio imaterial, o qual permeia o universo das comunidades ribeirinhas retratadas. No subitem “Ensaçando formas”, a percepção da autora sobre o lugar é apresentada através de dois experimentos realizados a partir do trabalho de campo.

É no terceiro capítulo, “Narrativas: fragmentos da paisagem ribeirinha”, que elementos deste universo são divididos em blocos temáticos. O objetivo é “quebrar” essa paisagem maior e começar a destrinchá-la, questionando sobre os possíveis significados atrelados às práticas culturais que são desenvolvidas em cada bloco abordado. Aqui, os dois primeiros subitens trabalhados referem-se aos atributos

espaciais: rio e margem, narrados através de suas diversas facetas e significados. No subitem seguinte, apresentam-se os principais objetos confeccionados dentro da rotina ribeirinha: os instrumentos de pesca e as canoas, relacionando-os não só ao seu papel na construção do espaço, mas na sua ligação com o próprio corpo humano. Por fim, aborda-se o “Estaleiro”, que recebe uma atenção diferenciada, pois foi do impasse com essa arquitetura que o trabalho realmente surgiu, e de onde se desenvolveram as conexões com os outros elementos da paisagem aqui explorados. Sobre ele, buscou-se ir além da mera descrição técnica, pois o interesse estava voltado para o seu caráter de espaço habitado.

O quarto e último capítulo, “Sobre representações: formas do universo ribeirinho, mapas do cotidiano” aborda as reflexões e dificuldades envolvendo o esforço de, depois de fragmentar a paisagem em elementos-chave no capítulo anterior, representar o recorte espacial da dissertação de um ponto de vista mais aderente e pertinente à frequência da vivência, dos movimentos no tempo, das significações. O objetivo foi problematizar essa paisagem no tocante à sua representação cartográfica, sendo o mapa identificado como um instrumento rico de migração de conteúdo e mesmo de construção de conhecimento sobre o objeto de estudo. Por fim, permeado pelas narrativas desenvolvidas ao longo do trabalho, apresenta-se o mapa que se produziu alimentado pelas reflexões do trabalho, fechando o ciclo metodológico que se iniciou também a partir de objetos formais. O trabalho manufaturado sob inspiração do campo tem sua importância para o fechamento da dissertação ligada ao esforço pessoal de consolidação do processo de mapear o ambiente ribeirinho aqui instigado, e não uma síntese definitiva sobre o tema.

## 1. História e cultura do Baixo São Francisco



**Figura 10:** vista aérea de Penedo. **Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Baixo São Francisco: na porção final do extenso rio, correndo para o oceano, há uma região marcada por histórias cruzadas, cotidianos compartilhados. Trata-se de um trecho do rio que será compreendido no âmbito desse trabalho mais por vivências que por dados técnicos. Esse capítulo destina-se a introduzir, primeiramente, a espacialidade maior em que está inserido o estudo; não apenas de onde ou de quem estamos falando, mas em qual sistema ele se insere, qual ambiência envolve, acompanhando um pouco da história do São Francisco, que também conta sobre a história da cidade de Penedo. Então, apresenta-se o objeto empírico de forma mais estreita e a abordagem metodológica de pesquisa – os mecanismos de aproximação e percepção utilizados, bem como a trajetória percorrida no desenvolver da dissertação.

### 1.1. Caminho líquido e seus rastros

Rio que inunda, rio que seca – o movimento das águas do São Francisco costumava ser, no passado, mais que correr para o mar. Percorrer Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, cair em cachoeiras, e então fazer passagem para desaguar no oceano entre Alagoas e Sergipe: eis o fluxo eixo, tronco, a trajetória principal do rio. Mas os ciclos da natureza <sup>7</sup> costumavam provocar mudanças na dinâmica fluvial

---

<sup>7</sup> Sobre algumas problematizações do termo “natureza”, ver página 37.

periodicamente, e assim as chuvas alargavam o seu volume, com as águas cursando desvios de seu trajeto, espalhando-se onde a topografia lhes permitia.

As imagens retratadas do Baixo São Francisco ao longo dos séculos desde o início do processo de colonização no séc. XVI remetiam à fluidez com que as embarcações por ele navegavam. Qualidade ainda presente na memória do povo que habita a beira, era citada desde os viajantes dos séculos de ocupação pelos colonizadores, que descreveram, com deslumbre, os aspectos físicos favoráveis à navegação e que realçavam a força de suas águas, as quais entram “no mar com tanta fúria que vinte léguas pelo mesmo mar correm” (GÂNDAMO, [1576], p. 05). Em trecho do relato de Diogo de Campos Moreno, no início do século XVII, descreve:

Todo este rio é navegável e mui capaz de grandes embarcações (...); da barra para dentro é mui formoso e mui seguro, e em todo tempo que dura a viração do mar, que nunca de dia falta, navega-se esse rio para cima com facilidade; porém tanto que acalma o vento é necessário lançar âncora, porque a corrente da água com presteza incrível os torna a trazer para baixo, sem vela nem remo. (MORENO, 1955, p. 169 e 170)

A paisagem se transformava de acordo com o nível do rio, que alteava e baixava todos os anos. Ao expandir-se, adentrava várzeas adjacentes, e a água que invadia a terra cultivável era viva e carregava sedimentos para mais vida. Assim, com a metamorfose decorrente das cheias, lagoas marginais se enchiam de peixe, e quando a água escorria de volta para seu curso, deixava um solo mais fértil. Diogo de Campos Moreno, após descrever o sistema das cheias e vazantes do rio, explica a paisagem que se formava:

(...) deixa grandes lagoas, com tanto peixe que é cousa incrível, ao qual acode grande cópia de aves e de animais silvestres, e tantos porcos e bichos do mato que se fazem deles todos os anos grandes chacinhas, e nas lagoas grandes pescarias, de maneira que é um dos sítios de si mais abastados que tem a costa do Brasil. (MORENO, 1955, p. 170)

Desde o início da colonização, os grupos que ali foram se instalando se utilizaram da pesca, da criação de gado e da lavoura, atividades que se prolongaram ao longo dos séculos e marcaram a produção da região, que era, portanto, relativamente autoabastecida. A fertilidade dos solos adjacentes fez com que se desenvolvesse nas várzeas a cultura do plantio de cereais, em especial o arroz, fato ressaltado já no século XIX, por Henrique Guilherme F. Halfeld, engenheiro alemão contratado no governo de Dom Pedro II para fazer um estudo sobre o rio:

Em toda a comarca a maior indústria é a de criação de gado grosso e miúdo. (...) Na beira do Rio a maior indústria é a dos cortumes, e a plantação de

arroz, a qual não demanda rotação, visto que o terreno é preparado e fertilizado pelas enchentes. (HALFELD, [1860], p. 51)

Em anos de intensas chuvas, as águas não avançavam apenas pelos terrenos mais baixos simbolizando fertilidade, mas também invadiam os núcleos urbanos que se desenvolveram às suas margens. Penedo, cidade situada próximo da foz – já povoada no século XVI e elevada vila em 1636 – tem um histórico de ser afetada pelas cheias, que transformavam ruas em riachos e inundavam as edificações, como registrado em imagens do início do século passado.

(...) E o rio desce.  
 E um dia os riachos,  
 as torrentes,  
 as nuvens,  
 os outros rios vem visitar o rio Opara.  
 E ele para receber todas as águas,  
 Arreda as gentes das margens,  
 Cresce,  
 Corre rugindo nas pedras.  
 E o povo treme de febre  
 E ele entra doido no mar.  
 (DE LIMA, [1928], apud BARADEL; DANTAS, 2010)<sup>8</sup>



<sup>8</sup> Dentre as falas literárias sobre o rio, escolhi o poeta Jorge de Lima, não só por ser um autor alagoano de notoriedade nacional, mas por apresentar a história do rio com ênfase no seu povo ribeirinho. O poema “Rio de São Francisco”, escrito em 1928, é uma narrativa da colonização ao longo de todo o rio – de sua nascente, em Minas, até desaguar no mar – e do povo ribeirinho, com seus costumes, crenças, lidas, cantos e coragem.



**Figura 11, 12, 13, 14:** Enchentes em Penedo. **Fonte:** Arquivo Cristina Sanchez, s. d.

A despeito dos problemas gerados nas cidades nas ocasiões das enchentes, o rio beneficiava o sustento familiar das comunidades ribeirinhas e era o principal meio de comunicação entre as localidades desenvolvidas em seu curso. O forte elo entre essas famílias da beira era favorecido pela atividade fluvial e poucas estradas que os conectassem a outras regiões.

Um propulsor da sua navegação até meados do século XX foi a demanda de transporte da produção da agricultura, pecuária, pesca, indústria e de produtos para as feiras.

Nesse contexto de deslocamento de produtos, sobressaíam-se as já mencionadas "canoas de tolda", tipo de embarcação emblemática do Baixo Rio São Francisco. Caracterizada por uma cobertura em formato arredondado situada na proa, de onde vem o nome "tolda", essas canoas podiam ser encontradas ancoradas nos portos em grande número<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver maiores informações no site da ONG Canoa de Tolda: <<http://canoadetolda.org.br/>>, acessado em março de 2014.



**Figura 15:** Canoas de tolda no porto de Penedo. **Fonte:** Arquivo Cristina Sanchez, s. d..

Mestre Pedro, como já mencionado, é um dos poucos mestres vivos que construiu e pilotou uma canoa de tolda. Relata: "Tinha uma canoa aqui do rio, que eu pilotei ela também, era mil e duzentos sacos de sessenta quilos. A maior canoa do rio." (Mestre Pedro, maio de 2011) Pelos registros fotográficos e entrevistas realizadas em campo, a canoa de tolda foi, por mais de um século, essencial para o transporte de pessoas e produtos ao longo do São Francisco.



**Figura 16:** canoa de tolda e hidroavião no rio. **Fonte:** <http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8>, s. d..

A navegação fluvial, além de fácil, era muito requisitada, o que aumentava o intercâmbio entre as comunidades ribeirinhas e favorecia um compartilhamento das referências culturais desse modo de vida, já que, mesmo não totalmente isolada, "a vida no lugar girava, até o início da década de setenta do século XX, em torno de uma

economia local, relativamente autônoma quanto ao abastecimento das populações locais" (RIEPER, 2001, p. 32).

Na memória dos pescadores, sobretudo os mais velhos, destaca-se a abundância da pesca de tempos atrás – no tamanho e na quantidade de peixes, na variedade de espécies nativas, na certeza de uma fonte de subsistência. Abundância encontrada também nas próprias matas vicinais, com a madeira, a imbirá, a taboca; nelas também os perigos de enfrentá-las para extrair tais matérias-primas, usadas nas armadilhas de pesca, manufaturadas, no geral, pelos próprios pescadores (a exemplo do covó, o cuvú e o jereré).



**Figura 17:** ribeirinhos exibindo a pescaria. **Fonte:** Acervo Fundação Casa do Penedo, s. d..

Portanto, a economia dos habitantes ribeirinhos dependia intimamente do rio, com seu regime de cheias e vazantes e o ecossistema em que estava inserido. Beneficiados direta ou indiretamente, um mesmo indivíduo poderia aprender e se dedicar a mais de uma ocupação, ao mesmo tempo ou ao longo de sua vida. Mesmo quando a atividade principal era outra que não a pesca, como barqueiro ou mestre de embarcações, ela oferecia uma alternativa, sendo comum a versatilidade de saber pescar, associando dois ou mais ofícios, que podiam até mesmo aliar-se à agricultura.

O caráter comunitário era notório nos mutirões nas plantações de cereais, reunindo muitos trabalhadores nos chamados batalhões de arroz. Trabalhavam para conseguir apenas uma pequena parcela da produção, mais para consumo familiar que para acúmulo, e essa era muitas vezes vendida por um preço abaixo do justo para os donos das terras marginais, que retinham a maior parte do lucro (RIEPER, 2011, pp. 42).

A prática da rizicultura foi intensa até pouco depois da metade do século XX, quando o rio ainda não tinha sofrido tantos impactos ambientais, e está ainda hoje presente na memória de adultos e idosos.



**Figura 18 e 19:** Plantações em Penedo. **Fonte:** Fundação Casa do Penedo, s. d.

Além da versatilidade e do perfil de solidariedade relacionados às atividades ribeiras, os trabalhadores também codependiam entre si. O pescador, o mestre de embarcação, o barqueiro, a lavadeira; o agricultor, o feirante, o carregador, a rendeira; a indústria, o comércio – uma rede, muitas vezes de cooperação, como constatado na fala de Toinho Pescador<sup>10</sup>:

Nessa época nós tínhamos Penedense, tinha Azatur; nós tínhamos dezesseis fábricas de arroz. Tudo isso era proveniente do rio, certo? E hoje nós não temos mais porque o rio ta seco, não tem mais como uma canoa de tolda carregar mil e duzentos sacos. Até nisso a gente perdeu, nós perdemos. Porque esses navegantes ajudavam os pescadores. Pescadores chegavam com a pescaria de cem, duzentos quilos de peixe, ele tinha a quem vender o peixe. (Toinho Pescador, em abril 2010)

Então, a prática dos ofícios tradicionais era, de um modo geral, uma garantia de sobrevivência para os habitantes desse contexto, pois dependiam em grande parte do conhecimento adquirido durante a vida, normalmente desde a infância ou adolescência – passado das gerações mais velhas para as mais novas, usualmente dentro da própria família – e dos próprios recursos naturais, que embora tivessem as suas incontestâncias, mantinham um ecossistema mais rico e que provia as oportunidades de subsistência a esse grupo. Toinho Pescador recitou um poema que fez descrevendo essa cadeia de acontecimentos e a importância disso para o povo ribeirinho:

(...) Um começo de outubro

<sup>10</sup> Antônio Gomes dos Santos, mais conhecido por Toinho Pescador, foi entrevistado algumas vezes em 2010. Ele pesca desde os 12 anos de idade, tendo aprendido o ofício com o pai e, na época dos depoimentos, era presidente da Associação dos Pescadores de Alagoas.

O rio começa altear  
 Com as suas águas barrentas  
 Que era o adubo natural  
 Produzindo camarões e peixes  
 Para os pescador pescar  
 Enchendo as grandes várzeas  
 Era lindo se apreciar  
 Cupim, formiga, grilos e ratos  
 Nas águas começa a boiar  
 Tornando-se alimentos  
 Para os peixe engordar  
 Nesse grande equilíbrio  
 Quem ganhava era a população (...)  
 (Toinho Pescador, em abril de 2010)

Mas a segurança encontrada nessa relação entre os saberes locais e o meio ambiente foi quebrada com as inúmeras intervenções no lugar, com a própria transformação da sociedade nas últimas décadas.

De uma paisagem que se alterava continuamente em um certo ritmo para, hoje, uma grande transformação: um rio de comportamento acuado por consequência da regularização de suas águas. Em decorrência da implantação de usinas hidrelétricas na sua parte alta e média, controlou-se a vazão do Baixo São Francisco de acordo com o nível de água liberado pelos reservatórios, e a prioridade energética fez reter boa parte de seu volume. Destarte, esses movimentos cíclicos perderam intensidade e um rio cheio tornou-se cada vez mais raro.

Os impactos foram mais perceptíveis depois da implantação da barragem de Sobradinho, em 1970, responsável pela maior parte do controle das águas<sup>11</sup>. As vazões dos períodos de cheias e vazantes foram quase homogeneizadas, e os drásticos impactos ambientais dificultaram e, em alguns casos, impossibilitaram a continuidade de atividades que asseguravam o sustento das comunidades locais.

Com o fim das cheias e a descontinuidade do plantio de cereais nas várzeas, também se alterou a percepção que o trabalhador tinha do ambiente que o cercava e, conseqüentemente, do próprio tempo, uma vez que o calendário de produção já não era mais tão condicionado aos movimentos do rio.

O arroz de vazantes referenciava, a partir do ciclo anual do rio, o calendário da região – as épocas de construir, de pescar, de trabalhar na roça, estabelecendo também formas próprias de relacionamento com a natureza. (RIEPEP, 2001, p. 44)

---

<sup>11</sup> Informações encontradas no sítio virtual da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco). [www.chesf.gov.br/](http://www.chesf.gov.br/) (Acessado em: 06 de abril de 2014)

O surgimento de "croas", que são bancos de areia onde a água é rasa, torna a navegação cada vez mais difícil, mesmo para as embarcações pequenas – o assoreamento é um temor constante na vida dos ribeirinhos.

Outra variável que afetou a navegação fluvial foi o investimento no sistema de transporte rodoviário, que diminuiu a demanda de deslocamento de pessoas e de produtos pelo rio. Isso, em conjunto com o fim das plantações nas várzeas, comprometeu diretamente a economia dos que dependiam desse ofício, cada vez menos requisitado.

A canoa de tolda perdia aos poucos a sua finalidade, e junto com as restrições ambientais que foram impostas, não se deu a continuidade de sua fabricação<sup>12</sup>. Com o passar das décadas, a paisagem antes tão animada por essas típicas canoas foi mudando, e há apenas poucos exemplares desse tipo atualmente, sem uso cotidiano no rio.



**Figura 20:** Canoa de tolda. **Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, s. d..

**Figura 21:** Canoa de tolda no São Francisco. **Fonte:** Arquivo Cristina Sanchez, s. d..

---

<sup>12</sup> Além da dificuldade de navegação do rio devido à regularização das águas, restrições ambientais quanto à madeira usada no feitiço de canoas (não apenas as de tolda) impediram que esse tipo de embarcação fosse confeccionado. Soma-se a isso a diminuição da demanda por transporte de produto e pessoas em decorrência do transporte rodoviário.



**Figura 22:** canoa de tolda. **Fonte:** <http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8> (acessado em 18 de janeiro de 2015, as 1:30h).

Além dos impactos decorrentes da regularização do débito São Francisco – assoreamento, dificultando a navegação; diminuição da quantidade de peixes, devido, entre outros fatores, à retenção de sedimentos nas barragens – outras intervenções contribuíram para a escassez de peixe. A inserção de espécies não nativas ocasionou, segundo entrevistas em campo, um desequilíbrio, pois alguns se tornaram predadores de peixes autóctones do rio.

Tem-se, assim, uma mudança radical na estrutura ambiental que nutria os meios de vida dessas comunidades, pois apenas a ação os separava dos alimentos oferecidos pelo ambiente que os cercava – o pescar, o plantar e colher.

O fato de precisarem comprar peixe, arroz e feijão é hoje motivo de indignação entre a população do baixo São Francisco, pois associam a tranquilidade e a fartura à certeza que tinham de que a natureza proveria os recursos necessários à sobrevivência e à reprodução familiar. A força de trabalho era suficiente para a satisfação das necessidades de comer, beber, locomover-se. (RIEPER, 2001, p.42)

Não apenas a subsistência direta, mas toda uma cadeia de produção foi prejudicada, e essas transformações reverberaram na paisagem. Os danos do rio ocasionaram perdas consecutivas do território ribeirinho, daqueles que viviam do rio e para o rio.

A atuação de órgãos ambientais também agiu no sentido de regulamentar os períodos para procriação dos peixes, e no controle da flora. Árvores nativas não podem ser

derrubadas, mesmo que replantadas, sem o conhecimento e autorização do IBAMA. Mesmo assim, a mata original da região está reduzida, e há espécies de peixes e de outros animais que quase não são mais avistadas.

Atualmente, as polêmicas envolvendo os impactos negativos sobre o rio e a vida daqueles que dependem dele continuam e foram reacendidas com a implementação do já mencionado projeto do Governo Federal de transposição do São Francisco. Elas alertam para a dimensão dos conflitos que já existem na parte baixa do rio com as intervenções feitas no século XX, e cobram soluções e um rio mais cheio para minimizar os efeitos ambientais e socioculturais negativos na região.

Urge dar visibilidade à comunidade ribeirinha, que vem sofrendo um longo processo de fragilização. Com as tendências de desaparecimento das práticas e saberes fomentados ao longo da sua história, o olhar atento a esse modo de vida e o registro desse patrimônio imaterial se faz necessário e a articulação e mobilização da população interessada com organizações, como a ONG Canoa de Tolda, são essenciais para fomentar um debate articulado entre as comunidades, a sociedade civil e os poderes públicos.

### **1.1. Um recorte: Penedo ribeirinho**

Penedo é uma das mais antigas localidades do atual estado de Alagoas<sup>13</sup> e do próprio rio São Francisco, e está situado no trecho próximo à sua foz. Favoreceu-se intensamente da sua relação com o rio desde os primeiros séculos de colonização, ocupando uma posição privilegiada nas rotas de navegação, como menciona um viajante do século XIX:

Penedo é realmente o entreposto de todo o baixo S. Francisco. (...). Por isto o rio é tudo para Penedo, tanto que não se conhece estrada da cidade para as localidades vizinhas, nem o menor interesse pelas terras adjacentes. (AVÉ-LALLEMANT, [1859], 1980, p. 302)

Durante muito tempo, a cidade funcionou como um importante porto para a navegação do rio, inclusive recebendo embarcações de grande porte que só eram navegáveis até aquele ponto.

---

<sup>13</sup> "Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania hereditária de Santa Luzia, excursionou até os limites de suas terras, criando núcleos de povoamento em Porto Calvo, Marechal Deodoro e Penedo." (MÉRO, 1994)

Além dos grandes navios, inumeráveis canoas o atravessavam, e assim acabou-se desenvolvendo uma longa tradição no feitiço de embarcações<sup>14</sup>, presente até hoje, embora em diferentes condições.

De então para cá tem o Penedo progredido consideravelmente. Muitos templos catholicos, cadeia, lyceu, teatro, mercado, etc, são os principais edifícios desta cidade, da qual dependem todas as outras do Baixo S. Francisco. (...) Seu porto orlado de um caes é constantemente visitado por numero extraordinário de canoas grandes, e visitado frequentemente por navios de diversas companhias, que d'alli retrocedem sem subirem o S. Francisco. (BRANDÃO, apud CERULLO, 2009, p. 91)

Afora a movimentação da cidade causada pelo porto e as possibilidades de trabalho que ele oferecia direta e indiretamente, os habitantes da beira de Penedo poderiam ganhar o sustento através da pesca e das plantações nas várzeas. Consolidou-se, então, um modo de viver dependente do rio.

Por esse favorecimento na posição estratégica da cidade, Penedo ribeirinho foi afetado não apenas pelas mudanças nas estruturas ambientais e econômicas já mencionadas anteriormente, mas também sofreu impactos decorrentes dos investimentos em transporte rodoviário. Assim, a construção da ponte que liga Propriá, em Segipe, a Porto Real do Colégio, em Alagoas<sup>15</sup>, conectando os dois estados na década de 70, foi um marco para a cidade, que foi perdendo aos poucos a sua função de passagem e centralidade, uma vez que seu porto já não era mais a principal alternativa de travessia do rio, e as próprias rodovias se tornaram, para a maioria das pessoas, a principal opção.

---

<sup>14</sup> Já relatada em escritos do século XVII que: "Immediato abaixo do porto da cidade do Penedo se constroem canoas grandes, barcos e sumacas, de soffríveis dimensões, porem as madeiras são buscadas fora da comarca." (BRANDÃO, apud CERULLO, 2009, p. 92)

<sup>15</sup> Especialmente em Penedo, a construção da ponte que liga Porto Real do Colégio à Propriá gerou impactos negativos para a cidade, uma vez que o fluxo de pessoas e mercadores que antes passava pelo município para atravessar de balsa foi desviado.



**Figura 23:** inauguração da ponte entre Propriá de Porto Real do Colégio, 1972 (ano provável). **Fonte:** <http://www.formaecor.com.br/wc2b/galeria.php?sa=1&gru=8> (acessado em 18 de janeiro de 2015, as 1:54).

A população que vivia do rio sentiu diretamente no acesso e uso dos recursos de subsistência as consequências da mudança de demandas e valores – como a necessidade de energia elétrica e deslocamentos mais rápidos – e, assim, reduz-se com o passar dos anos. O processo veio se agravando e atualmente foi constatado, em campo, que alguns saberes relacionados aos ofícios ribeirinhos estão em sua última geração, com vários depoimentos de pais que não passaram seus conhecimentos para os filhos. Os modos de vida dessas comunidades continuam a sofrer mudanças, portanto o interesse em aprender com esse espaço habitado na beira-rio que move este estudo.

Então, o Penedo que interessa a essa dissertação é o ribeirinho – dos pescadores, dos mestres de embarcação. Logo, era esperado que o lugar mais propício para encontrá-los fosse no rio e nas suas margens. É o ambiente dos espaços coletivos, das autoconstruções e suas soluções pouco onerosas, do trabalho com o corpo e com a natureza.

Nesse estudo, aliás, a ideia de “natureza” engloba na sua própria definição o ser humano e sua ação antrópica. O rio, enquanto recurso “da natureza”, sofreu “artificializações” ao longo do tempo, pondo em cheque o significado por trás da palavra como coisa pura, original, e afastada da dimensão cultural. Nesse trabalho, “natureza” se refere normalmente aos elementos básicos da geografia física, ou o ambiente que, embora transformado pelos indivíduos, constitui-se primordialmente dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento da vida. São os elementos que mantêm os ecossistemas em funcionamento, ressaltando-se, para além dos aparatos

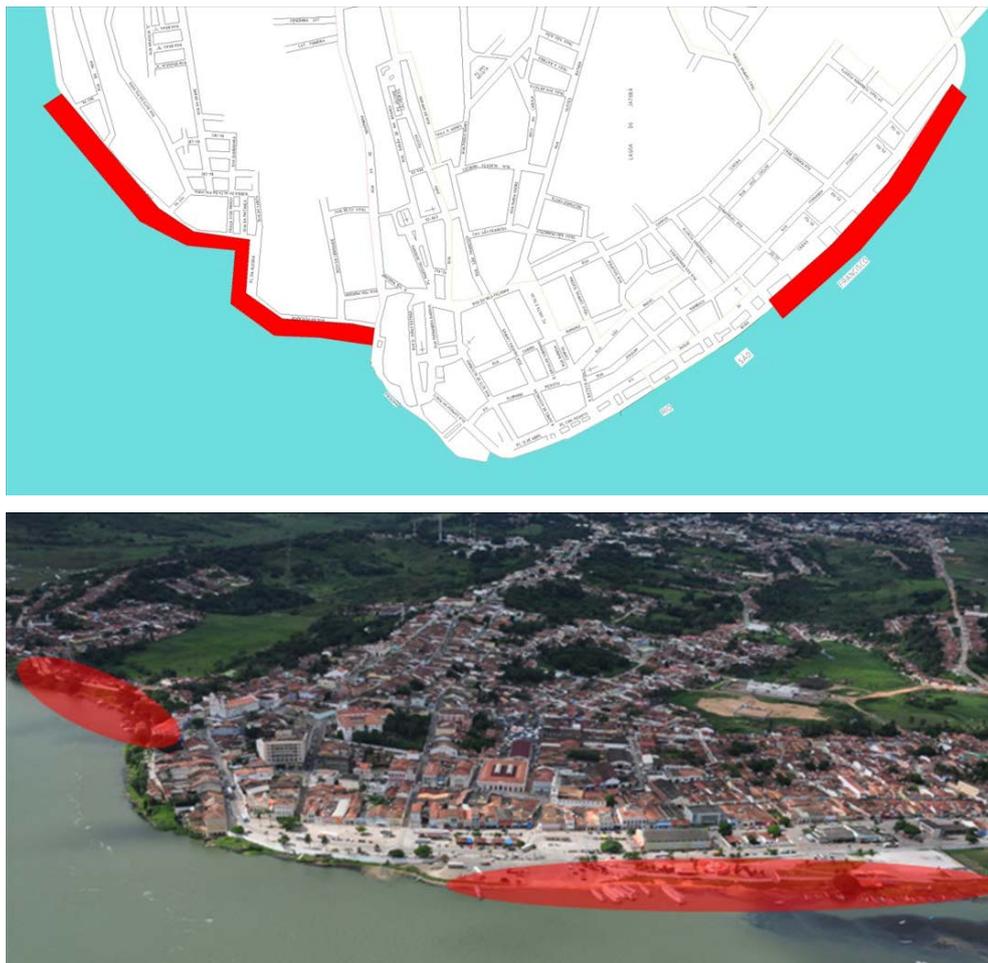
antrópicos, a terra, as águas, os ventos, os próprios seres vivos, etc., mas ciente dos limites fluidos entre o próprio conceito de natural e o de artificial.

(...) Em suma, o ambiente era a condição de nossa existência. Orientar-se nele significava diferenciar as coisas naturais das artificiais. Essa hera na parede de minha casa, por exemplo, é uma coisa natural simplesmente porque cresce e porque é objeto de estudo da botânica, uma ciência natural? Ou será uma coisa artificial por ter sido cultivada por meu jardineiro conforme um modelo estético? E minha casa? Será algo artificial, uma vez que projetar e construir casas é uma arte? Ou será natural as pessoas morarem em casas, assim como os pássaros vivem nos ninhos? Fará sentido ainda querer distinguir natureza de cultura quando se trata de se orientar no mundo das coisas? (...) qualquer catálogo referente ao universo das coisas (...) apresentará lacunas e imprecisão. (FLUSSER; CARDOSO, 2007, pp. 52-53)

Se o comportamento do rio mudou tanto com a interferência humana, como falar dele como um elemento natural, visto que o conceito está associado de maneira diametralmente oposta ao de artificial, que também parece se adequar bem ao rio controlado que conhecemos? O indivíduo, além disso, ao simplesmente apreendê-lo, já injeta na paisagem seu olhar, seus valores, suas interpretações?

Ainda que os limites do trabalho tenham extravasado o recorte inicial, houve necessidade de precisar uma delimitação espacial e definir qualificações para compreendê-la. Há experiências que se concentram nas margens e se espalham para dentro da cidade e rio afora, há fluxos e manchas cambiantes – tudo num mapa de escalas múltiplas. O que há para ver em Penedo é mais do que ele contém – é onde e em que está contido.

Para dar continuidade às pesquisas iniciadas na área pelo projeto INRC, criou-se, primeiramente, um recorte espacial que compreendia dois polos. A extensão desses dois trechos é de, juntos, aproximadamente 1,3 km, alongando-se nas margens dos bairros Centro e Barro Vermelho. Eles foram escolhidos por incluir estaleiros, com vários espaços de trabalho ao ar livre, e o porto onde ancoram as lanchas que fazem as travessias para a cidade de Neópolis, em Sergipe.



**Figura 24 e 25:** Planta cadastral e vista aérea mostrando recorte geográfico preliminar. Destacado em vermelho os dois trechos da margem onde são encontrados estaleiros inventariados no INRC.  
**Fonte:** Prefeitura de Penedo, 2010 (adaptado pela autora), e Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem (adaptado pela autora).

Apesar de essa delimitação ter sido apropriada durante todo estudo, tão logo tornou-se insuficiente: ainda que estar na margem fosse uma experiência rica, era preciso vasculhar outros cantos do São Francisco, descobrir outros caminhos pelo rio. Esse recorte não comportou mais a representação espacial do alcance do conteúdo e das experiências empíricas que foram realizadas consecutivamente. Meu olhar extrapolou, portanto, essa demarcação: espalhou-se pela margem, expandiu-se para dentro da cidade e para além do rio – atravessando as águas, subindo e descendo o São Francisco. Se a secção espacial rígida para delimitar um objeto de estudo se afigura um problema nas Ciências Sociais, nesse universo ribeirinho isso se comprova, uma vez que as paisagens do baixo São Francisco têm um histórico de fortes interações entre si, com os deslocamentos das comunidades das beiras, e com referências que apresentam intersecções tantas justamente pela intensa troca e fluidez entre os pescadores, navegadores e pessoas a relacionadas ao rio.

Assim, por “Penedo ribeirinho”, entenda-se uma região ribeirinha maior que Penedo, embora ainda partindo dele. No entanto, dentro do contexto local ou regional, um ponto de partida acabou por exercer uma atração durante quase todas as idas ao campo. Acessado principalmente através das margens, mas adentrando o rio, a terra e a cidade – uma área de interesse concentrado, onde se canalizou boa parte dos esforços de pesquisa e de onde se partiu para outros lugares lá apontados. Esse ponto de partida foi focado em um elemento edificado: os estaleiros<sup>16</sup>.

Eles se afiguraram, assim como um porto, como uma centralidade. Não são cruzados por tantos passantes e não têm tanta visibilidade quanto o último. São, no entanto, pontos de concentração das atividades ribeirinhas, pois neles estão guardados os instrumentos usados na pesca e na confecção de barcos e, por consequência, contam com a constante presença dos trabalhadores e seus próximos. Por essa atração e permanência esses espaços mostraram um bom potencial para encontrar entrevistados e observar seus cotidianos.

Assim, com o tempo e visitas a esses espaços, entrei em contato com quem lida com os ofícios ribeirinhos no cotidiano, e os estaleiros se tornaram uma base de encontro, um lugar seguro para observar, fotografar, conversar e, depois de explorar o rio e outras localidades vizinhas, para onde retornar.

Logo, saiu-se da delimitação inicial para ter-se um quadro geral de impressões sobre outras comunidades ao longo do rio. Para isto, foi realizada uma viagem de barco pelo curso do São Francisco. O intuito foi de apreender, ainda que rapidamente, devido às limitações de tempo, as diversas paisagens que compõem esse complexo ribeirinho, além de ter a experiência de percorrer durante horas o seu curso e dessa forma ter contato com as dificuldades de navegação relatadas anteriormente nas entrevistas.

---

<sup>16</sup> Em campo, foi constatado que alguns ribeirinhos chamam estaleiro **também** quaisquer construções na margem usadas para guardar objetos ou realizar atividades de confecção de embarcações ou instrumentos de pesca, ampliando o sentido usual da palavra.



**Figura 26:** equipe da viagem pelo rio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

O barco “Salve”, pequeno para uma longa viagem, mas de tamanho compatível com as embarcações mais comuns que povoam o rio, foi guiado pelo barqueiro João Bosco, um entrevistado nascido em Pão de Açúcar e conhecido em Penedo. A distância percorrida foi vencida em dois dias, havendo acontecido alguns incidentes. Embora a viagem estivesse marcada para começar no dia 18 de fevereiro de 2014, só partimos rio abaixo no dia 19, pois o motor do barco deu problema antes de João nos encontrar na manhã combinada. O local de encontro, na orla, concentrava vários abrigos na beira do rio, e por lá fotografei e conversei com Mestre Pedro, que estava morando no estaleiro de um amigo. Sua memória estava mais falha, então optei por observar o lugar, enquanto o acompanhava na confecção de uma miniatura de canoa, atividade a que vem se dedicando nos últimos tempos.



**Figura 27:** abrigos na margem de Pão de Açúcar, ponto de encontro para o início da viagem. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



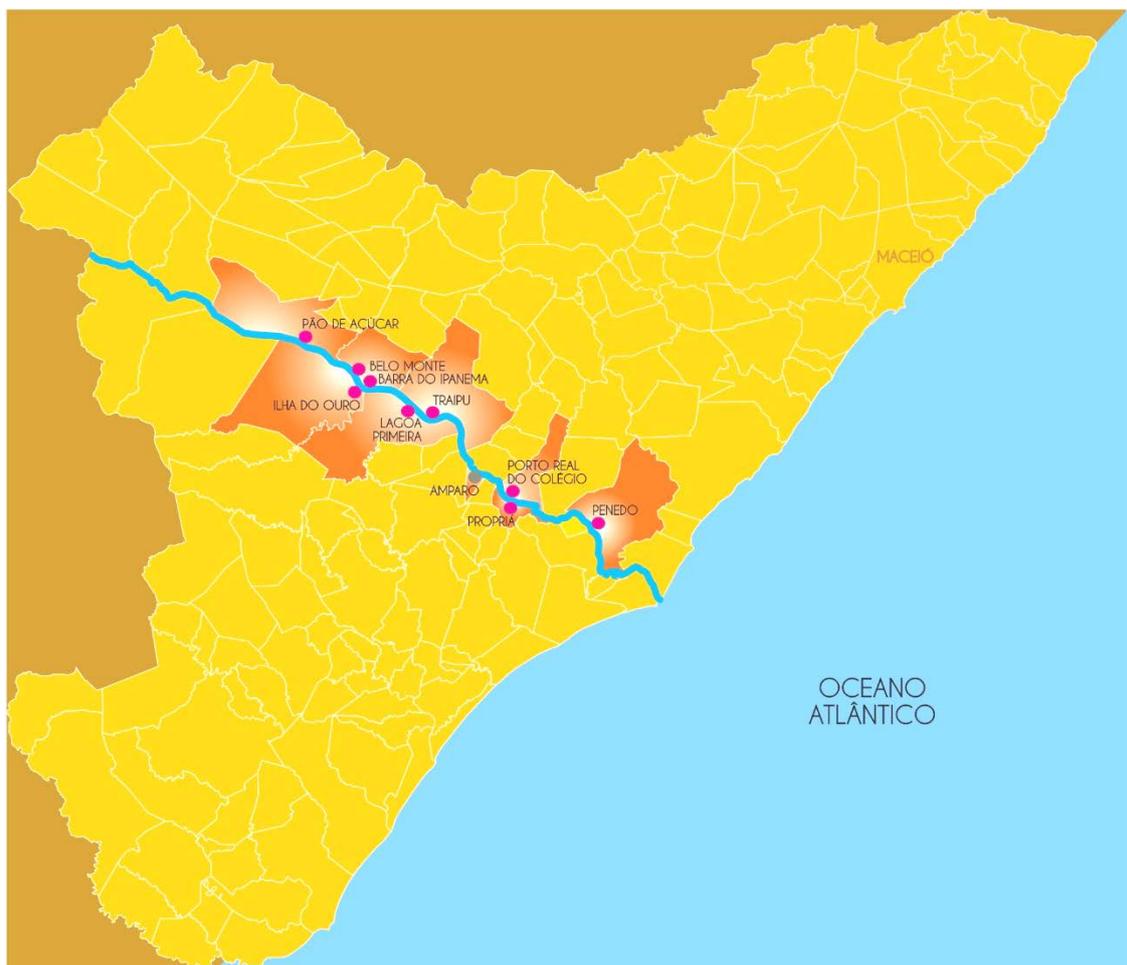
**Figura 28:** foto tirada com Mestre Pedro, ao centro, e João Bosco, à direita. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

**Figura 29:** Mestre Pedro e o estaleiro em que estava morando. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 30, 31 e 32:** Mestre Pedro e sua embarcação em miniatura. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Embarcamos no dia seguinte, só com o rio pela frente e com a perspectiva de algumas localidades passíveis de serem visitadas anotadas em um caderninho. Cada parada, ainda que curta, me ajudava a ampliar a imagem que se formava em mim do Baixo São Francisco. Depois de um dia da excursão, mais um imprevisto: uma peça do motor empenou ao passarmos por um baixio do rio. Ficamos à deriva um tempo; já era fim de tarde e não passava nenhuma embarcação, o que me deixou aflita. Depois de remar bastante e caminharmos com o barco ao redor de uma ilha, chegamos perto da margem do lado de Sergipe, onde havia uma pequena cidade chamada Amparo do São Francisco, onde pernoitamos. No dia seguinte, mais rio pela frente, algumas localidades visitadas e chuva antes de chegarmos à Penedo.



**Figura 33:** localidades visitadas durante viagem pelo rio. Fonte: IBGE, 2014 (adaptado pela autora).

No total, foram dez locais visitados, dentre comunidades rurais e urbanas. Em cada parada observei, ainda que rapidamente, os espaços das margens, principalmente em busca dos estaleiros, e os fotografei, coletando apenas alguns dados sobre os mestres que neles trabalham, quando era possível.

A viagem foi importante não só para ter um panorama geral sobre essas localidades, mas também para entender até onde poderia ir o recorte espacial do estudo, já que precisava testar o recorte inicial, comparar paisagens e estaleiros, confirmar se haveria intersecções desses espaços com os encontrados em Penedo. No final, ela se mostrou bem proveitosa no sentido de ampliar o repertório dos abrigos encontrados nas margens, além de ter propiciado uma experiência única minha com o rio.



**Figura 34, 35:** João Bosco, piloto da viagem, e vista do percurso. **Fonte:** Louise Cerqueira (2014).



**Figura 36, 37:** estaleiro em Pão de Açúcar, com Mestre Pedro, e estaleiro em Traipu. **Fonte:** Louise Cerqueira (2014).

Vale destacar novamente que esse universo ribeirinho abordado se limita à região do Baixo São Francisco. A troca mais intensa entre os habitantes dessa área acontece, em parte, por essa região do rio ser “isolada” dos outros trechos, pois há um rio que só existe antes e depois das cachoeiras e de trechos muito pedregosos: o rio que só existe onde há navegação. Ele é, portanto, segmentado por obstáculos físicos. As cachoeiras em Paulo Afonso dividem o São Francisco, no mapa geográfico, em Médio e Baixo.

“E o rio, o grande rio como a alma do sertão,  
 Desde de Paulo Afonso com sete ataques de doido, e rugo,  
 E espuma, e bate e dorme lá embaixo  
 Como um gigante que sofre de ataques de convulsão.  
 - Cachoeira de Paulo Afonso!  
 A água está doída!  
 Até os peixinhos fogem dela!  
 Até as pedras estremecem!  
 Até D. Pedro II teve medo da cachoeira!”  
 (DE LIMA, [1928], apud BARADEL; DANTAS, 2010)

No rio cotidiano, as quedas d'água também seccionam, ao menos em parte, rio e ribeirinhos, isolando esses dois trechos de uma possível interação que seria proporcionada pelo transporte fluvial. Se essas cachoeiras exercem naturalmente um caráter de barreira nos deslocamentos, a instalação de usinas hidrelétricas e a

consequente regularização das águas reforçou esse aspecto, e criou outros tipos de bloqueios, tanto físicos, a exemplo da retenção das águas nos reservatórios e de sedimentos acumulados nas barragens, como suas decorrências culturais: um rio farto que apenas se alcança na memória, uma margem que só se atravessa com rodeios para não encalhar nas croas, uma economia local que se desacelera.

## 2. Espaço habitado ribeirinho: abordagens de compreensão

### 2.1. Ferramentas de pesquisa: derivar, medir, corporificar

Constatou-se que o espaço habitado ribeirinho foge da lógica a qual o arquiteto tradicionalmente está habituado, ou seja, da cidade formalizada, da arquitetura perene (embora perceba-se uma tendência em direção a ela). É para atender as demandas do cotidiano do pescador e dos mestres de embarcação que o ambiente é construído e reconstruído, em movimentos que são mais notáveis porque estão inseridos num contexto de flexibilidade: dos "puxadinhos", dos abrigos provisórios, da interação comunitária.

Por isso a importância de estar presente no lugar para aprender com o que existe no espaço – e isso inclui as ausências sentidas no hoje – e com quem cria e dá sentido a ele, quem o anima. Em vista disso, a experiência empírica se mostrou a principal ferramenta para acessar informações sobre os espaços, procurando as questões *in loco* através de observações e intercâmbios com o lugar e as pessoas.

Percebeu-se que era preciso criar canais sensíveis para enxergar o objeto de estudo sem os próprios vícios da formação acadêmica, sem percorrer os caminhos que estamos condicionados a escolher, rever seu filtro e sua lente. Nesse tocante, a deriva foi uma estratégia retomada no início do mestrado<sup>17</sup>.

O método da deriva – o andar errante pela cidade – já havia sido utilizado pela autora em ocasião de outros trabalhos. Foi empregado no início do contato com o campo e em mais algumas ocasiões.

A deriva é uma técnica do andar sem rumo. Ela se mistura à influência do cenário. Todas as casas são belas. A arquitetura deve se tornar apaixonante. Nós não saberíamos considerar tipos de construção menores. (DEBORT, FILLON; [1954] apud JACQUES, 2003, p.17).

Essa técnica, largamente empregada pelo movimento Internacional Situacionista, consiste em tentar abandonar artifícios pré-concebidos de compreensão e interação espacial e encontrar novas formas mais espontâneas de vagar por ele e apreendê-lo. Também se utilizavam da criação de mapas mentais sobre essas experiências vagantes.

---

<sup>17</sup> O Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, buscando a sensibilização do olhar, vem utilizando, ao longo dos seus dezesseis anos de existência, a deriva como uma metodologia de apreensão espacial, bem como a elaboração de diários de bordo como forma de sedimentar as experiências empíricas.

Quando o andar já era atraído pelos mesmos lugares, buscou-se o olhar errante, o estranhar o conhecido, esquecendo-se das ideias predeterminadas e entregando-se ao acaso, à surpresa. Foi com essa curiosidade de estrangeiro, com o interesse de aprender com o que existe que se buscou mergulhar nos espaços da beira-rio, explorando não só os abrigos construídos pelos ribeirinhos, mas a atmosfera do trabalho, seus movimentos, suas permanências. O espaço habitado acessado em diversas visitas.

Ao constatar a potencialidade do trabalho em campo, um desafio foi pensar sobre as ferramentas de transmissão do conhecimento colhido no lugar, ainda mais considerando-se o caráter distinto entre o universo acadêmico e o ribeirinho.

Primeiramente, a oportunidade de experimentar um lugar com todos os sentidos que a imersão empírica proporciona não encontra muitas vezes, nas formas de representação dos estudos acadêmicos, um aporte que abarque a riqueza proporcionada *in loco*. Apesar de suas qualidades de organização e categorização, tabelas, quadros e mapas normativos restringem as possibilidades de comunicação sensorial disponíveis, além de apresentarem limitações ao retratar uma perspectiva aberta à complexidade, às ambiguidades e imprecisões. Uma certa rigidez da objetividade responde bem à exposição de pesquisas mais técnicas, mas nem sempre cumpre uma função de expressão que comporte elementos subjetivos e faça jus às formas de conhecimento que sejam distintas da maneira como a ciência é comumente reproduzida na academia, com convenções diferentes ou opostas às dessa.

Se no encontro desses dois mundos (erudito versus popular e erudito-que-analisa-o-popular) há aparentes pontos de repelência – o avesso de si sendo o outro – um esforço pode ser feito no sentido de, então, integrar-se nessa linguagem diversa, buscando aproximação, a adaptação ao ritmo encontrado no campo, a conexão ou compreensão das suas referências. Porém, ao fazer o sentido inverso – do estudo empírico de volta à linguagem acadêmica – é necessário estar atento ao risco de enfraquecer a dinâmica constatada em campo numa narrativa muito distanciada de sua substância e de esterilizar o que aprendemos ao formatar essa vivência em narrativa.

Assim, no contexto deste trabalho, se os instrumentos utilizados para (re)produzir informações do lugar ignorarem essa dimensão da percepção – da autora da pesquisa e dos autores do espaço – corre-se o risco de empobrecer o conteúdo e gerar dados que pouco comunicam sobre a realidade retratada, pouco evocativos quando

dissociados de seu valor formal. Torna-se necessário, portanto, explorar meios de síntese que comuniquem qualitativamente.

Porém, mais que pensar na expressão final, demandou-se rever a postura tradicional do arquiteto perante o próprio objeto, a seletividade do seu olhar, assim como suas estratégias de acesso; pensar sobre os parâmetros que o diferem daqueles que constroem o espaço estudado.

Foi necessário desvencilhar, ao menos por um tempo, das ferramentas e abordagens típicas da formação arquitetônica. Um simples exemplo: o arquiteto costuma mensurar o espaço, na maior parte das vezes, pautado no sistema métrico, ou através de consultas à literatura clássica como o Neufert<sup>18</sup>, auxiliado pelas ferramentas como o AutoCAD e programas de simulação em 3D. Mas conceber e produzir arquitetura pode se dar independente dessas referências de planejamento. Isso porque no universo aqui investigado – de trabalho em contato com a natureza, saberes de transmissão familiar, de autoconstruções - pode-se lidar, por exemplo, com parâmetros de medidas para cálculos espaciais e temporais diferentes do metro e do minuto, sistema atualmente normatizado no Brasil, e fundados em referências do corpo e das práticas cotidianas: o polegar<sup>19</sup>; a braça, medida derivada do palmo; o passo, medida geralmente individualizada; ou mesmo algo mais abstrato, como referenciar se o tempo levado para alguém sair de um lugar e chegar a outro é mais rápido, ou não, que o que leva a água na chaleira para ferver<sup>20</sup>.

O corpo como medida atravessa múltiplas culturas e continentes. Um outro exemplo de manifestação de medidas corporais detalhadas pode ser encontrado em um estudo sobre um complexo sistema baseado em unidades do corpo dos grupos de minoria étnica "Katu", que vivem em áreas montanhosas no Vietnã<sup>21</sup>. Os membros da aldeia, ao construir as habitações comunitárias denominadas "Guol", usando apenas a parte de cima do corpo – os braços e as mãos – como referência, desenvolveram ao longo de sua história dezessete medidas-base, com variações sutis de tamanho (de pouco mais de um centímetro). Além disso, criaram medidas equivalentes através de

---

<sup>18</sup> Ernst Neufert foi um arquiteto cuja obra principal, "A arte de projetar em arquitetura", foi por décadas e em alguns lugares continua a sê-lo, uma referência recorrente na realização de projetos de arquitetura.

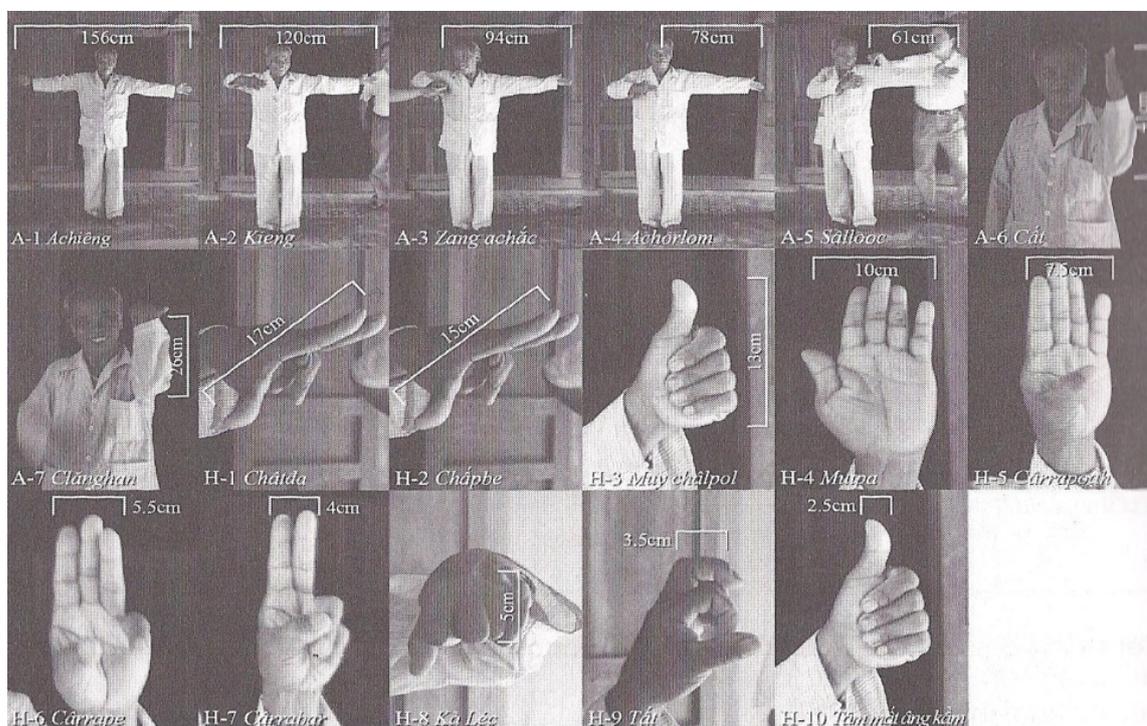
<sup>19</sup> Como ainda acontece em alguns países, a exemplo dos Estados Unidos.

<sup>20</sup> Essa expressão foi usada por uma depoente coletada durante pesquisa de campo do projeto INRC, em Marechal Deodoro.

<sup>21</sup> Este estudo foi apresentado durante o Conferência Internacional de Patrimônio Vernáculo & Arquitetura da Terra CIAV2013 | 7º ATP | VerSus, onde a autora apresentou um trabalho que contemplava aspectos dessa dissertação.

“conversão”, gerando derivações que utilizam a parte inferior do corpo ou replicando essas referências de tamanho em outros objetos (Kobayashi, Nguyen; 2014).

"Aldeões decidem uma forma e organizam os componentes e o tamanho dos materiais baseados no corpo humano. Eles usam seus corpos diretamente para as medidas ou uma vara de madeira, que replica partes do corpo como uma régua temporária." (Kobayashi, Nguyen; 2014, p. 359)



**Figura 38:** as dezessete medidas-base utilizadas em Hong Ha Commune. **Fonte:** Kobayashi, e Nguyen, 2013.

Então o que muda, na arquitetura, quando se adota esses procedimentos? O intelecto age a partir de observações construídas e herdadas, e muitas dessas experiências são memorizadas através do trabalho corporal, com aproximações intuitivas ou medições parametrizadas ao longo da vida e repassada através das gerações.

Para pensar a arquitetura feita para a escala do corpo físico, é preciso admitir como o corpo pode ser – e na verdade ainda é – a própria “régua” do espaço vivido, com seus alcances sendo reproduzidos para dar conta de um espaço maior ou menor. No caso investigado entre as comunidades ribeirinhas e em Penedo, há no uso corrente tanto as medidas que utilizam o corpo como referência, quanto as que estão dentro do sistema métrico.

No tocante às primeiras, encontrou-se o uso da braça, que aponta, por exemplo, a distância em que devem ser separados os "covos" – instrumentos de forma cilíndrica com armadilhas em seu interior muito utilizados na captura de camarões e pitus –

numa corda antes de mergulhar no rio, bem como para mensurar o tamanho da corda da rede de tarrafa. O caso mais comum, porém, foi do uso da légua, ao referir-se às distâncias mais longas, entre localidades ao no curso do rio.

A naturalidade dessas práticas torna-as interessantes para o pesquisador enquanto objeto de investigação, mas são consideradas conhecimento corriqueiro para os detentores do saber. Assim, indagações sobre este tema tendem a não evocar respostas detalhadas vindas dos depoentes, tornando a sistematização das mesmas um desafio para os que se debruçam sobre elas.

É por essa diferença de referências entre a formação dos pesquisadores e das pessoas estudadas que, para sintonizar, foi preciso uma vivência em campo que demandou observação e tempo para ouvir o outro. A fala das pessoas e suas ações habituais revelaram muito sobre a sua memória, por isso a importância do acesso direto a elas nesse trabalho, possibilitado através das viagens – nunca em demasia.

Durante as mesmas, a história oral se mostrou um método muito promissor para entender como os ribeirinhos enxergam o São Francisco e seus ofícios, além de conhecer o vocabulário das suas práticas. Contudo, sabe-se que este método não exclui a importância da observação, análise e interpretação, que pode acrescentar densidade aos relatos oferecidos. Além disso, deve-se ter em vista que, não raro, o que lhes é essencial não é verbalizado, mas sim demonstrado através de seus gestos. O interagir com os moradores e trabalhadores na área demandou várias viagens até que fosse possível realizar, sem maiores constrangimentos, algumas entrevistas gravadas, sem roteiro estruturado. Em certas oportunidades, pude até sair em passeios de barco com eles e conhecer lugares mencionados em entrevistas.

Além das viagens concretizadas anteriormente durante o projeto INRC, foram realizadas mais de dez idas a campo no decorrer do mestrado. Nelas, o olhar observador externo era registrado em diários de campo e fotografias. Essas últimas se mostraram essenciais, já que muitas vezes elas cumpriam melhor o papel de comunicação e sobre o lugar que as narrações escritas.

## **2.2. Ensaio de formas**

Como etapas de sedimentação da deriva e das viagens de campo, foram elaborados dois ensaios formais a partir da experiência no lugar: um diário de bordo e um objeto-síntese. O primeiro consistiu em criar uma narrativa ao mesmo tempo textual e

sensorial, e o segundo, na representação abstraída das impressões sobre o objeto de estudo. Esses ensaios tiveram por objetivo exercitar processos de representação aproveitando a aproximação sensível da autora com o tema do trabalho, traduzindo as percepções como forma de aguçar o olhar e estimular reflexões sobre as experiências.

Tal esforço proporcionou executar as qualidades e atributos sensoriais que caracterizaram a experiência empírica, buscando refletir sobre o objeto de estudo e sobre as próprias ferramentas disponíveis ao arquiteto e urbanista para o trabalho com o espaço habitado.

### **2.2.1. Diário de bordo**

O diário de bordo<sup>22</sup> foi, na metodologia adotada no trabalho, uma criação manual realizada como fruto da deriva, contendo descrições sobre uma experiência no lugar e seus acontecimentos. Na verdade, o produto é mais que uma forma de registrar a experiência em um lugar, pois é em si um exercício de reflexão sobre os aspectos sensoriais nos quais se está mergulhado quando em pesquisa de campo. Desse modo, na confecção de um diário de bordo, busca-se uma narrativa que descreva uma experiência tanto textualmente quanto iconograficamente, podendo utilizar-se de mecanismos que favoreçam a exploração dos sentidos.

Depois de uma deriva marcante para a autora, realizada em novembro de 2012, surgiu um relato em forma de diário de bordo, confeccionado a partir de fortes impressões que algumas mudanças ocorridas na visita a um dos estaleiros em Penedo, além do conhecimento já acumulado sobre o lugar.

Foi formado por partes, e estas por partes ainda menores, ora articuladas, ora independentes, desmembradas, não contínuas. Quando articuladas, entulhadas, empilhadas, mostrava imagens sobrepostas e entrelaçadas; presença de camadas e marcas. A tipografia buscou enfatizar a ideia de adição, remetendo aos "puxadinhos" dos estaleiros, que obedecem mais a uma lógica da necessidade, de resoluções a curto prazo, que à convenção de planejamento e perenidade que normalmente almeja o arquiteto. Embora o conceito geral fosse influenciado pelas experiências anteriores, das várias oportunidades de trabalho de campo realizados previamente, o efeito de

---

<sup>22</sup> No Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, a autora teve oportunidade de realizar vários experimentos com diários de bordo, bem como de acompanhar, no seu estágio docência, na disciplina de Projeto de Arquitetura 1, a metodologia em sala de aula.

desmantelamento foi buscado em decorrência de um acontecimento particular da deriva em questão. Um dos estaleiros da cidade, utilizado pelo Mestre Lu<sup>23</sup>, se encontrava parcialmente demolido para dar espaço a uma nova construção de tijolo, no mesmo lugar. Portanto, a prática estava sendo modificada para acolher um material mais convencional de construção.

Por isso, as partes que compõem o diário se desfazem dele como um "todo". Essa fragilidade não se apresenta apenas na incontingência de sua presença, ao ser substituída por uma nova expressão de si mesma, mas também na sua própria forma "original", seus materiais. Em várias entrevistas, foi expresso o desejo de se ter algo mais sólido e certo como o tijolo, que protege melhor das intempéries, da vista e alcance dos ladrões.



**Figura 39:** vista panorâmica do estaleiro do Mestre Lu, localizado no Barro Vermelho, Penedo. **Fonte:** Arquivo Estudos da Paisagem, 2011.



**Figura 40:** vista panorâmica de estaleiro sendo reconstruído no Barro Vermelho, Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.

---

<sup>23</sup> O Mestre Lu é bem conhecido na região e seu estaleiro foi completamente transformado durante os anos desse estudo. Ele se situa na margem do rio no Bairro Vermelho, e pude vê-lo trabalhando em algumas ocasiões.



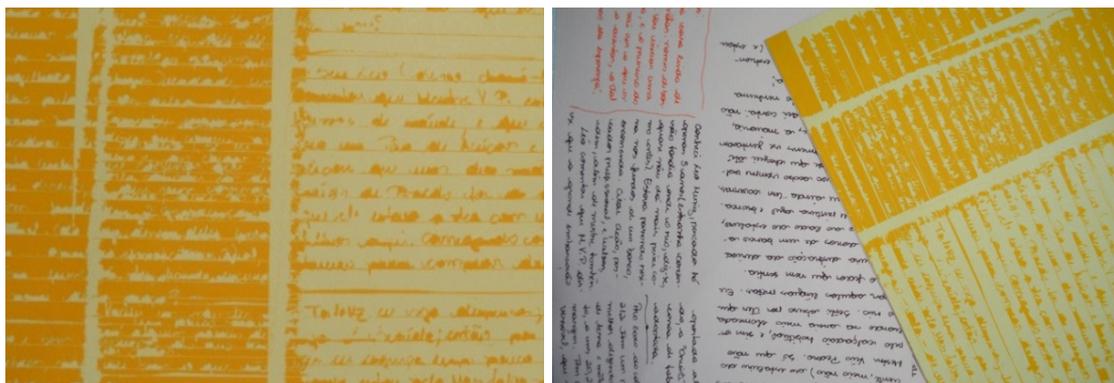
**Figura 41 e 42:** estaleiro demolido e detalhe. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.

A lógica da escrita seguiu uma “ordem desordenada”, em que a posição inicial das linhas não ditaria a direção e sentido e limites do resto - ao contrário, sentia-me à vontade para ocupar o papel com as palavras de diversas formas: convencional ou de cabeça para baixo; única coluna, ou diversas; comentários que se apropriavam do espaço do texto principal (apesar da preocupação em ressaltá-lo com uma cor diferente). As páginas possuíam uma leve textura, uma leve rugosidade, aludindo à aspereza do acabamento rústico. As folhas são todas soltas entre si - desde a capa, contra-capas, páginas de texto e álbuns de fotos. As duas primeiras remetiam à escrita de mão, cursiva, e aos restos de tinta, imprimindo marcas. Dois álbuns de fotografias complementaram o diário: um, referente ao primeiro dia, com imagens impressas diagramadas e algumas impressas em papel fotográfico guardadas no final; o segundo carregava na sua composição um caos que é encontrado tanto na disposição amontoada dos objetos, quanto na própria desconstrução física do ambiente retratado nas imagens. Isso foi passado através da organização das fotografias por sobreposição irregular, de forma que para ver as imagens que estavam abaixo, tinha-se que empurrar as várias que estavam posicionadas em cima, encobrimo-as, fazendo alusão ao amontoado de objetos que se empilham em alguns lugares dos estaleiros.

Buscou-se que a resolução estética da capa estivesse em sintonia com a ambiência que se propôs retratar – de camadas, sobreposições e marcas – e a forma solta comunicasse sobre a fragilidade das condições dos processos sociais a que estão submetidos os trabalhadores ribeirinhos, além dos conflitos concernentes aos movimentos de transformação que o lugar tem sofrido e tende a continuar sofrendo.



**Figura 43:** partes do diário de bordo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.



**Figura 44, 45:** detalhes da narrativa escrita. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.

### 2.2.2. Objeto síntese formal

O segundo experimento formal resultou de uma ida a campo, novamente pelas margens e seus abrigos, mas com a bagagem de dois anos e meio de visitas ao local. Retomou-se o processo de experimentações formais, na tentativa de levantar questões sobre a representação do espaço, e promover um maior conhecimento sensível sobre o lugar através da reflexão sobre o processo de criação do objeto (questionamentos conceituais, de transposições formais e decisões estilísticas) e sobre o produto final.

O objeto deveria representar a dissertação; mostrar o tema de estudo, podendo contemplar a relação pessoal com o lugar, além de motivações, angústias e questionamentos que eram suscitados pela pesquisa.

Os conceitos foram trabalhados segundo a percepção individual da mestrandia sobre os lugares ribeirinhos que haviam sido visitados, os estaleiros sendo o mote principal. Alguns dos termos relacionados a esses lugares foram listados: rusticidade e polidez, reaproveitamento, restos, diversidade de materiais, pobreza, feiura e beleza, mudança, reconstrução, adição, sobreposição, confusão e organização.



**Figura 46 e 47:** abrigos na margem perto do porto de Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.



**Figura 48,49:** abrigo na margem e interior de estaleiro situado perto do porto, ambos em Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012 e 2011, respectivamente.

Para dar corpo aos conceitos trabalhados, a forma geométrica eleita foi o poliedro irregular, constituído não apenas por faces com medidas e quantidade de lados desiguais, mas composta também por faces faltantes. Forma "sem forma", aberta ao imprevisível, ao caótico. Essa escolha foi uma oposição aos poliedros regulares e suas associações simbólicas relativas ao perfeito, absoluto e ideal. A imperfeição representada pela descontinuidade tinha que ser um ponto de partida, e representava

as soluções arquitetônicas de lógicas de reaproveitamento, com soluções de remendo aparentemente improvisadas e diversos materiais agregados em uma mesma estrutura, como nos abrigos ribeirinhos.

A sua base conceitual decorreu do confronto dessas palavras-chave, e o resultado final foi uma estrutura cujo equilíbrio era atingido de forma assimétrica à medida em que o objeto era manipulado e estacionado.

A descontinuidade da forma foi reforçada pelo uso dos materiais (que nos estaleiros variam de madeira nova, madeira de demolição, cortina, placas, faixas, a arames, redes, etc.). Nas suas faces, mimetização das frestas, transparências, permeabilidade (visual e física) e bloqueios encontrados nos estaleiros. O objeto é diferente em vários ângulos, com diversas soluções de juntas (amarração, cola, prensa com massa), remetendo à hibridez de arranjos proporcionados pelos achados.

A falta foi um componente decisivo a ser comunicado - a carência de recursos monetários, os baixos níveis do rio, a escassez de peixes; o semblante dos materiais residuais, reaproveitados.

No entanto, embora a maior parte das palavras-chave possa ter uma conotação negativa, procurou-se ir além da própria ideia de falta e escassez. Um exemplo foi a contraposição entre a materialidade aparentemente improvisada dos estaleiros – em que pedaços de madeira não são aparelhados, buracos são cobertos com lonas ou outros reciclados de outros lugares – com a materialidade polida, refinada do produto final lá confeccionado, que são as embarcações: coloridas, bem acabadas, com formas geométricas destacadas tanto na sua configuração, como nas suas pinturas.



**Figura 50 e 51:** área externa do estaleiro do Mestre Pedro (hoje, do Mestre Wilson). Fonte: Louise Cerqueira, 2012.

O objeto foi contemplado com cores vivas, mostrando a dinâmica desses espaços de trabalho e lazer (permeabilidade de trânsito de pessoas em espaços de ofício, resultando muitas vezes em usos diferentes concomitantemente), e em camadas

superpostas, lembrando as pinturas sucessivas nos barcos e as camadas sobrepostas dos estaleiros.

Também buscou-se retratar na sua estética visual a suposta informalidade no espaço, percebida na distribuição dos objetos, morfologia das construções, e nos usos; no mobiliário, tanto de espaços abertos como fechados, nos materiais residuais e outros objetos do cotidiano (desse lugar ou herdados de outros espaços), criando um novo arranjo que remete à escassez, mas que também gera uma atmosfera despojada e flexível.

No interior, visualizadas de fora, três esferas brancas: de forma geométrica perfeita, pura; de branco limpo e envernizado, brilhoso. Porque não é só da aparente confusão e acúmulo que vive esse espaço, mas também da simetria e esmero das embarcações. São os únicos membros do objeto que estão em movimento dentro do exoesqueleto e que dele também escapam; se destacam da complexidade formal do objeto que o abriga com a simplicidade volumétrica de superfície neutra.

A existência de um dentro e um fora corroboraram na predominância da arquitetura dos estaleiros na concepção da forma, revelada no processo. Os sentidos que dominaram foram a visão e o tato, que também se sobressaem na percepção da arquitetura (convencionalmente falando). Em certa medida, foi uma tradução mimética para uma nova escala e para a transferência do funcional para o abstrato.



Figura 52, 53, 54 e 55: O objeto-síntese, visto de diferentes ângulos. Fonte: Louise Cerqueira, 2012.

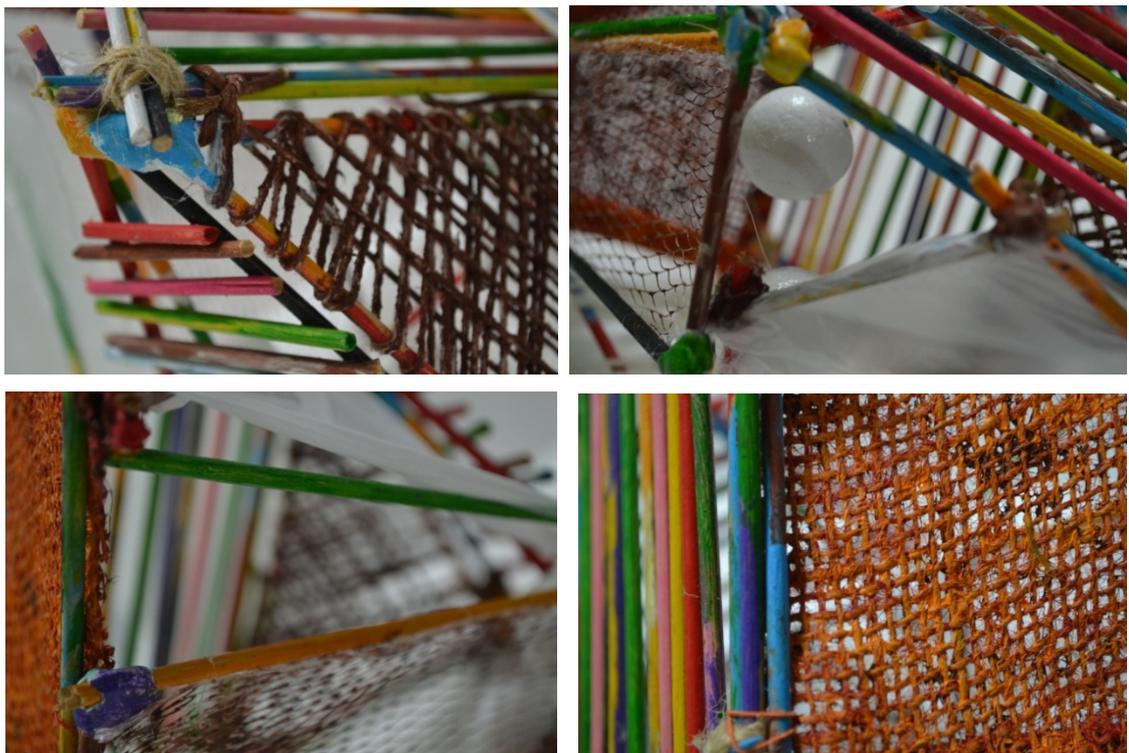


Figura 56, 57, 58 e 59: Detalhes do objeto. Fonte: Louise Cerqueira, 2013.

### 3. Narrativas: fragmentos da paisagem

#### 3.1. Questões panorâmicas, elementos recortados

Para identificar variáveis que operam no espaço e na percepção do mesmo – ações, afetos, memórias – e viabilizar a “extração” de algumas das múltiplas associações possíveis na interpretação dele, foi necessário refletir sobre questões gerais acerca do objeto de estudo, mas também identificar elementos e analisar a paisagem sob a ótica destes, fragmentando o olhar, recortando o detalhe, decupando a paisagem. Esse afinamento não pretendia, entretanto, fechar um “zoom”, podendo estar associado ao todo.

A intenção do capítulo é mergulhar na paisagem para produzir, ao final do próximo, um mapa de Penedo ribeirinho. Retratá-lo exigiu observá-lo dentro de uma lógica comum a várias localidades ao longo do baixo São Francisco. Como visto, as cidades ribeirinhas se extravasam rio acima e rio abaixo, se prolongam atravessando as margens. Essas referências revelam uma determinada intersecção cultural e um vocabulário compartilhado, que incluem esses novos horizontes dentro do “conjunto” local.

Um mapa do Penedo ribeirinho será estranho, portanto, aos recortes institucionais, às divisões municipais (embora elas abordadas de outra forma), sendo a ideia de localidades mais afim a esse contexto. Seus limites não são duros, flexíveis; se expandem numa projeção inter-relacional de comunidades – pode-se referir-se às cidades e povoados da beira do São Francisco como partes de uma rede que compartilha saberes e modos de vida peculiares (mas não excepcionais ou glamorosos), marcados por trocas simples em seu cotidiano. Além da interação física dos moradores que transitam entre as comunidades nas atividades do dia-a-dia, há o intercâmbio realizado pelas próprias histórias de vida dos mesmos: não raro, nasce-se num canto, batiza-se noutro, casa-se e constitui-se família noutra povoação, podendo até se afastar do rio, mas comumente mantendo-se em sua contiguidade.

Assim, a relação entre as localidades pode ser analisada como fluxos, deslocamentos de pessoas nos/entre lugares, mas também em um parâmetro subjetivo, ou seja, como movimentos de lugares nas pessoas. A título de exemplo, o sítio de nascimento e criação dos primeiros anos, ainda que resguardado na memória (não só familiar como do próprio indivíduo) pode adquirir um caráter ambíguo quando confrontado com a formalização de protocolos exteriores. Se, por um lado, um indivíduo pode sentir-se

pertencente a um lugar outro que não o de seu nascimento e sua infância – e neste caso as semelhanças entre as cidades ribeirinhas podem facilitar esse sentimento – isso não exclui a influência e interiorização de convenções institucionais, que também constroem a história e identidade individual.

Em campo, isso foi constatado em algumas situações nas quais essa complexidade fica clara. Francisco dos Santos<sup>24</sup>, por exemplo, afirma que é “filho de lá do Colégio<sup>25</sup>” para explicar logo em seguida: “aliás, eu nasci em Propriá<sup>26</sup>, no hospital mais véio que tem lá, me criei em Propriá, em Sergipe, e fui batizado em Colégio”. Finaliza a dizer “sou alagoano.”

Leonardo<sup>27</sup> então me explica que o que vale “é o batistério.” Pode-se dizer, portanto, que a instituição eclesiástica é uma referência de legitimidade de pertença a um lugar. Ao ser indagado onde nasceu, depois de responder que em Penedo, Leonardo prontamente acrescenta: “mas meus documentos são de Igreja Nova<sup>28</sup>. (...) O que vale é o que consta no documento, né”. Nesse caso, a história de origem é, de certa forma, bifurcada entre a consciência de quem se é (no tocante a sua naturalidade) e o “eu” que se apresenta como oficial (legitimado pela instituição burocrática). Essa itinerância foi notada como constante nas entrevistas realizadas. Surge, então, o desafio de materializar essa relação humana dentro do e com o espaço.

No tocante às relações espaciais no lugar de estudo e seus vizinhos – contíguos ou por aproximações culturais – a intensidade da relação entre o Penedo investigado e outras localidades certamente foi influenciada pela distância física entre elas, mas não unicamente. Além do fator proximidade, outras questões contribuem para estabelecer o nível e o caráter de interação. Também é importante frisar que a relação não se constitui apenas entre os pontos origem e destino, como se o percurso servisse apenas de ligação – ele também constrói a relação em si, com suas próprias paisagens, obstáculos e facilidades e marcos referenciais.

Outra constatação a colocar versa sobre a importância de pensar a representação não apenas do espaço mas da temporalidade. A sua presença pode se fazer no estudo de

---

<sup>24</sup> Francisco de Assis dos Santos, pescador entrevistado em Penedo, 2012.

<sup>25</sup> “Colégio” é a forma reduzida da denominação Porto Real do Colégio, em Alagoas, cidade às margens do rio São Francisco.

<sup>26</sup> Propriá é uma cidade situada às margens do rio São Francisco em Sergipe, quase à frente de Porto Real do Colégio, em Alagoas, que se situa também contígua ao rio.

<sup>27</sup> Leonardo Muniz, pescador e assistente do Mestre Wilson, foi entrevistado em 2012, mas seguiu como uma presença constante na trajetória da pesquisa. Começou seu trabalho de assistente no feitiço e reparo de embarcações no início da década de 1990, junto de Mestre Pedro.

<sup>28</sup> Igreja Nova, Alagoas, é um município às margens do rio São Francisco, contíguo à Penedo.

diversas formas: através dos ciclos da natureza, marcando anualmente as cheias e vazantes e outros fenômenos; através dos tempos das gerações, marcados pela transferência dos saberes principalmente nos âmbitos familiares (hereditariedade que tem se comprovado enfraquecida no campo, com alguns saberes em sua última geração e com a relutância de parte dos pescadores em propagar o ofício aos filhos); e também pela mudança da percepção de tempo-espaço devido às novas tecnologias, relativizando as distâncias percorridas – antes, à vela, hoje, no motor – e até mesmo do tempo mais curto empregado nos processos de fabricação de embarcações e armadilhas de pesca com o advento de novos materiais e tecnologias.

Para organizar as informações já coletadas sobre a vida ribeirinha e refletir sobre as demandas vindas da experiência no campo, será preciso identificar os elementos que compõem esse habitat, observar a relação/interação entre os eles, as ações humanas a ele relacionadas, bem como seus valores e significados, para então problematizar como esses elementos podem ser representados, aqui pensados cartograficamente, e materializá-los.

Tal processo, entretanto, não foi linear, havendo vários pontos de início e interrupção, caminhos tangentes e inversões na ordem. Os experimentos manuais de representação foram estágios intermediários, resultantes de uma série de questionamentos, mas suscitando outros que só a sua realização proporcionou. Formulações foram enfraquecidas ou fortalecidas a cada viagem e o conhecimento sobre o lugar e seus usos segue o curso dos acasos dos momentos investigados e das memórias acionadas.

Apresentaremos, em continuidade, alguns elementos considerados chave no universo ribeirinho em Penedo e seus papéis no espaço. São mais recortes naturais, edificados e humanos, que servem como perspectivas para ajudar o direcionamento e foco da atenção, cada qual criando uma micro-narrativa sobre o lugar, e que serão os “ingredientes” do mapa do lugar.

### 3.1.1. Rio



**Figura 60:** A cidade de Penedo vista do rio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

O São Francisco desse trabalho não é tanto o retratado na imagem acima, rio dos postais, que adicionam à paisagem a cidade, porém despovoado de embarcações. Também não é necessariamente o rio que viaja do sertão à foz num sentido único rumo ao mar, mas o que contém em si diversos caminhos possíveis.

Próximas da foz, suas águas mudam de tempos em tempos. "Um rio como esse, que tem duas água, tem uma época de água barrenta e outra época de água azul"<sup>29</sup> não pode ser encarado como uniforme na perspectiva das estações do ano, mesmo após tantas intervenções humanas.

Para alguns pescadores, o curso d'água possui tanto um trecho habitual, onde realizam suas atividades cotidianas e visitam com certa frequência, quanto zonas do quase desconhecido, por onde navegar desperta receio. Pode-se comparar à sensação de segurança que temos ao cruzar as locais que passamos diariamente, cujas mudanças acompanhamos paulatinamente e, por isso, pouco choque causam, em oposição a lugares que não frequentamos. Alguns desses ribeirinhos, entretanto, sentem-se seguros navegando por todo o rio.

A sua conformação – nunca igual, sempre em movimento – condiciona as possibilidades de navegação, interpretadas com base no conhecimento repassado por gerações, mas também nas experiências individuais dos ribeirinhos. Seus baixios ditam desvios e moderam a velocidade, assim como as vegetações aquáticas costumam ser evitadas para não se prenderem ao leme. É preciso conhecer bem o rio para evitar (ou tomar cautela em) trechos pedregosos, e passagens podem deixar de ser navegáveis em questão de dias. Por outro lado, as ilhas emergem e imergem

---

<sup>29</sup> Fala de Toinho Pescador, em depoimento coletado em abril de 2010.

numa velocidade que só o distanciamento dos dias, meses e anos consegue pôr em evidência.

Mas o rio desconhecido também pode estar bastante próximo, de uma proximidade, aliás, quase inevitável. Pode estar bem perto de onde se passa diariamente, onde a vista, por mais atenta que seja, não alcança – bem embaixo da embarcação. Se no verso do rio, ao olharmos ao redor, vemos ilhas, margens, vegetações e aglomerados urbanos; se os barcos deslizam sobre a massa quase bidimensional e larga das águas, sob um céu que toma conta de grande parte da paisagem visível, o que há no inverso, no avesso dessa superfície líquida? Que plantas podem enroscar as pernas, que peixes podem machucar? Que baixios inesperados podem danificar o motor do barco? Que perigos e segredos, enfim, submersos?

Decerto, alguns desses riscos estão mapeados na mente dos pescadores, que podem evitar certos trechos e sentir mais confiança em outros. No entanto, para alguns, as áreas submersas são de um rio insondável, que desperta temor: “Eu não mergulho de jeito nenhum. A gente corta a rede, mas não mergulha, se engancha em algum pau. Porque é muita piranha.” (Edna dos Santos, junho de 2014<sup>30</sup>)

A valentia de outros peixes também causa receio em algumas pessoas:

(...) tava pescando, menina, apareceu um cardume de peixe, cada peixe, tão grande, eu digo 'Toinho, esse peixe vai virar esse barco', ele disse 'é bem um camurim', um monte assim, de repente. Lá em cima, perto do Xinarém. (Edna dos Santos, junho de 2014)

Edna, que costuma pescar apenas na companhia do marido, expõe os medos que divide com ele, e os receios de pescar sozinha. Também o medo do barco virar ou cair na água e não ter quem acuda faz com que busque convencer o marido a não irem pescar sem que ele esteja bem disposto.

Agora mesmo ele tá fazendo uma rede para pescar de chira<sup>31</sup>, porque dá assim, às vezes, embaixo do baceiro. Aí tem que mergulhar, minha irmã, e como é que vai mergulhar embaixo do baceiro? Baceiro é o mato que tem nas beiradas assim do rio<sup>32</sup>, e às vezes tem muita piranha embaixo, aí ninguém sabe o que é que tem lá embaixo. Aí ele diz 'ah, essa pescaria não dá não, pra mim', né, e é muito perigoso, muito arriscado. (Edna dos Santos, junho de 2014)

<sup>30</sup> Edna dos Santos nasceu em Saúde, município de Sergipe, e foi entrevistada em junho de 2014 na sua casa, no Barro Vermelho, Penedo.

<sup>31</sup> Chira é uma espécie de peixe de água doce.

<sup>32</sup> A vegetação submersa encontrada principalmente nas partes rasas é também chamada por alguns de “cabelo”, e por outros de “lodo”. Também pode ser referida por “bagaço”.

Há, em vários pontos do rio, embarcações afundadas e abandonadas. Em Penedo, também. O que aconteceu aos que estavam sendo transportados? Mestre Pedro, perguntado se as pessoas se salvavam quando as canoas de tolda afundavam, mencionou um caso de catástrofe: “Uma parte morria. Numa canoa chamada Palestina, se virou-se lá em frente a Traipu, aí morreu um bocado de gente. Morreu umas catorze pessoas.” (Mestre Pedro, maio de 2011) Também, durante algumas entrevistas, foram mencionados casos de afogamento – o rio que se transforma da brincadeira para tragédia familiar.

Porém, as ameaças não se limitam ao desconhecido, à cautela com os perigos escondidos na água. Ao longo das várias entrevistas e conversas que tive nesses anos de estudo, houve várias menções a um mal comum, que acompanha muitos momentos de pesca, uma entidade quase onipresente: trata-se da “frieza”. Ela, considerada a culpada desde dores de joelho a dificuldades pulmonares, acompanha quase sempre o pescador, principalmente na madrugada, surgindo já no fim da tarde e avançando para o início da manhã. Uma mazela que provoca, direta ou indiretamente, os mais diferentes males ao corpo: alergia, pneumonia, dores nas articulações.

Meu pai, mesmo, que mora aí, vizinho, ele paralisou da cintura pra baixo, aí um lado dele, da perna, ele anda arrastando, assim, ele acha mais que foi também a frieza. Aí graças a Deus, também, ele já ta aposentado. (Edna dos Santos, junho de 2014)

Segundo Neidinha<sup>33</sup>, a frieza também foi a responsável por seu irmão ter parado de pescar, havendo tido complicações como a tuberculose e problemas na coluna. Conversando com outros pescadores nas margens, explicava-se que a doença surgia naturalmente como motivo de indisposição depois de anos na atividade.

E as preocupações não acabam por aí: como já mencionado, o medo da violência obriga os pescadores a guardar seus motores com cuidado e ficarem vigilantes quando estão pescando ou montando barraca nas croas. A maioria das pescadoras em Penedo não pesca sozinha, mas na companhia de outro homem, comumente o marido. Nas conversas com os ribeirinhos, poucas foram as mulheres mencionadas que encaravam o ofício no rio a sós.

---

<sup>33</sup> Entrevistei Neidinha, Marineide Santos da Silva, em junho de 2014 na sala de sua casa, no Barro Vermelho, e sob protesto, não gravei a conversa. Mostrou-me, a casa, bem como deixou que eu a fotografasse e usasse as citações presentes na dissertação.

Neidinha, que costuma ir com o marido na pesca com covos, comenta que se deve ter cuidado ao deixar as armadilhas no rio em um lugar conhecido, mas não muito visível, para não correr o risco de perder os camarões para algum oportunista. “A violência não só ta em rua, não. Em rio também tem.” (Neidinha, junho de 2014)

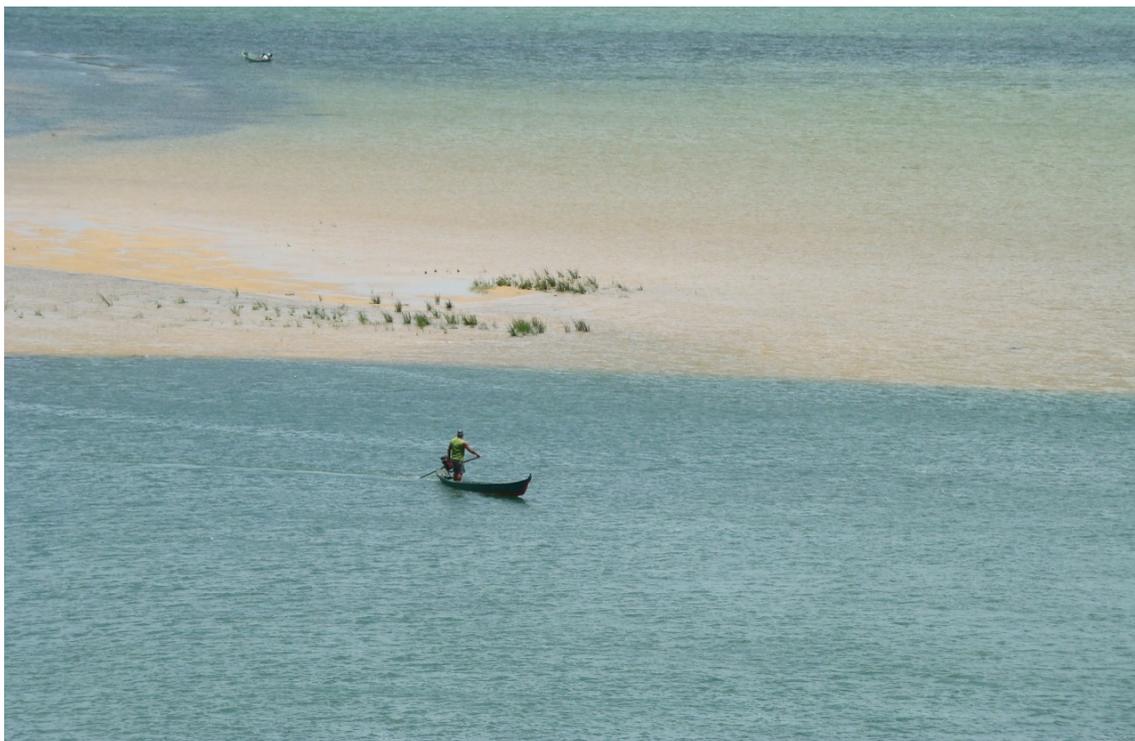
Mas o medo vai além do receio de perder o fruto do trabalho para outras pessoas, nem se limita ao momento de ancorar o barco e guardar seus pertences. Ele acompanha alguns pescadores nas horas de trabalho no próprio rio. Esse é um dos principais motivos que impedem Edna, como relatou, de pescar sozinha. Quando perguntada se já foi pescar só em alguma ocasião, respondeu:

Não. Eu acho assim, perigoso, sabe. Porque as vezes, até, ó, quando ta duas, três, quatro pessoas na croa, que a gente fica na croa, ainda é perigoso, que vão o pessoal roubar os motores. Teve uma época que roubaram os motores do rapaz, as redes, quando acaba, ainda deixaram eles amarrados, ele e a mulher. Foi. Carregaram o barco dele, tudinho, depois ele encontrou o barco, mas o motor, não encontrou mais nem rede, nem nada. (...) Às vezes a gente ta pescando, aí faz a barraca, aí espera a maré pra arriar a rede, aí se deita, aí não pode ouvir um barulhinho, de barco, aí já fica já observando, pra ver se vai parar, se é alguém que a gente conhece. (Edna, junho de 2010)

Para além dos temores, o Velho Chico não é só caminho de águas, mas também das adversidades encontradas por aqueles que dependem dele. Devido à dificuldade relatada na navegação atualmente, com mais destaque do que no passado, o rio é também, e sempre mais, seus bancos de areia. Assim, embora possa-se evocar a ideia da força e presteza de sua corrente, não é possível desconsiderar que o rio hoje é água, mas também baixios, terra. Não como resultado de um período de estiagem sazonal, como fica evidente em dados coletados de suas vazões nas décadas passadas<sup>34</sup>, mas como realidade constante, dando ao tom da fala o ar de desesperança. O surgimento de novas croas, acentuado em anos de pouca liberação da vazão na represa de Sobradinho, pode integrar o conjunto de elementos representados no São Francisco, sendo ele hoje, portanto, fluxo, mas também os próprios impedimentos que se apresentam a ele.

---

<sup>34</sup> Segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente, as vazões médias do São Francisco variavam bastante, alcançando vazões máximas mensais de 13.743 m<sup>3</sup>, ocorrente em março, e mínima mensal de 644 m<sup>3</sup>, em outubro. A média anual era de 2.980 m<sup>3</sup>.



**Figura 61:** vista do rio no alto, croa ao fundo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010.

Além disso, também pode haver uma forma aparentemente branda de disputa pelo espaço no rio, efêmera e tácita, nos momentos de pesca, uma vez que cada pescador precisa de um trecho mínimo para trabalhar sem ser atrapalhado ou incomodar o outro. Mas tais demarcações ainda assim podem gerar certos conflitos.

Primeiro, você sai aqui, vai discutir com os outros. Discutir, o cara vai arriar um lanço, o cara chega, arreja por cima, 'achou ruim?', com brincadeira, e lá vai, e não gosto. (Mestre Lula<sup>35</sup>, junho de 2014)

O choque de territórios também pode se dar com métodos de pesca controversos empregado por alguns. Um deles se refere à pescaria de “batida”, técnica polêmica usada pelos que acreditam ser essa uma boa forma de atrair os peixes, rejeitada, contudo, por outros, os quais dizem que a prática afugenta os animais para longe não só de quem perpetra essa prática, mas igualmente de quem está tentando pescar por outras formas nas proximidades. Outra estratégia de territorialização se dá na escolha do lugar para pescaria de covos. Considerando que os mesmos ficam por dias ou semanas no mesmo local – as armadilhas ficam afundadas no rio até a hora de serem esvaziadas, quando são novamente iscadas e mergulhadas pelos donos – a demarcação do mesmo, seja através de alguma boia discreta ou apenas fixada na

---

<sup>35</sup> Mestre Lula é carpinteiro, construtor de embarcações nascido em Brejo Grande, Sergipe e agora residente em Piaçabuçu.

memória, significam que o espaço é, de certa forma, deles, apropriado em função do uso. A apropriação invisível dessas localidades e tais marcas de fronteiras não são, todavia, algo permanente ou sistematizado. Ainda há os pequenos criatórios na beira do rio, especialmente em regiões rurais, que demarcam, no rio, um uso individual.

Mapas de experiências individuais poderiam revelar, além dos medos, anseios e expectativas. Um local onde se pegou muito peixe certamente é associado ao potencial de outras boas pescarias no futuro; onde um motor quebrou devido à presença de croas, desperta desconfiança ao se passar nas proximidades novamente. As marcas das lembranças pessoais se entrelaçam com as memórias coletivas, e às vezes fica difícil distinguir uma da outra.

Outrossim, as barreiras podem ser, para além de físicas, sentimentais, afinal, trata-se de um espaço de vivências e referências. Ele também pode revelar confidências, como e o caso de Leonardo Muniz, um dos entrevistados em Penedo:

Eu tinha um cachorrinho, tão lindo. (...) Aí quando foi um dia (...) minha mãe mandou chamar, que o cachorro tinha morrido. Aí eu fui lá, tristeza. Aí eu peguei meu barco, aqui, aí fui e enterrei ele ali, naquela cabeceira da ilha. Eu não gosto nem de passar muito por lá, assim, quando eu passo por lá, eu atravesso pelo lado de Sergipe. (Leonardo<sup>36</sup>, 2013)

Ao escolher a beira de uma ilha para enterrar um bicho de estimação, Leonardo acabou por eleger um lugar no rio, que passou a abrigar seu sentimento de afeição. O afeto depositado no animal também é, de certo modo, transferido para o lugar escolhido, embora isso também signifique associá-lo à triste memória da perda, o que acaba por definir uma barreira invisível no rio São Francisco do Leonardo.

Se até pouco depois da metade do século XX, o curso do Baixo São Francisco era um dos principais fluxos de deslocamento ligando o mar ao sertão – rio-avenida – com a consolidação da malha rodoviária, o transporte fluvial se tornou, como foi visto, menos requisitado. Dentro das comunidades ribeirinhas, porém, é uma possibilidade de movimento e acesso ao longo das localidades que margeiam o Velho Chico. Seja para locomoção ou para trabalho, o rio ainda é, para essa parcela da população, além de destino final, uma rua local, por onde cruzam conhecidos nos afazeres cotidianos, ou extensa avenida, conectando localidades mais distantes.

O rio do Baixo São Francisco é, em especial, um lugar e um percurso para lugares. Além de buscar locais de pesca, visitar parentes e amigos, os ribeirinhos também se

---

<sup>36</sup> Leonardo Muniz, já mencionado, em entrevista em julho de 2013.

deslocam para resolver negócios referentes ao próprio ofício. Em várias localidades, há mestres, muito ou pouco conhecidos, procurados para a construção ou reparo de embarcações e peças. É interessante notar que eles podem ser encontrados não apenas em cidades consolidadas, mas também em localidades menores ou mais ruralizadas. Ainda que possam exercer pouca centralidade em outros aspectos, elas passam a entrar no circuito ribeirinho, menos local e mais regional, seja com visitas reais ou como um nome de referência, pelo simples fato de nele morar algum mestre, profissão nem sempre encontrada atualmente em muitas cidades. O número reduzido de mestres em vários lugares, como constatado em campo em Porto Real do Colégio<sup>37</sup>, dão relevo e destaque a essas localidades menores em um mapa de localidades ribeirinhas.

É lazer e trabalho, passagem e permanência, percurso e destino, é meio e fim. Nele desliza o barco abrigo, o corpo, a rede e o peixe. É a vista de todos os dias, pois dele se tira o sustento ou o complemento da renda familiar, se carrega no prato à mesa.

Já para o passante ou viajante, porém, é vista pitoresca, paisagem enquadrada de qualquer janela da cidade em que é mirado. Em contraposição, para muitas casas nas margens<sup>38</sup>, o rio é o próprio quintal, oscilando entre o público e o privado. Como é a contemplação para quem encara o rio todos os dias? Para quem sobrevive dele, sendo mais que paisagem de beleza a ser apreciada, como uma adversidade a ser domada? O rio consegue ser enquadrado por eles, ou extravasa qualquer moldura?

---

<sup>37</sup> Durante conversa com algumas pessoas na margem de Porto Real do Colégio, lembrou-se do falecimento dos últimos mestres do local. Segundo as indicações em campo, há mestres que consertam e reformam embarcações, mas nenhum confeccionando do zero.

<sup>38</sup> No Bairro Vermelho – que, diz-se, seria um dos locais mais antigos da cidade – há muitas casas com vista para o rio, ou na beira do mesmo. É o caso do lar de Edna dos Santos, entrevistada já citada nesse trabalho, moradora da Rua da Lama.



**Figura 62 e 63:** rio visto de janela em Pão de Açúcar e do convento franciscano de Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014, e Náíade Alves, 2013.

O São Francisco é também um rio-calendário, cujo comportamento revela – ainda que menos fortemente que antes das barragens – os ciclos da natureza, os quais transformam a paisagem e ditam a produção e as consequentes práticas sociais a eles atrelados. O ciclo de reprodução dos peixes é um deles, e no período de defesa, os pescadores passam quatro meses recebendo auxílio do governo por não poderem pescar.

Mas o rio também já foi piscina e a Pedra de São Pedro, trampolim – conta-se que nas festas de Bom Jesus dos Navegantes, quando o volume das águas era mais cheio, pessoas saltavam do alto da pedra, na ilha de São Pedro, e mergulhavam fundo no rio. Apesar de não haver mais relatos de saltos da pedra no rio atualmente, ainda é presente em Penedo brincadeiras na água, principalmente entre crianças.



**Figura 64 e 65:** Pedra de São Pedro, situada numa ilha entre Penedo e Santana do São Francisco (Carrapicho). **Fonte:** Arquivo Estudos da Paisagem.

Rio calmo é espelho que reflete o céu, duplica as cores das embarcações, inverte a imagem das construções nas beiras, mimetiza a natureza que está fora dele – suas pedras, vegetações, nuvens, sol e lua... O município de Pão de Açúcar teve seu primeiro nome, Jaciobá<sup>39</sup>, graças a visão poética que o reflexo da lua no rio proporcionou:

À noite os vaga-lumes acendem luzes no mato,  
Vagam fogos-corredores,  
E nas noites de luar  
A lua bóia nas águas...  
Jaciobá – espelho da lua,  
Por que te chamam Pão de Açúcar?  
(DE LIMA, [1928], apud BARADEL; DANTAS, 2010)

---

<sup>39</sup> Esse significado da denominação “jaciobá” parece bem absorvido pelo público em geral, e uma busca rápida na *internet* mostra inúmeros resultados afirmando que a palavra vem do tupi guarani e equivale a “espelho da lua”. Na publicação “Estudos Tupi e Tupi-Guarani: confrontos e revisões”, de Frederico Edelweiss, o vocábulo “Jasy” aparece confirmando seu significado “lua”, mas não encontrei menção ao resto da denominação. Encontrado em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aedelweiss-1969-estudos/edelweiss\\_1969\\_estudos.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aedelweiss-1969-estudos/edelweiss_1969_estudos.pdf) (acessado em 19 de janeiro de 2015)



**Figura 66, 67:** o céu na margem de Pão de Açúcar. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 68 e 69:** dois lados de uma mesma embarcação encontrada em Penedo, AL. O nome escrito com as letras espelhadas permite que a leitura se dê de forma correta apenas a partir da visão do barco. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2015.



**Figura 70:** proximidades de Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010.

O rio hoje é, também, a lembrança do que foi, sempre surgindo, nas falas dos ribeirinhos, especialmente os mais idosos, a comparação do antes com o agora. Abundância de vida na presença de pesca farta, diversidade.

Peixe de piracema é peixe de cheia. É o surubim, é tubarana, cruvina, mandim, mandim amarelo, mandim branco, mandim azul, capadinho, boca frita, é o lambiar, o aragu, esses peixes são peixe que se trata em piracema. Quando o rio começava a encher, as águas começava a (IT), aí esses peixes então tavam carregado de ova, desovava, e a ova então era aproveitada toda porque a água era barrenta. (Toinho Pescador, em abril de 2010)

No relato das memórias de Toinho Pescador, o presidente da Associação dos Pescadores de Alagoas, já mencionado, até mesmo a parte mais rasa do rio – “meu pai me trazia pra beira do rio pra completar o salário” (Toinho Pescador, em abril de 2010), comenta – era cheio de vida aquática, o que atraía alguns ribeirinhos, em especial mulheres e crianças, a desenvolverem atividades de pesca mais leves.

Aí você via era a beirada era cheia de mulher e de criança pegando piaba, pegando piaba (IT). Pegava até com alfinete. Botava numa linha, quando não tinha dinheiro pra comprar o anzol, botava o alfinete e pegava. Infelizmente, nosso rio se transformou nesse rio... um mundo de água, sem peixe. Peixe muito pouco. (Toinho Pescador, em abril de 2010)

O São Francisco é, portanto, mais que suas águas, sendo também a mata que o protege – ou a falta dela e suas consequências erosivas – o solo que fertiliza, os seres vivos que sustenta. Os animais que habitam a região ribeirinha vão muito além dos peixes: muitos animais compunham a paisagem das margens, que se completavam

com a presença das matas, nas quais os pescadores colhiam matéria-prima para armadilhas de pesca. A fauna e a flora, que compunham um ecossistema rico, está, como já mencionado, cada vez mais reduzida e degradada. Em mais uma fala de Toinho Pescador, sente-se essas perdas:

Se você chega na beira de uma lagoa você não vê mais um galo de campina, você não vê um curió, você não vê um canário, você não vê um sabiá, charcheu, chofreu, patativa, caboclinho, papa-capim, isso é triste (...). O galo de campina, o sabiá, o papa-capim, eles freqüentavam aqui. E outra, a cidade era festejada de bandas de paturi. (...) Penedo perdeu essa história, a cidade ribeirinha perdeu essa história. Além do peixe que não vem mais farrear, também não vê os passarinhos, não vê os animais. Era o preá, era o tatu, era o peba, era a raposa, tinha em grande quantidade. (Toinho Pescador, em abril de 2010)

Ainda hoje, é possível ver cardumes de peixes pequenos nas águas rasas, garças e passarinhos, mas a diversidade dessas espécies locais é muito menor, além dos que restaram serem avistados com menor frequência. Nas margens, predominam os animais domésticos – cavalos, galinhas, gatos, cachorros.



**Figura 71:** garça na beira do rio, Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Não é difícil concluir que a vivacidade humana nesses espaços depende diretamente desse ecossistema biológico. O que podemos expressar sobre o ribeirinho a partir da fauna e flora? O que interessa saber sobre a lógica natural das coisas, sobre a interação do ser humano com ela? Que mapas podem narrar sobre as práticas dessa população ribeirinha através dos outros seres vivos que habitam, junto com os humanos, o lugar?

Em que períodos os peixes se reproduzem, em que lugares se concentram cada espécie? Onde não mergulhar para evitar piranhas? Quais peixes são nativos, quais

são inseridos, oriundos de outros habitats? O que essa prática de povoamento de espécies alóctones significa para o equilíbrio da vida no rio, e quais consequências trouxe para o ribeirinho<sup>40</sup>? Até e para onde o peixe vai - para o criatório ou freezer, para os vendedores na feira, para os pratos sobre a mesa, tanto dos ribeirinhos como do resto do resto da população, para a imagem turística da cidade... De qualquer jeito, os seres humanos não são os únicos habitantes ribeirinhos do Baixo São Francisco, e uma vez que a função mais básica do pescador é justamente viver da captura desses animais, qualquer desequilíbrio nesse bioma afeta profundamente sua existência.

Aliás, ao pensar o rio São Francisco, principalmente na sua parte baixa, próxima à foz, pensa-se também no mar, já que os pescadores mais próximos do litoral podem escolher pescar em um e em outro. O que é a pesca no rio em comparação com a do mar? Quais embarcações são apropriadas? Quais expectativas são lançadas para o mar, uma vez que a fartura do rio hoje é ofuscada pela do mesmo rio no passado?

No rio, sua constituição espraiada, linear, na qual ilhas, margens e marcos humanos geram uma rede de referências de localização e memórias especializadas, a passagem do tempo na navegação pode ser calculada com a relação das distâncias conhecidas, ao contrário do mar aberto, onde ao se afastar da costa, essas referências espaciais muda. e a maré se torna uma variável importante no tocante à percepção do tempo (mais cíclico, assim como o sol marcando os dias, as estações marcando o ano).

A foz é a parte do rio em contato direto com o mar, alargando-se para despejar água doce. Mais que fronteira que separa o curso d'água do oceano, a foz também é um lugar com referências próprias, com suas croas, dunas e ecossistema característico, seu farol (marco humano da paisagem) e embarcações tanto próprias para o rio, como distintas das encontradas ao longo do São Francisco, feitas para o mar. O significado de foz se vale também para a região, encontro das águas e arredores.

Rio e mar pertencem a “zonas de conforto” bem diferentes: navegar no mar tem suas dificuldades próprias, embora compense com possibilidades considerada por alguns mais promissoras.

---

<sup>40</sup> “Tucunaré é peixe introduzido que jogaram no rio por perversidade.” (Toinho Pescador, abril de 2010)

É difícil, mas só gosto de pescar no mar. Eu gosto de pescar no mar porque é um lugar mais... que a gente acredita mais de pegar mais peixe. Ta entendendo? Aqui no rio... eu vou dizer, eu pesco no rio, mas eu sempre vou desacreditado 'aqui num pego peixe'. Gosto de pescar é no mar. Mesmo que não pegue, mas eu sempre acredito que no mar, tem mais. (...) Gosto de pescar no mar, porque o mar é grande, tem espaço, muito mesmo. (Mestre Lula, junho de 2014)

O oceano é o além-rio e, tão diferente quanto o doce do salgado, é a pesca lá e cá, e as embarcações de um não são adequadas para o outro. Assim, a foz é como uma margem transversal que divide o São Francisco do Atlântico. Tal qual as cachoeiras de Paulo Afonso, delinea limites, mas diferentemente dessas, possibilita o atravessar. Uma vez em alto-mar, os perigos do ofício parecem ainda mais ameaçadores que os fluviais. Na sua vastidão, diminui-se as chances de encontrar socorro quando se está à deriva. No rio, há sempre um pedaço de terra visível, para onde se pode nadar, ainda que também a correnteza possa ser um empecilho forte, ou mais chances de encontrar alguém para rebocar o barco à deriva. As margens são, assim, um lugar seguro, cercando a água do rio de zonas de segurança. A costa, para o mar, é uma margem diferente, da qual se distancia sem que a extensão percorrida a aproxime de uma outra margem.

Também suas correntes e ondas criam situações de risco de vida:

Porque eu mesmo, eu mesmo, esse ano eu perdi, o ano passado eu perdi o motor desse barco aí, porque peguei o mar de caixão. O mar de caixão, ninguém se livra dele. Que o mar de caixão é assim, ó. Quando você vê ele, ele se forma como aquele barco de capota... (...) Aí de cá, você já ta se preparando pra pular n'água. Antes dele chegar na embarcação. Porque quando ele se aproxima, (...) ele já abre um tipo um vulcão assim, chama a embarcação por baixo, e já vem cobrindo por cima, com dois, três metros de altura. Aí quando ele vem, ele já vem pra quebrar tudo, ali. Aí o que você faz, ou você vira o barco antes.viu, ou você vira antes, pra quando ele passar, ela já ta virado, ou você pula e deixa o mar esbagaçar ele. Porque se você receber aquele mar de caixão por cima de você, você morre. (Mestre Lula, junho de 2014)

Se, em paralelo ao mar, os perigos do São Francisco parecem se acanhar um pouco, nos relatos das histórias de vida eles ganham relevo, com formas, texturas, temperaturas, que fazem compreender as dificuldades de encará-los – tanto momentaneamente, quanto cumulativamente.

Apresenta-se o São Francisco, então, como um rio múltiplo: de barreiras e fluidez, de medos e anseios, estranhamentos e familiaridades. O Velho Chico paisagem, apreciado de diversos pontos da cidade, e o rio dos peixes, do sustento. Do trabalhador ribeirinho como uma classe e como indivíduo.

Podemos olhar para o "indivíduo anônimo", pessoa pertencente ao coletivo ribeirinho, partindo do meio que o cerca. Podemos mensurar as faixas de terra e de água, localizar ilhas, suas casas, simular os movimentos de erosão, representar fluxos humanos, concentrações e dispersões. Mas será que não há como mapearmos, no próprio corpo desses trabalhadores, o espaço ribeirinho? Por que não mensuramos a força do rio através da peleja do pescador, com seus braços que remam e jogam inúmeras vezes a tarrafa? Por que não medirmos a escassez de peixes através do tom da fala - decepcionada, cética ou conformada? Por que não localizarmos os lugares, as ações e os sentimentos através das marcas e cicatrizes dos ofícios na vida da beira? Até onde e como a cartografia, com suas múltiplas ferramentas de expressão (e consolidação histórica como meio de representar o espaço), consegue contemplar o espaço numa perspectiva particularizada, ainda que interseccionada entre as pessoas do grupo social, como se o sujeito pudesse ser o objeto a ser mapeado? É possível invertemos a representação "pessoa no espaço" para o "espaço na pessoa"? Se sim, como?

Na interpretação das doenças, por exemplo, o ribeirinho mapeia o São Francisco no próprio corpo. No pulmão e nos joelhos, a frieza; no olhar triste, a escassez; na cicatriz, o acidente. As marcas são uma carta da vida, uma carta do espaço.

### **3.1.2. Margem**

Em muitos aspectos, a margem ocupa um papel de centralidade desta investigação – faixa de domínio de acontecimentos e práticas, nesse encontro de terra e água o trabalhador ribeirinho parte e aporta, constrói e repara, descansa e trabalha, negocia e sociabiliza.

Margem é limite, mas não uma divisão dura, pois é também transição – é água mole, é terra firme, é a híbrida lama. É uma área que, por ser contígua ao rio, é também contínua a ele. Estar na margem é ter o rio por perto: suas definições podem mudar com o nível da água, ou abarcarem o raso, onde não se mergulha, onde os barcos atracam. É a beirada, onde a água bate nos joelhos, onde, ainda vez por outra, as crianças brincam e pescam (com jereré, linha e anzol). Mas a margem também finaliza a transição que é o próprio rio – enquanto um "entre", um meio (seja ele visto como obstáculo, acidente geográfico, ou ligação), sem definições claras de onde começam e terminam os lados (apesar de largo o suficiente para ser entendido como unidade

espacial, com valor próprio de lugar, independente da relação com os lados) – sendo a margem “cá” ou “acolá”. Ela não é, portanto, apenas um perímetro, um contorno – é lugar, definição: “estou desse lado, vou para o outro”; aqui Alagoas, ali Sergipe; aqui Penedo, ali Neópolis<sup>41</sup>, lá Santana do São Francisco<sup>42</sup>. Da vizinhança que, apesar de separada, diferenciada visualmente uma da outra, se avista constantemente e se funde nas trocas ribeirinhas. Considerando que essas trocas acontecem em maior ou menor grau em todas as comunidades da beira, a representação desses dois aspectos demanda sutileza ao lidar com aparentes oposições entre o individual, o separado, o localizado, e o amalgamado, o intercambiado.

Essa demarcação também se mistura na faina do dia a dia, por exemplo, na prestação de alguns serviços utilizados pelos ribeirinhos. Também é muito comum os recursos tecnológicos de ampla escala confundirem-se nesses limites fluidos: estar na margem do lado de Alagoas, e a área de cobertura das empresas de telefonia dar sinal de Sergipe, e vice-versa.

A margem, enquanto fronteira, é tanto ponto de partida quanto de chegada – de coisas e pessoas. Mais que isso, é zona de negociações – do peixe recém pescado, da mercadoria transportada, de possíveis disputas no espaço. Por envolverem trocas essenciais, são também centralidades; atração e permanência, ainda que temporária. Essas relações são intensificadas nos portos, onde ficam as embarcações maiores que realizam travessias regulares, e pontos de aglomeração dos barcos dos pescadores, normalmente próximos aos estaleiros.



**Figura 72, 73, 74:** transporte de produtos. **Fonte:** Fundação Casa do Penedo.

Tal negociação - do espaço, dos serviços - se estende para o comércio de rua. É natural que o porto atraia a margem-feira, e tal não foi diferente no passado que tange a Penedo, remontando pelo menos ao início do século XIX. Isso porque as feiras normalmente aconteciam nas ruas, em locais abertos, por serem áreas de circulação

<sup>41</sup> Município de Sergipe quase defronte ao Penedo, para onde as balsas do porto vão e voltam.

<sup>42</sup> Carrapicho é o nome comum e um pouco renegado de Santana do São Francisco, povoado vizinho à Neópolis. Embora não considere ofensivo, escolhi chamá-la Santana do São Francisco.

e visibilidade, e a proximidade do porto realçava essa qualidade, já que as mercadorias que chegavam do rio podiam ser vendidas perto do local do embarque e assim serem vistas por quem estava na cidade e por quem dela saía ou chegava. Com a vitrine sendo o próprio chão, a feira, enquanto lugar significativo na rotina da cidade, é lugar não só de trabalho, mas também de encontros. Historicamente, pode-se considerar a margem-porto como um símbolo do auge do Penedo, e a margem-feira como um resultado natural desse movimento.

Nesse tocante, chama atenção o trabalho do fotógrafo Pierre Verger, que, em duas visitas à região, retratou em suas composições uma interessante paisagem ribeirinha de Penedo. Ele concentrou-se em registrar, ainda que em um curto espaço de tempo de permanência no lugar, uma rica documentação visual sobre as atividades no porto, a dinâmica da feira, a rotina dos pescadores e velejadores. Essas imagens nos ajudam a pensar sobre um rio de memória, com mais movimentos em suas margens, tal qual expresso em alguns depoimentos.



**Figura75, 76:** ocupação na margem. **Fonte:** Pierre Verger, 1947 ou 1941<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Embora não tenha encontrado o ano exato da foto, Pierre Verger visitou Alagoas em apenas duas ocasiões, a primeira em 1947 e a segunda em 1951.



**Figura 77:** feira livre na margem. **Fonte:** Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1912).

Ainda hoje são realizados vários tipos de atividades na margem, podendo apresentar concomitante práticas de lazer ou de trabalho (ou ações cuja distinção entre um e outro não é tão perceptível). Há a margem praia, das barracas abertas principalmente nos finais de semana e nos feriados, que coexiste com a margem do dia a dia, de segunda a segunda. Ambas revelam hábitos de se relacionar – com outros indivíduos e com o ambiente ribeiro.

A primeira, ainda de cunho local (visitada não tanto por turistas, mas pelos moradores das comunidades das redondezas, principalmente nos finais-de-semana<sup>44</sup>), tem pontos fixos com barraquinhas já conhecidas, normalmente com estrutura em madeira e palha ou lona, e costumam acontecer ou receber maior movimento nos finais de semana e feriados. Mas também a margem pode abrigar esses momentos de descontração perto dos estaleiros.

Em Saúde<sup>45</sup>, na margem de Sergipe e não muito distante de Penedo, essa qualidade se torna evidente, com a presença de mais de uma dezena de barracas na borda do rio, movimentadas principalmente nos dias de descanso.

Em contraponto, há a margem de todo dia, extensão do trabalho doméstico. Transitar nesse espaço é adentrar um pouco as casas, ainda que não se ponha o pé dentro delas – as vasilhas lavadas no rio, as crianças soltas, os animais domésticos, as roupas penduradas no varal e estendidas na fachada da residência, o olhar intrigado

<sup>44</sup> Na foz, ao contrário, a presença de passeios turísticos é mais intensa, alguns deles partindo de Penedo. Essa atividade acaba por ser uma alternativa de geração de renda para os pescadores, que andam em sua maior parte desacreditados do potencial da sua profissão. Esse trabalho não contemplou essas atividades, visto que o foco dessa dissertação está voltado para as atividades mais tradicionais da beira rio.

<sup>45</sup> Saúde é uma localidade na margem de Sergipe, cuja orla é conhecida como prainha.

com a presença do “estranho” na intimidade de acontecimentos privados que se estendem até às margens. Também das lavadeiras, trabalhando sozinhas ou em grupo, em silêncio ou a cantar. Hoje, em Penedo, essa atividade é pontual, já que poucas pessoas dependem da água do rio para lavar suas roupas e pertences. Uma cena ainda comum, entretanto, é a do rio que banha animais, principalmente cavalos. Não foi possível entrevistar nenhuma lavadeira no desenvolvimento desse trabalho, embora a lembrança dessas atividades esteja presente na memória dos mais velhos, ou mesmo em canções.



**Figura 78, 79:** lavadeiras. **Fonte:** Fundação Casa do Penedo, s. d..

O banho da margem-praia tem uma ambiência de lazer, enquanto o rio das lavadeiras, da margem cotidiana, tem outra – ainda que possa haver descontração, por possibilitar a realização de atividades domésticas, acaba por ser um prolongamento da casa, das práticas diárias. Atividades privadas realizadas em grupo e em lugar público.

Além do porto, há, na margem, a constante presença dos pescadores e mestres que confeccionam instrumentos de pesca e embarcações. Entre guardar e aguardar, passam horas trabalhando, e a cooperação entre amigos é uma constante. Essas práticas podem acontecer em quaisquer lugares das margens ou mesmo nas ilhas, mas comumente se concentram nos arredores dos estaleiros.



**Figura 80, 81:** confecção de covo e reparação de embarcação nas margens. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010.

Por último, cabe destacar um determinado trecho margem que, em uma determinada época do ano há mais de um século, vira plateia: na festa de Bom Jesus dos Navegantes<sup>46</sup>, uma multidão contempla a charola na procissão de barcos a navegar, quando esse espaço é cruzado por muita gente de fora da vida ribeirinha, e onde se festeja com fogos de artifício a data comemorativa.

Da margem, num dia qualquer, a vista do rio e das embarcações singrando oferecem uma perspectiva passível de uma agradável contemplação. Mas trata-se aqui, no contexto da festa, de uma apropriação coletiva, de multidão, repetida ao longo das décadas. O espaço é tomado por uma população diferente do usual, composta de outros Penedos além do ribeirinho, e de outras cidades também – para alguns, essa é a única vez em que o rio, a margem e a embarcação se fazem existentes.

E se a multidão na margem se volta às águas em dia de procissão de Bom Jesus dos Navegantes (e, em menor escala, na de São Pedro), é porque nesse momento ele é o rio-percurso-sacro, cenário de celebração e devoção. Ao longo dos primeiros meses do ano, várias localidades realizam a festa em homenagem ao santo, como Propriá e Pão de Açúcar. Em Porto Real do Colégio, inclusive, há uma escultura de Bom Jesus surgindo de uma pedra no meio rio, próximo à beirada, marcando no espaço a possível devoção e importância que o santo tem para a localidade.

<sup>46</sup> A festa de Bom Jesus dos Navegantes é a mais tradicional celebração de Penedo e ocorre no início do mês de janeiro. Presenciei Penedo durante as festividades em duas ocasiões, 2013 e 2014, mas também pesquisei imagens mais antigas da celebração.



**Figura 82:** margem de Porto Real do Colégio. **Fonte:** Louise Cerqueira, fevereiro de 2014.

Esse estado é efêmero porque sua transfiguração dura pouco tempo no curso do ano<sup>47</sup>, mas também é permanente porque sua frequência é tida como certa todos os anos. O perfil de celebração destaca, entretanto, uma quebra da rotina, ainda que crie uma lógica de cotidiano própria em seu calendário de festas.

A presença massiva de pessoas olhando para o rio transforma a margem por um dia. Como plateia, comunica a significância desse evento não só para Penedo, mas também para a comunidade ribeirinha. Apesar do acontecimento ser comemorado em diversas localidades no início do ano, normalmente em datas diferentes, mas próximas, a celebração em Penedo é a mais expressiva, tradicional e, conseqüentemente, se coloca como uma referência. Como codificar esse momento, essa instância, esse estado? A analogia com o teatro, arranjo espacial que remete à arquitetura, é cabível, sendo a charola e a celebração de sua procissão no seu trecho fluvial o espetáculo admirado. Mas isso só acontece porque as pessoas se posicionam para apreciá-lo, com a atenção devotada ao momento. Acompanhar a charola adentrar o rio e contemplá-la tem um apelo visual, embora também a audição seja um sentido explorado nesses momentos, com apitos e explosão de fogos em vários cantos da cidade.

<sup>47</sup> Apesar da festa durar vários dias, é só no último, um domingo, que ocorre a procissão, cujo percurso se dá, na sua maior parte, no caminho fluvial.



**Figura 83, 84:** festa de Bom Jesus dos Navegantes em, aproximadamente, 1945, e em 2012. **Fonte:** Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, encontrado em <http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html> (acessado em 2010).



**Figura 85 e 86:** festa de Bom Jesus dos Navegantes em 1967 e em 2013. **Fonte:** <http://www.festadebomjesusdepenedo.com/fotos.html> (acessado em 2010) e Louise Cerqueira, 2013.

A margem é mais que faixa de terra ao lado do rio – é um enquadramento da cidade, um perfil de casas, igrejas e pedras que desfila, parado, ao barco em movimento; é a

primeira e a última coisa que se vê da cidade pelo rio. Vista, fachada: é perspectiva que fixa uma imagem da cidade ou povoado.

Também ela pode falar um pouco sobre a navegação no rio: segundo João Bosco, que pilotou o barco na viagem realizada entre Pão de Açúcar e Penedo para essa dissertação, disse que as águas são mais profundas ao lado dos morros de pedra (mais presentes no trecho do rio no sertão). Observar o São Francisco, então, é também observar a margem. Ela, juntamente com as ilhas, funcionam também como marcos referenciais: a cada povoado alcançado, a proximidade do destino recalculada mentalmente, as léguas e horas projetadas de acordo com as dificuldades ou facilidades do caminho. Tem-se, portanto, as margens como marcos espaciais para o deslocamento ao longo do São Francisco, fixando uma imagem do lugar, ainda que nunca se tenha descido nele. Em Penedo, a vista do porto, com o casario e as igrejas no fundo, e a Rocheira – nome que recebe um morro de pedra referencial na história da cidade – são marcos paisagísticos da região e também do próprio rio.

Finalmente, se pensamos nos percursos do cotidiano ribeirinho, os caminhos para o rio só existem partindo de uma margem. Ora a margem da vegetação: das árvores, do mato, das pequenas flores, da grama; ora do lixo, do esgoto, da gordura que gruda no barco; como dos animais, presos ou soltos: galinhas, cavalos, cachorros, gatos, muitos gatos, rãs.

Se pudéssemos cartografar o cotidiano ribeirinho apontando seus caminhos, seus diversos percursos (por onde anda-se, lugares que se evita, lugares que se permanece) por que não dar atenção também ao chão em que se pisa – seja à terra batida da casa ou ao piso cerâmico que a substituiu, à pavimentação das ruas, à areia ou rocha da beira, ao mato e lixo das margens, à lama do rio, ao pó do cavaco<sup>48</sup>?



---

<sup>48</sup> Cavacos são os restos de madeira deixados pelos estaleiros. Algumas vezes, essa sobra é utilizada por pescadores para assar os bolinhos de arroz para iscar covos, como explicou Edna em entrevista em junho de 2014.



**Imagens 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96:** diversos chãos das margens em várias localidades do rio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010-2014.

Ainda explorando as margens, numa visita de campo ao estaleiro do Mestre Lula<sup>49</sup>, localizado do lado de Piaçabuçu, surgiu um chão de terra rascunho, na qual se pode rabiscar um croqui, de rápida explicação, apagar e desenhar por cima outra vez. Se alguns navegadores dispensam cartas geográficas e alguns mestres, grandes pranchas detalhadas de desenho técnico, isso não significa que eles não mapeiem ou desenhem como ferramenta de comunicação e ilustração. Uma vareta como lápis e a areia vira página, que se torna lia novamente tão logo os pés desfazem os riscos. Será essa uma prática herdada das gerações anteriores? Se sim, quanta instrução foi passada, ou mesmo quantos mapas esboçados? Terá sido o solo das margens um caderno de desenhos em forma de palimpsesto cujas marcas foram sempre dissolvidas?

<sup>49</sup> Natural de Sergipe, Mestre Lula atualmente mora em Piaçabuçu, onde realiza seu ofício de Mestre de embarcações.



**Figura 97:** “pano latino”, “pano loló” e “traquete”<sup>50</sup>. **Fonte:** Louise Cerqueira, julho de 2014.

Como representar, então, essa multiplicidade de facetas, os vários sentidos contemplados? Como conciliar a imagem da beira-praia, beira-festa, com a do trabalho, dos afazeres? Elas, que não se repelem; sobrepõem-se, mas nem sempre simultaneamente. Como relacionar os usos no espaço se eles não são apenas separados pela divisão no lugar, mas pela distância no e ao longo do tempo?

### **3.1.3. Armadilhas de pesca**

A memória do lugar está não apenas no construir, demolir e reutilizar de seus espaços, mas no reproduzir gestos, agenciamentos e materialidades. Os valores e os saberes são rememorados tanto na concretude das coisas edificadas, tais quais sinais impressos, como também no instante de uma ação, de um traquejo, na destreza dos movimentos, de forma momentânea, seja repetitiva ou fugidia. A existência de ambos se faz necessária para a manutenção das atividades desenvolvidas pelo ser humano, pois o corpo precisa do aparato físico para suas práticas, para agir, para otimizar, ou mesmo para possibilitar a realização de suas ações cotidianas. Essa dimensão material abrange tanto a ambiência dos recursos naturais, como suas transformações humanas. A memória do lugar está no corpo, nas suas marcas, nas suas ações.

No contexto desse trabalho, a ênfase dada aos ofícios dos ribeirinhos se amplia para além do ato da pesca, para a na dimensão que produz o espaço, as ferramentas do ofício e o barco, que usa as armadilhas e navega o rio. A manufatura tem papel de relevo, tratando-se aqui do ribeirinho que constrói, o ribeirinho que manipula, o ribeirinho que transforma e que cria, ao final, uma parte da paisagem.

Assim como no caso do feitio da canoa, pode-se compreender bastante sobre a dinâmica ribeirinha e seu contexto cultural e estético observando o processo de manufatura dessas armadilhas e suas transformações no tempo.

Para realizar seus ofícios, o pescador necessita mais que abrigos, pois seu corpo exige a adição de extensões, dispositivos, do uso de artifícios. A confecção de instrumentos de pesca é, portanto, parte natural de seu cotidiano, assim como a manipulação dos mesmos. Entre o corpo do pescador e o corpo do animal a ser capturado, surge a armadilha. A escolha delas varia de acordo com a história os objetivos e preferências do pescador, bem como com as potencialidades do lugar.

A relação desses objetos com o corpo se dá de forma distinta da embarcação. Enquanto essa última tem uma relação de espacialidade que envolve ou exclui o

indivíduo, as armadilhas, se não são abrigos para o corpo, ainda assim os espacializam – enquanto extensão do mesmo. São acessórios que aumentam a amplitude física, possibilitando ou otimizando a captura dos peixes.

As máquinas são simulações dos órgãos do corpo humano. A alavanca, por exemplo, é um braço prolongado. Potencializa a capacidade que tem o braço de erguer coisas e descarta todas as suas outras funções. É ‘mais estúpida’ que o braço, mas em troca chega mais longe e pode levantar cargas mais pesadas. (FLUSSER, 2007, pp. 46)

As armadilhas são, também, como uma simulação ampliada ou “aditivada” de movimentos do corpo, que dependem da força humana para funcionar. Sua escala é essencialmente individual ou familiar, e a pesca no rio não costuma juntar grupos grandes.

Embarcações singrando o rio estão mais visíveis, seja próximo às margens ou das vistas altas para o rio, mas também os “bastidores da pesca” acontecem nos espaços abertos – o trabalho do pescador é estar “fora”. Margem, rio, estaleiro, barco, casa ou calçada: são todos lugares para onde se expandem as armadilhas, seja para sua manufatura ou reparo. Redes são estendidas na praça, covos são preparados próximo aos estaleiros e iscas de bolinho de arroz para estes são assadas nas margens.

Em Penedo, a pesca com redes de tarrafa e covos são as duas técnicas encontradas com mais frequência, e ambas empregam o corpo em movimentos diferentes.



**Figura 98:** Rede sendo consertada. **Fonte:** Luísa Estanislau, Acervo de Pesquisa Estudos da Paisagem.

A pesca no rio pode apresentar dois tempos, duas posturas: a pesca com capturas imediatas, e a de espera, com as armadilhas colocadas no local para serem coletadas

posteriormente. Quais armadilhas são manipuladas no momento e ficam guardadas depois de usadas? Quais armadilhas são deixadas permanentemente no rio?

No primeiro caso, o corpo trabalha continuamente para capturar os peixes na rede, lançada individualmente, como no caso da tarrafa, técnica em que há um engajamento físico maior, ou em dupla, com duas canoas movimentando-se para que os peixes fiquem presos na rede. Ampliam a ação humana, em sua extensão de alcance. A rede de tarrafa, por exemplo, é lançada ao rio inúmeras vezes; o corpo inteiro se movimenta para abri-la da melhor forma. Por conter cápsulas de chumbo nas bordas, exige resistência física para seus lançamentos, além de “jeito”.



**Figura 99:** pesca próximo à margem de Penedo, nos arredores do estaleiro do Mestre Wilson. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Outros instrumentos de pesca “imediate” são o jereré e o cuvú, que, aparentemente, exigem menos esforço físico do corpo que a pesca de rede, e são trabalhados mais na escala do braço.



**Figura 100 e 101:** dois jererés artesanais, um com trança de fio de aço, e outro com rede de corda.  
**Fonte:** Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

O jereré é uma ferramenta de pesca utilizada em áreas rasas do rio. Assim, é um instrumento mais leve, podendo ser manipulado com frequência por mulheres e crianças. Apesar de dizer que aprendeu a pescar com o marido, as lembranças de Edna dos Santos com o jereré remontam à infância, quando pescava “mais de brincadeira”<sup>51</sup>. Durante o trabalho de campo, presenciei apenas uma vez esse tipo de prática, na margem de Neópolis.

A pesca de tarrafa, por exemplo, foi encontrada em campo realizada majoritariamente por homens. Mas, devido ao fácil manuseio do jereré, e a presença de crianças e também mulheres ser mais frequente nas margens que pescando no rio (segundo relatos e observações, é provável que, além de manuseado pelos homens, seja “amigável” a esses outros grupos.

Relatado em algumas ocasiões, porém nunca encontrado em campo, o cuvú é uma armadilha em formato de tronco de cone, com as extremidades abertas, que só funciona para pesca em águas de baixa profundidade. Ao contrário dos outros casos, em que o peixe é pego com a mão já depois de capturado fora da água, o cuvú apenas prende o peixe em seu espaço, que é então apanhado com a mão, ainda dentro da água. Como o covó, era confeccionado com materiais encontrados nas matas vicinais: a taboca, um tipo de bambu fino, e cipó (podendo ser substituído por arame).

<sup>51</sup> Edna dos Santos, em entrevista realizada em junho de 2014.

Tais instrumentos dão os frutos imediatamente, mas há aqueles em que a espera é necessária, sendo deixados no rio enquanto os pescadores realizam outras atividades ou mesmo voltam para a casa.

Não raro, a madeira utilizada para fazer o fogo que irá assar as iscas dos covos – ou mesmo para preparar um café – vem dos restos de madeira dos estaleiros, chamados de “cavaco”, que são sobras do trabalho na confecção dos barcos, ou de madeira de demolição, vinda de canoas velhas ou outros lugares. As cinzas são encontradas frequentemente no chão desses espaços.



**Figura 102, 103, 104:** restos de fogueiras nas margens do rio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012-2014.



**Figura 105:** bolinhos de arroz assados. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Manufaturado às dezenas, os covos são, talvez, os instrumentos mais populares na pesca da região, e servem para capturar camarões e pitus (mas também piaus ainda

pequenos). Possuem duas sangras, aberturas que permitem os animais entrarem, mas dificultam a saída. Dentro de cada um, mantém-se iscas, para atrair as presas e as manterem vivas até a captura final. Seu manuseio é relativamente fácil, não exigindo um esforço físico maior, embora o grande número de unidades, que deve ser iscada e despescada uma a uma, torne, ao final, essa prática bastante trabalhosa. Inicialmente, os covos eram fabricados com materiais das matas vicinais. Contudo, predomina em Penedo, hoje, os confeccionados com materiais industrializados, pois, além da escassez da matéria-prima, têm maior tempo de vida. Redes de plástico, malhas de arame, garrafas PET, canos de PVC substituindo taboca, imbé, imbirá, piaçaba, bungi<sup>52</sup>. Esses novos materiais, comprados a preço baixo ou mesmo reutilizados, também apresentam a vantagem de diminuir o tempo de confecção, o que explica as poucas falas negativas sobre essa mudança. Apenas em algumas situações, a perda da matéria-prima tradicional foi mencionada com tom de lamentação<sup>53</sup>. De qualquer forma, apesar do saber fazer das armadilhas tradicionais estar se perdendo, é interessante notar que, para o trabalhador que depende desses dispositivos diariamente para sobreviver, a questão utilitária é a que mais pesa, e essas transformações não são sempre sentidas como algo negativo, pois o essencial é que as armadilhas funcionem bem e sejam duráveis.

---

<sup>52</sup> Informações de matéria-prima coletadas durante as entrevistas conduzidas pelo INRC em 2010.

<sup>53</sup> Um desses casos foi na entrevista com Toinho Pescador, em abril de 2010, que falava do rio e ecossistema como provedor de alimento e matéria-prima, de segurança familiar.



**Figura 106:** Covos sendo amarrados ao lado do estaleiro do Mestre Wilson, em Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira.



**Figura 107 e 108:** covos. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.

É nos lugares abertos – principalmente quintais e margem – que se assam os bolinhos de arroz, os quais servirão de isca para atrair camarões para as dezenas de covos. Eles são afundados com ajuda de seixos (para ganhar peso e imergir) e posicionados principalmente em áreas próximas aos “baceiros”, que são a vegetação no fundo do rio.

Esses objetos estão quase sempre marcando localidades no rio. Covos em pontos fixos, escondidos na vegetação do fundo do rio, sempre visitados pelos donos, jererés

pontilhando o raso, e as redes com suas paradas e seus deslocamentos. Quando não estão em ação, são guardados – eles habitam os cantos, amontoam-se nos estaleiros, no chão, nas prateleiras, no barco, nas casas, nos quintais.

O corpo nada sem o barco e, numa sorte rara, pega o peixe com as mãos – mas o ribeirinho só se torna pescador por inteiro quando se aparelha, ampliando as potencialidades de atuação do corpo. Onde há braços e pernas em ação no rio, há provavelmente o barco, a rede, o covo, a linha. A própria existência do pescador se confirma a partir do momento em que ele deixa de nadar livremente e se embosca nas armadilhas ribeirinhas, a cada experiência bem sucedida, sempre auxiliado por essas ferramentas de pesca.



**Figura 109, 110:** covos encontrados em um galpão de Penedo, AL. **Fonte:** Acervo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.



**Figura 111, 112 e 113:** covos encontrados em Riacho Velho, Marechal Deodoro – AL (comunidade às margens da Laguna Manguaba), feitos com materiais tradicionais. Encontrei poucos exemplos em Penedo, sem registro fotográfico. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

#### 3.1.4. Embarcação

Fotografias ressaltam a presença numerosa de embarcações no passado, de porte notadamente maior do que o das encontradas atualmente, podendo-se ter uma ideia da importância que exerciam não só na economia local, mas nos usos, costumes e práticas. Os navios comerciais de grande porte que chegavam até o porto Penedo não entram no escopo dessa dissertação por não serem de produção autóctone e não estarem diretamente ligados às práticas da pesca e deslocamento regional. Os

modelos mais locais, preparados para a navegação ao longo do Baixo São Francisco e para a pesca, são o pivô de interesse desse trabalho.

Ainda assim, embarcações locais são várias e oferecem uma intermediação entre o indivíduo e o meio, de modo a suscitar diferentes relações de acordo com a tipologia e uso.

Embarcações de maior porte foram, durante muito tempo, predominantes na paisagem do Baixo São Francisco, destacando-se, além das canoas taparicas, as embarcações chatas e as canoas de tolda<sup>54</sup>. Segundo publicação do IPHAN, a lógica construtiva dessas duas últimas “não encontra similar em nenhum outro lugar do Brasil e deve se originar de técnicas transplantadas de outro continente que não o americano” (IPHAN; VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 73).

Como citado anteriormente, as canoas de tolda se tornaram um símbolo da parte baixa do rio. Apresentavam, além da marcante cobertura curvada situada na proa (“onde viajavam passageiros ilustres, senhoras, proprietários do barco, ou mesmo mercadorias especiais – ‘o rico anda na tolda’, diz o ditado ainda vigente na região”<sup>55</sup>), duas velas tipo traquete<sup>56</sup> (com mastro, verga e cambão, em formato trapezoidal) e a tábua de bolina, peça em formato triangular situada em cada lateral da canoa.

Mestre Pedro conta que chegou a pilotar a maior embarcação de tolda do rio. “Antigamente, eu inda aqui, mesmo, mais o Murilo, eu ainda contei cento, só canoa de tolda, cento e dez, contando de uma por uma, e dizendo os nomes. (...) Tem a Canindé, Buenos Aires, Mantiqueira, Cruzeiro do Sul, aí vai.”<sup>57</sup>

Elas foram tão importantes para a economia e cultura da região que acabaram por se tornar um símbolo do rio São Francisco, reiterados através da memória que se faz presente hoje. A sua lembrança constante ganhou força com iniciativas como a Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco Canoa de Tolda, ONG que busca

---

<sup>54</sup> “As embarcações maiores do São Francisco, como as *canoas de tolda* (ou *sergipanas*) e as *chatas*, derivam de antigas formas específicas de confecção de barcos, efetivadas a partir da inserção de uma prancha de madeira fixada no eixo longitudinal, criando um fundo plano e largo. (...) Fabricadas as cavernas (muitas vezes valendo-se de curvas naturais de galhos de árvores selecionadas) a construção do fundo inicia, portanto, pela fixação de uma tábua central, chamada de rumo mestre. A peça seguinte é fixada na borda e, a partir dessas duas balizas, prega-se o restante do costado, com tábuas de diferentes desenhos, comprimentos e larguras, sendo que a disposição geral do tabuado tende ao vertical/oblíquo na proa e horizontal no fundo e nas laterais do costado.” (IPHAN; VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 73)

<sup>55</sup> (IPHAN; VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 74)

<sup>56</sup> “São dois mastros, um deles muito próximo à proa (característica do Rio São Francisco) e outro à meia-nau. Portam velas trapezoidais com carangueja e retranca.” (IPHAN, VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 74)

<sup>57</sup> Depoimento de Mestre Pedro realizado em maio de 2011.

colocar em pauta as questões de fragilidade da vida ribeirinha e difundindo o material coletado sobre a memória do rio e sobre o mesmo nos dias presentes. Uma das principais contribuições da organização é a realização de excursões pelo rio com a canoa de tolda recuperada Luzitânia, embarcação registrada como Patrimônio Nacional Material pelo IPHAN em 2010.



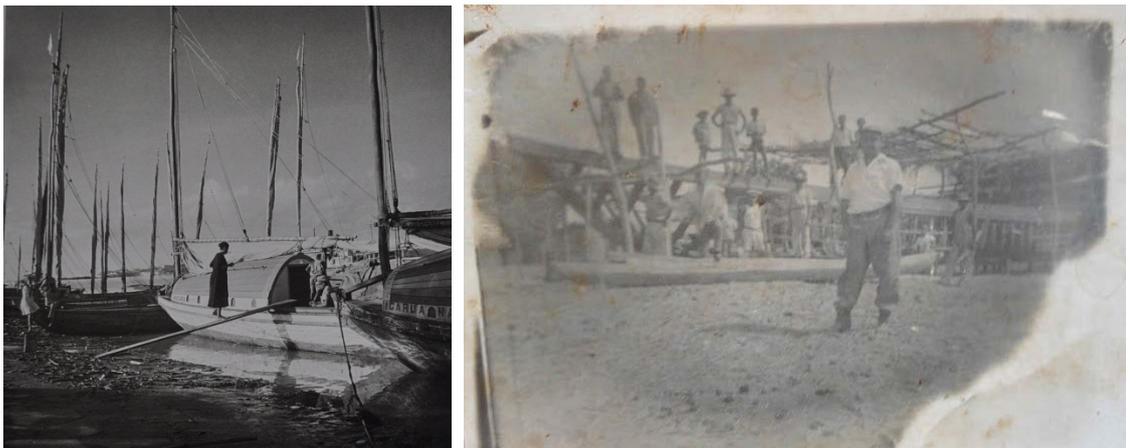
**Figura 114:** canoa de tolda Luzitânia. **Fonte:** [https://fbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/t31.0-8/s720x720/965914\\_508910669183657\\_954264349\\_o.jpg](https://fbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/t31.0-8/s720x720/965914_508910669183657_954264349_o.jpg) (acessado em 24 de fevereiro de 2015).

“A Luzitânia é um dos três últimos exemplares das canoas de tolda do Rio São Francisco. Adquirida, em 1999 pela Sociedade Sócio-Ambiental do Baixo São Francisco, a canoa foi completamente restaurada e voltou a navegar. Apesar de a restauração da embarcação apresentar materiais diversos do original, de acordo com parecer do Depam/Iphan, para quem a vê navegando no São Francisco, para a população da região, a sua forma continua repleta de significados. (...)A Luzitânia, que na época do cangaço se chamava Rio Branco, teve grande importância econômica no transporte de mercadorias em toda a região do Baixo São Francisco.” (Ascom IPHAN, 2010<sup>58</sup>)

Apesar da proteção que o tombamento dá ao exemplar raro, muito dos valores e significados associados ao tipo de embarcação estão apenas na memória de um rio dinâmico, cheio de canoas de tolda atracadas nas margens ou singrando o rio com os panos abertos.

<sup>58</sup> Encontrado em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15775&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>.



**Figura 115 e 116:** canoas de tolda no rio, em Penedo, e em confecção, em Propriá. **Fonte:** <http://gazetadepropria.blogspot.com.br/2012/07/pedro-amorim-um-dos-ultimos-mestres.html> (acessado em 09 de maio de 2014).



**Figura 117:** canoa de tolda ancorada na margem. **Fonte:** Pierre Verger, 1947 ou 1941.

O formato arredondado está comumente ligado à ideia de abrigo e acolhimento. Desde o ninho, amparo primeiro, a vários exemplos de habitações primitivas (a exemplo das tendas, iglus e mesmo das cavernas), esse modelo da curva desperta, quando erigidos na escala do corpo, a sensação de conforto e aconchego. Se o aspecto formal da tolda, de coberta curva e escala humana, ressalta as qualidades desse espaço enquanto abrigo, seu uso diário por horas a fio, seja em viagens curtas ou longas, e o complemento das atividades de trabalho com as domésticas, apresentaria um potencial de extensão da morada – cômodo solto em que se podia passar mais tempo do que na própria casa. Mestre Pedro, um dos poucos construtores e navegadores de canoa de tolda vivos, contou em entrevista que essa embarcação chegava a abrigar até uma família inteira numa viagem, com espaço para armar rede

e fazer comida. Se o mestre menciona a ação de abrigar, este abrigo pressupõe o gesto de habitar?

Essa relação de sentir-se em casa no local de trabalho foi abordada por Heidegger: "Na auto-estrada, o motorista do caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação." (HEIDEGGER, 2006, p. 125)

Avé-Lallemant, em 1859, narrara que, debaixo da tolda de palha de uma embarcação, "cabem muitas pessoas e pode-se dormir ou sentar perfeitamente abrigado do sol, do sereno e dos aguaceiros", mostrando a importância da tolda enquanto elemento de abrigo ao longo do tempo.

Na atualidade, a construção de canoas, não apenas as de tolda, não é prática corrente. Há muitas restrições legais ambientais quanto à extração da madeira que era utilizada na carcaça e na estrutura de cavernas<sup>59</sup>, que as distinguem dos barcos comuns de hoje. Fabricadas a partir de blocos maciços, sua confecção se aproximava muito mais do esculpir.

De primeiro, era um pau, aí se cortava um pau de, vamos supor, de seis metros, dois pau de seis metros, dava quatro par de (IT)<sup>60</sup>; Da proa vinha lutando, lutando pra topar com esse da proa. Da proa e a popa. É difícil de fazer. E hoje, não. O negócio tá muito simples. A madeira já vem já feita. (Mestre Lula, junho de 2014)

Afora os barcos de pesca – em número majoritário hoje – as embarcações mais ativas em Penedo na atualidade são as que realizam o transporte entre as margens de Alagoas e Sergipe, chamadas por alguns de "lanchas". São longas e apresentam sempre coberturas que abrigam do sol e da chuva. A travessia é feita de Penedo para Neópolis e em horários pré-estabelecidos e estão sempre atracadas no Porto. Uma dessas embarcações, chamada Oriente, chamou atenção no campo por ter sido, anteriormente, uma canoa de tolda que, para atender ao novo uso, foi reformada pelo já mencionado Mestre Pedro. Sabe-se hoje que:

(...) quase todas resultam de uma adaptação das chatas e até das canoas de tolda, conservando no casco todas as suas particularidades construtivas,

---

<sup>59</sup> Cavernas e barrotes são as peças transversais que formam a espinha dorsal da embarcação. Sobre a diferença das cavernas para as estruturas atuais: "Ali, aquelas cavernas, nós chamamos de barrote. Caverna, mermo, é essas aqui. Que a a caverna ela já é da natureza. Ela é tirada da raiz do pau. Que essa madeira só é encontrada lá pra banda de Pão de Açúcar, praquele sertão, lá. E essa daqui, Mestre Wilson aí, faz aqui, mermo." (Leonardo Muniz, julho de 2013)

<sup>60</sup> IT significa "impossível transcrever" e se refere a um trecho da gravação com ruído ou inteligível.

incluindo a confecção do costado, a exuberância das cores e o característico arremate de proa. (IPHAN; VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 75)



**Figura 118 e 119:** embarcação de travessia entre as margens de Alagoas e Sergipe em Penedo (imagem da direita tirada na ocasião da festa de Bom Jesus dos Navegantes, em dia de procissão).

**Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

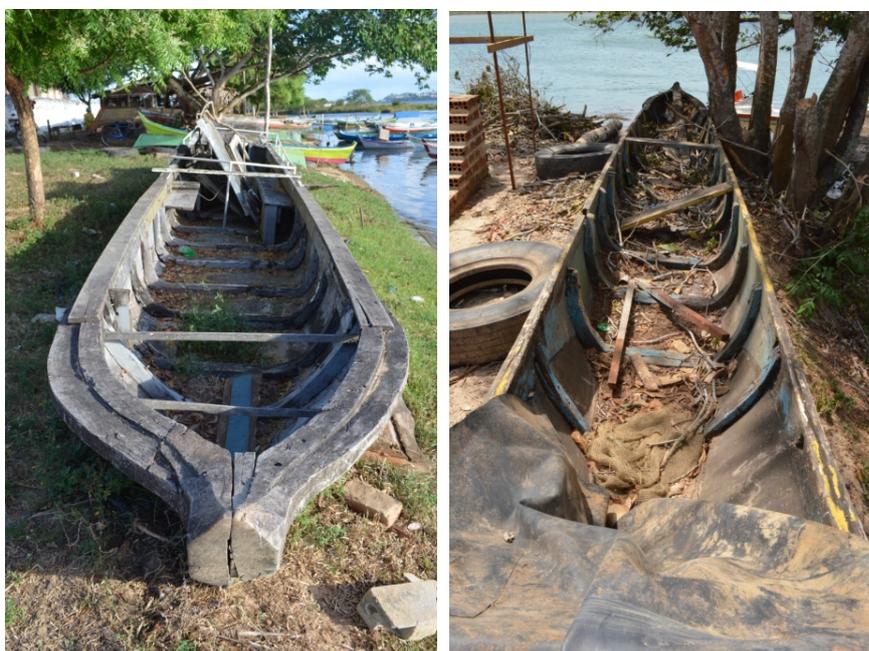


**Figura 120:** antiga canoa de tolda reformada, fotografada durante a festa de Bom Jesus dos Navegantes. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Outra embarcação que realiza as travessias entre Penedo e Neópolis é a balsa. Ao contrário dos barcos confeccionados nos estaleiros dos mestres do rio, não é feita de madeira e apresenta uma tipologia de maior porte. Apesar de sua estrutura ser projetada para transportar uma carga pesada (carros e caminhões), devido à baixa vazão do rio, precisa percorrer caminhos tortuosos até atravessá-lo. É uma prática remanescente de um tráfego outrora intenso, pois antes da construção da ponte ligando Propriá, em Sergipe, e Porto Real do Colégio, em Alagoas, o caminho por Penedo era muito mais movimentado. Balsas abandonadas foram encontradas, na viagem, em Santana do São Francisco e em Pão de Açúcar.



**Figura 121:** balsa partindo de penedo em direção a Neópolis. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.



**Figura 122, 123:** canoas abandonadas na margem. Atenção para as cavernas, peças transversais que acompanham o formato curvo da embarcação. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012.

Na contramão dessa tendência, um exemplo foi encontrado durante a viagem realizada pelo rio, em Ilha do Ouro, localizada na margem de Sergipe. Deparou-se com um estaleiro na beira de um rio afluente do São Francisco, vindo de Porto da Folha. Ao lado de algumas embarcações de menor porte, um grande barco em construção. Em rápida conversa com Eraldo Pereira, filho do Mestre Joaquim, “Brisa Suave”, como disse que irá se chamar, tem aproximadamente 6,30m x 28m, e será finalizada com 3 andares, dimensão expressiva frente o padrão de novas construções encontradas no rio. Na estrutura, madeira nova se junta à madeira reaproveitada de

uma canoa velha. Em alguns pontos, a junção das mesmas lembra o processo de bricolagem. Esse barco aparentemente é, entretanto, uma ponta solta, um sonho, um empenho à parte do que se enxerga na realidade sanfranciscana de hoje.



**Figura 124:** João Bosco compara o tamanho da embarcação, encontrada em Ilha do Ouro – SE, com o próprio corpo. **Fonte:** Louise Cerqueira, fevereiro de 2014.



**Figura 125 e 126:** detalhes do trabalho com a junção de madeiras diferentes. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 127:** embarcação vista de dentro. **Fonte:** Louise Cerqueira, fevereiro de 2014.

Os barcos em maior número atualmente são de menor porte, de uso para pesca, para locomoção de uma quantidade mais limitada de pessoas (que varia de acordo com o tamanho do barco, podendo chegar a oito pessoas ou número um pouco maior) ou mesmo para recreação. Essa tipologia tem o formato diferente das canoas, mais simplificada. Seu corpo e seu sistema de estrutura, a “espinha dorsal” do barco, é hoje feito com madeiras diferentes das que eram utilizadas na construção de uma canoa, em decorrência das restrições ambientais. Em certa medida, pode-se dizer que a confecção dos barcos comuns se aproxima da marcenaria mais simples, usando tábuas, enquanto que a das canoas flertava um pouco com a escultura, com seus blocos de madeira maciços a serem esculpidos em seu formato final (como as taparicas<sup>61</sup>).

Dentre esses, há os chamados barcos de corrida, para “recreação”, ou “brincadeiras”. Por apresentarem uma morfologia diferenciada devido à presença de uma peça “rombeada”, que é uma madeira curvada na proa ou popa e que torna o barco mais veloz, são normalmente usados para deslocamentos mais rápidos e competições em dias de festa. Mais caros e, por isso, menos numerosos, despertam um zelo diferenciado nos donos, tanto na sua construção, por levar uma madeira mais nobre e ser pintada com esmero, como na forma mais protetora de guardar. Mestre Lula comenta a reação de algumas pessoas: “Aí os cara ‘ah isso só dá prejuízo’. Dá

<sup>61</sup> “Essas canoas, na origem, eram exclusivamente monóxilas (construídas em um só tronco).” (IPHAN; VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2012, p. 74)

prejuízo, mas a gente, quer ver quem ganhou o barco que Mestre Fulano fez.” São, por isso, objeto de orgulho para quem os constrói, possui ou pilota.



**Figura 128, 129:** barcos de corrida em dia de competição por ocasião da Festa de Bom Jesus dos Navegantes. **Fonte:** Louise Cerqueira (2013).

A maior parcela desses barcos, entretanto, é de pescaria, dispensando a necessidade de “rombeação”, embora possa apresentá-la, caso o dono tenha condições de pagar pela diferença e queira uma movimentação mais veloz. Em Penedo, há hoje pelo menos três estaleiros com mestres que constroem esse tipo de embarcação, além de outros mestres que trabalham fora das margens. Assim, os estaleiros da cidade também atendem à demanda pela confecção de barcos de pessoas de outras localidades, onde não há mais mestres que a construam.



**Figura 130, 131:** embarcações sem rombeação. **Fonte:** Louise Cerqueira.



**Figura 132 e 133:** barco com cobertura, adaptado para fazer passeios pelo rio. **Fonte:** Arquivo Estudos da Paisagem, 2010.



**Figura 134:** embarcações a motor. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Esses barcos costumam ficar ancorados na beira do rio, ao contrário das embarcações de corrida, que via de regra são guardadas em lugares cobertos e fechados (em barracas como os estaleiros), para serem protegidas do sol e da água, justamente por serem mais caras e apreciadas. Os motores também exigem dos pescadores o cuidado de guarda-los em lugar seguro, pois, como foi visto, os roubos não são raros.

Aliás, a motorização modificou não apenas a relação entre tempo e espaço na vida do ribeirinho, mas também a relação entre o piloto e a própria embarcação. O empenho do corpo nos barcos à vela é bem maior, o esforço físico uma necessidade habitual, com movimentos que se adaptam às contingências do tempo, ajustando o percurso de acordo com a velocidade e direção do vento. Mas hoje, esse esforço quase não é mais necessário, visto que as embarcações são movidas

majoritariamente a motor<sup>62</sup>, pelo seu preço acessível aos pescadores. Diminui-se, assim, o uso da força física e o tempo empenhado nos deslocamentos, mantendo o uso do remo apenas nas áreas mais rasas, em casos de mau funcionamento do motor e, principalmente, durante a pesca, quando o silêncio se torna necessário.

Pilotar uma embarcação à vela depende da boa comunicação entre os velejadores, e isso pode ser facilmente observado nas corridas de esporte, em que qualquer erro pode levar a uma ultrapassagem, inclusive com riscos reais de virar a embarcação<sup>63</sup>. Mestre Lula fez uma demonstração dos movimentos envolvidos nesse processo, enfatizando a importância da sincronia que deve existir entre os navegadores, a força exercida no remo pelo piloto e na vela pelos ajudantes, além da rapidez e destreza em manipular o sistema que eles chamam de “esgoto”, que é uma cavidade no piso do barco que é tapado ou aberto por uma peça chamada de “bujão”. Quando a embarcação tiver pegado velocidade, a abertura permite que a água saia da mesma, sem mais a necessidade de retirá-la com a cuia, e tão logo o barco desacelera, deve ser tapada.

Porém, talvez mais que isso, depende da experiência dos pilotos. Isso porque deve-se orientar bem como equilibrar o peso do barco de acordo com a direção e força da ventania.

São quatro cabeador. E o popeiro lá, aguentando a popa. (...) Pra esse daqui dominar, oí, é uma força. E controlar, quando a refega vem, todo mundo pra cá? Quando ela apanha todo mundo, porque tem que vir certo, nem pender pra cá, nem pra lá, tem que vir certinho. (Mestre Lula, 2014)



<sup>62</sup> Dois tipos de motor foram encontrados em campo. O de rabeta e o de centro, o primeiro funcionando melhor para andar em trechos rasos do rio.

<sup>63</sup> Mestre Lula conta seu caso: “Esse daqui ainda não teve a oportunidade de chegar na frente, porque ele é um barco novo, e todas as carreiras que ele vinha na frente, sempre vira. A semana, agora em São Pedro, ele vinha na frente, com distância na frente do outro, aí deram uma porrada lá, aí o outro veio e passou, já ali, no caminho já perto. Aí refega veio, (IT) botar pra cima do outro, pra ver se passava de novo, e virou.” (Mestre Lula, junho de 2014)



**Figura 135:** Mestre Lula e seu colega Américo demonstram alguns dos movimentos corporais realizados durante a navegação a vela, hoje praticamente limitadas às corridas de embarcações realizada durante as celebrações de Bom Jesus dos Navegantes e São Pedro. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Observar a natureza, calcular, antecipar, mensurar, orientar. O navegar dos ribeirinhos – sem muitos instrumentos náuticos de orientação – exige um processo que é como uma cartografia imaterial, pois que está em seu estado bruto, mnemônico. Mapa antes de sua materialização, posto que memorizado mentalmente, em constante atualização, mutação. É a realidade colada, junta de um perfil mental do espaço em constante atualização, é o momento colado com uma ideia antecipada, é o mapa do mundo como um processo anterior à sua materialização física.

Mapeia-se o lugar ao setorizar-se as áreas de perigo, de concentração de peixes, ou ao marcar os fluxos das águas, do ar em movimento, e dos trajetos habituais; das localizações dos baixios e pedras a serem desviados...

Mas nas margens do rio em Piaçabuçu, município da foz do rio no lado alagoano, ganham relevo a presença no rio de embarcações projetadas para o mar, pois a foz se apresenta como uma fronteira de tipologia naval construtiva. Perguntado sobre o que um barco deveria ter para funcionar devidamente no mar, Mestre Lula me responde: “A gente que pesca, lá o mar, ele quer o que? Ele não quer boniteza. Ele quer segurança e armação pra ele.” (Mestre Lula, 2014) Explica, gestualmente e oralmente, a diferença das embarcações que constrói:

Primeiro, o barco, a estatura do barco do mar é uma. Porque se você for fazer um barco pra ele ficar bonito aqui no rio, dificilmente no mar ele é bom. Porque o barco do mar ele tem que ficar a popa fora d'água e a proa. (Mestre Lula, junho de 2014)

A referência à beleza do barco para navegar no São Francisco em oposição à ideia de força e estrutura robusta do barco para o mar revela algum ideal, alguma referência do que é belo para o Mestre, que constrói os dois tipos de embarcação. Talvez a esbelteza do barco ribeirinho seja mais facilmente associável à funcionalidade que se pressupõe dele, enquanto que no mar, essa seria uma preocupação secundária (embora não necessariamente inexistente).

Para além das particularidades, todas têm em comum a função de resguardar o corpo da água, da sua profundidade. Fazem superar distâncias com mais facilidade, dissolvendo um rio-barreira geográfica e proporcionando a estadia no rio que é lugar de ofício. Então temos a embarcação movimento, que desloca e transporta, conecta partes e pessoas, e a embarcação plataforma, que apesar de também móvel, caracteriza-se pelo permitir permanecer num lugar que de outra forma seria inóspito. É a canoa, o barco do pescador, ao mesmo tempo ferramenta e abrigo: alia-se ao caráter de movimentação já mencionado o de demorar-se no espaço, pois vence percursos, porém compreende também a função de destino final, proporciona o ficar, permanecer no lugar de sua meta, onde pode executar os movimentos e manipular os instrumentos para cumprir sua finalidade naquele momento: pescar.

Mas não é apenas a sua dimensão de abrigo que pode ser destacada. Há outros sentidos que exigem diferentes códigos e simbologias na relação entre esse “objeto” e o contexto ribeirinho. O pilotar substitui o nadar, assim a embarcação é o segundo estágio de contato mais íntimo do corpo com o rio, sendo concha que o protege: da água na pele, pé no chão lama do rio. Diferentemente das armadilhas, interpretadas

como extensão do corpo, o barco se aproximaria mais de um “apêndice”, acessório em que o corpo se anexa e desacopla.

Mas também não se pode ignorar o impacto paisagístico da presença dessas embarcações nos cenários marginais, principalmente quando apreciadas em conjunto, uma vez que as cores que esses objetos de navegação apresentam são geralmente vivas e se destacam visualmente.



**Figura 136:** barcos ancorados na margem, perto do estaleiro construído pelo Mestre Pedro, hoje do Mestre Wilson. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010.



**Figura 137:** Embarcações ancoradas em Piaçabuçu. No fundo, em madeira com segundo pavimento, a casa de Mestre Lula, acima de seu estaleiro. **Fonte:** Louise Cerqueira, junho de 2014.

Suas pinturas carregam o estilo do pintor, que também busca atender os pedidos dos clientes. Nem sempre os mestres se encarregam dessa função, havendo profissionais que buscam se dedicar apenas a isso. Na maior parte, apresentam motivos geométricos, com forte presença de listras longas em cores vivas e criando frisos –

confirmando, assim, a própria forma do barco ao destacar a sua horizontalidade e estreiteza – e não raro com razão compositiva elegante. Mas também há vários barcos no rio de cor única, ou mesmo apresentando pinturas mais rústicas. Em alguns casos, pinta-se cenas da paisagem natural da região; noutros, símbolos de times de futebol ou de emissoras de televisão.



**Figura 138:** Gidelson trabalhando no estaleiro do Mestre Lu, em 2010. **Fonte:** Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.

No passado, a cor azul e o branco predominavam – até a metade do século XIX, quando Gilbeto Freyre realizou um estudo envolvendo 115 embarcações, dessas, 109 apresentavam a cor azul (FREYRE, 1951, p. 76). Ainda hoje, ambas são encontradas numa considerável proporção.





**Figura 139:** geometrias e motivos das pinturas das embarcações ao longe do São Francisco. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010-14.





**Figura 140 e 141:** barcos à margem de Penedo. **Fonte:** Arquivo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.



**Figura 142:** propaganda e anúncios também são encontrados nas embarcações. **Fonte:** Arquivo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, novembro de 2010.

Quanto à grafia, a composição formal dos nomes escritos nos barcos pode ser desenhada em estilos variados, mais geométricos ou orgânicos. A escolha dos nomes por vezes é uma forma de homenagem, mas pode revelar devoção religiosa ou afeição à embarcação, ou mesmo utilizar-se do bom humor para criar alcunhas descontraídas. Essas denominações acabam por ser elementos de associação entre o objeto e seu dono, ao menos dentro da comunidade de pescadores. Assim, ao adquirir uma nova embarcação, não é incomum manter o nome da anterior, ou adicionar o número “2” no final da escrita. Também há casos em que o barco não apresenta nenhum título. O filho de Mestre Lula é pintor, apesar do estímulo do pai para que ele trabalhe também com a madeira. Pergunto quem ensinou o filho a pintar. “Ele mesmo. Foi porque eu sempre vinha resgatando ele pra profissão da madeira, mas ele não quer.” (Mestre Lula, junho de 2014) Em ambas as atividades (pintura e carpintaria), a questão da autodidática foi mencionada durante o desenvolvimento desse trabalho. Não só na

entrevista com o mestre de Piaçabuçu, pois também Mestre Pedro, ao ser perguntado se havia aprendido a fazer barcos com seu pai, respondeu “Não. Aprendi, não aprendi com ninguém. Eu aprendi só vendo os outro trabalhar.” (Mestre Pedro, maio de 2011)<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Na pesca, apesar de relatos eventuais sobre aprender sozinho (provavelmente um aprender com vários, com cada um um pouco), o âmbito familiar se apresentou como principal forma de transmissão do conhecimento sobre a pesca. Em ambos os casos, porém, a observação – da prática exercida pelos outros, das respostas que o ambiente dá às próprias tentativas – é chave.



Figura 143: montagem mostrando um pouco da diversidade de nomes e tipografias de embarcações do rio. Fonte: Louise Cerqueira.



**Figura 144:** frase de devoção religiosa ganha destaque na vela em fotografia antiga. **Fonte:** Pierre Verger, 1947 ou 1941.



**Figura 145, 146, 147 e 148:** embarcações em Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2012-2014 (imagens superiores) e Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2010.



Figura 149, 150, 151, 152, 153 e 154: embarcações no rio. Fonte: Louise Cerqueira, 2010-2014.



Figura 155: embarcação em Propriá. Fonte: Louise Cerqueira, 2014.

A escolha dos nomes das embarcações pode revelar as particularidades de cada local e contar um pouco sobre o mesmo – referências a histórias de vida individuais ou a elementos do cotidiano, não só ribeirinho (no sentido de vida tradicional), mas também acessados através da mídia, dos novos processos de comunicação, do humor e da cultura pop.

Do mesmo modo que as toponímias nos sugerem a história de seus lugares, os títulos e mensagens das embarcações contam sobre os interesses dessa gente ribeirinha. Pode-se criar mapas de referências culturais e também de relações de sentimentos através dessas alcunhas.

*São Francisco, Brejo, Belo Monte, Penedo*: os lugares são uma fonte de homenagem na hora de nomear os barcos. Sobre uma visão poética do lugar encontra-se o *Filho do Velho Chico*, o *Barco da esperança* e o *Boa viagem rapaz*, expressões que remetem ao rio e ao navegar, mas também ao *Navegante* e ao *Velejador*. Um ar mais intimista é encontrado em *Lábios*, *Só vi você*, *Sonho meu*, *Desejo de menina*. Continuidade e respeito à tradição, como o *Orientinho*, homenagem à embarcação *Oriente*, que outrora fora da tipologia de tolda, atuando até hoje no rio depois de uma reforma realizada pelo Mestre Pedro. *Nacional*, *Salve*, *Cartão postal*, *Rio Jordão*, *Rio Negro*, *Andurinha* (e *Andurinha 3*), *Bem ti vi*, *Arabaiana*... A informalidade da fala através de gírias e expressões coloquiais é encontrada em *Pode crê* e *Pode crê 2*, *Tô legal*, *100 parea* e *Tô sofrendo*. O humor em *Tem um corno olhando pra mim*; a cultura contemporânea em *SBT 2011*, *Globo*, *Amor à vida*, *Digital*, *Gummy Bear*, *Esse cara sou eu*, *Puma*, os ícones internacionais *Titanic*, *Sherk* (de Shrek), *Peter Parker*, *Michael Jackson*. Na religiosidade de *Deus é fiel*, título que encontrei em maior número e em diversos pontos do rio, existindo variações como *Deus é mais*, *Deus é por nós*, *Jesus eu confio em vós*.

Eles abrangem crenças, referências locais e globalizadas, mensagens engraçadas ou motivacionais, nomes próprios de lugares e de pessoas, ou simples elementos da natureza – os nomes que personalizam cada barco dão uma cara ao rio, seja através de poesia ou irreverência. E os mestres construtores, bem como os que finalizam o acabamento, a partir das margens e dos estaleiros, povoam o rio em cada embarcação concluída que flutua suas águas, ganham nome nos municípios vizinhos, se tornam referência para muitos dos pescadores “anônimos”.



**Figura 156 e 157:** palavras com erros de grafia não são incomuns. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.



**Figura 158:** barcos em Penedo **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Barco é margem que se destaca, como ilha navegante: é pedaço de chão que se leva para se perder na água com segurança. Nela, o navegador pilota e transporta, o pescador se desloca, trabalha, aguarda e guarda – seus instrumentos de pesca, capa de chuva, gelo para conservar o peixe e todos os objetos que julga necessários para realizar suas atividades.

Por esse caráter espacial e por não ser apenas meio de transporte para o trabalho, mas local onde as atividades de sustento acontecem, pode-se dizer que a canoa também é espaço habitado ribeirinho onde são despendidas muitas horas de trabalho.

### 3.1.5. Estaleiro

Os estaleiros, num rápido olhar, assemelham-se a pedaços de uma favela a beira-rio. Podem ser descritos como barracos que visam dar suporte às atividades exercidas para a confecção e reparo de embarcações –, bem como de outros abrigos erigidos nas margens para guardar barcos e instrumentos de pesca.

Como já apontado anteriormente, esses abrigos nas margens foram a razão da inquietação da qual germinou essa dissertação. A dificuldade em acessar a complexidade desses espaços, em ruptura com minha bagagem de formação acadêmica, bem como a centralidade que exercem na vida ribeirinha, foram dois fatores que me atraíram nas viagens de campo e impulsionaram o andamento do trabalho.

Com a realização da viagem pelo rio, tive a oportunidade de conhecer esse mesmo “fenômeno construtivo” em várias outras partes do baixo São Francisco. Pude visitar um bom número de estaleiros que guardavam algumas semelhanças entre si, inclusive adentrando o sertão, bem longe de Penedo e da foz do rio, em Piaçabuçu.

O maior conjunto deles foi encontrado em Pão de Açúcar, uma espécie de complexo com mais de dez abrigos situados próximos uns dos outros, além de outros dispersos no restante da orla da cidade.





**Figura 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170:** estaleiros em Pão de Açúcar.  
**Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Pode-se considerar que os espaços dos estaleiros vão além dos abrigos cobertos. Aliás, quaisquer pontos da margem, ou a própria beirada, mostram-se como espaço de trabalho para todos, e o arredor dos estaleiros também concentra atividades ao ar livre ou à sombra de uma árvore. Em alguns casos, há delimitação, através de cercado, de área privada descoberta, podendo ser mais uma área de refugio ou, ao contrário, área de plantio, como encontrado em Penedo, Pão de Açúcar e em Barra do Ipanema, os três situados em Alagoas, como se pode notar nas fotos a seguir.



**Figura 171:** Estaleiro em Pão de Açúcar, AL. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 172:** Estaleiro em Barra do Ipanema. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Os estaleiros também podem se apresentar de modo mais informal, menos fechados. Em Lagoa Primeira - SE, o abrigo de Mestre José Márcio é apenas uma proteção pequena, todo aberto. Não parece delimitar uma zona de propriedade, sendo casual como uma sombra de árvore.



**Figura 173, 174 e 175:** margem e estaleiro em Lagoa Primeira, Gararu – SE. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Em Traipu, dois estaleiros que lembram bastante os de Pão de Açúcar e Penedo. O primeiro, do Mestre Zé Antônio, estava fechado, mas apresentava um “alpendre”, no

qual conversavam alguns homens. Dentro do estaleiro, o mesmo acúmulo de objetos, os mesmos mobiliários residuais de outros lugares, as recorrentes paredes de madeira vazada, com lonas e outros materiais fazendo a vedação.



**Figura 176, 177, 178, 179, 180 e 181:** estaleiros em Traipu. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Em Porto Real do Colégio, encontrei o estaleiro mais hermético dentre todos que visitei. Apesar de cercado com tela de arame, o seu interior é bem escondido, vedado quase inteiramente com lonas, letreiros e placas de zinco ou de madeira.<sup>65</sup>

<sup>65</sup> Um segundo abrigo, do Mestre Cícero Santos, que disse apenas trabalhar com reparos. Informou, aliás, que ninguém mais em Colégio faz embarcação – morreram os últimos mestres “completos” (Denival e Luis Alves) e ninguém deu continuidade. Quando precisam, buscam em Própria ou Penedo.



**Figura 182 e 183:** estaleiro em Porto Real do Colégio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 184 e 185:** estaleiro em Porto Real do Colégio. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

A estrutura desses abrigos normalmente é construída com madeira serrada, sem aparelhamento ou pintura. A cor do rústico é a cor do esqueleto do estaleiro. Tons marrons: de terra, de taboas e ripas. Veda-se comumente com telas de arame, permeáveis visualmente, permitindo o contraste entre a vivacidade do céu, do rio e barcos coloridos e a opacidade passada no aspecto geral do estaleiro, quebrada mais ao olhar do detalhe.

Os estaleiros apresentam não um zoneamento clássico de separação em manchas homogêneas, como na setorização empregada usualmente pelos arquitetos, mas sim com intersecções e permeabilidades, trocas e compartilhamentos; contém em seus territórios várias superposições de usos. Se em planta baixa o espaço pode se apresentar ortogonalmente, retangular, na dimensão tridimensional o espaço retalho e não-cartesiano surge.

Os estaleiros são, ao mesmo tempo, uma estrutura entre o invisível e o explícito. Neles, uma vida ribeirinha acontece sem cerimônia, ora a céu aberto, ora podendo ser vista por entre as frestas de suas construções. É espaço de concentração de trabalhadores, de usos, de embarcações ancoradas. Abrigo de atividades dos

processos de fabricação (de armadilhas de pesca e de embarcações), mas também de objetos e homens – guarda rede que se dorme e rede em que se pesca.

A familiaridade abordada anteriormente, ilustrada com a citação de Heidegger, é desenvolvida nos estaleiros, mas também em outros pontos da margem onde são realizadas atividades de trabalho – o espaço aberto do rio e suas contiguidades são mais que espaço de produção. Assim, o ambiente, que é prioritariamente de trabalho, não apresenta uma secção dura que o separe do descanso e do lazer, então esse ambiente aglutina essas características concomitantemente: o jogar dominó do lado da embarcação a ser reparada, a rede estendida como o descanso da noite até a hora de sair na madrugada, e em dias de festa, a família dormindo junta no estaleiro, depois de festejar durante o dia pela margem. Quem trabalha com o rio, habita a margem.

Quando há presença de equipamentos como geladeira e fogão, e objetos como chaleiras, copos, redes, o estaleiro acaba por ganhar ares de morada, ainda que não tanto de residência familiar. Assim, os equipamentos de cozinha, junto às redes e ao banheiro, permitem um período de permanência maior no lugar sem a necessidade de voltar para casa; bancos e cadeiras são usadas pelos visitantes frequentes, onde se conversa e se descansa do trabalho.



**Figura 186 e 187:** objetos no estaleiro do Mestre Pedro. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2010.



**Figura 188:** estaleiro em Pão de Açúcar. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 189:** interior do estaleiro em Pão de Açúcar onde o Mestre Pedro estava morando, em fevereiro de 2014. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 190, 191 e 192:** aparelhos de som nos estaleiros de Pão de Açúcar e Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014; 2012; 2014.



**Figura 193 e 194:** descanso em compartimentos do estaleiro do Mestre Pedro. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013; 2011.

“Todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 1978, p. 200). Estaleiro também é, destarte, garagem, onde se estacionam os veículos embarcações, onde se guardam seus motores; como numa garagem aparelhada, não faltam as ferramentas e máquinas, expostas nos períodos de trabalho, quando as portas estão abertas pra rua, e guardadas durante a noite. Embora não se assemelhe a uma sala de estar convencional (na maioria dos casos), também é lugar de receber visitas frequentes. Embora não tenha quartos, apresenta partições individuais, mais privadas, onde colchões ou redes servem para descanso. É copa no dia a dia, onde são feitos lanches quando o trabalho aperta, é cozinha. Nos espaços abertos, o fogo para assar os bolinhos de arroz, isca de pegar camarão nos covos.

A estreiteza não é incomum; objetos se amontoam no chão, encostados nas divisórias, pendurados na estrutura da coberta, dentro de embarcações guardados... Pertences pessoais, como documentos; restos de materiais que esperam uma oportunidade para serem reutilizados no chão; instrumentos protegidos das intempéries. Aqui, em muitos casos se aplica o estranhamento de Michel de Certeau com relação ao espaço doméstico: "Coisa estranha, quanto mais exíguo se torna o espaço próprio, mais ele é entulhado de aparelhos e objetos" (CERTEAU, 1996, p. 206)

A madeira é um material sempre presente nos estaleiros rústicos (ou seja, não construídos de tijolo), seja ele um espaço aberto ou fechado. Contudo, sua configuração depende também dos seus fechamentos, aberturas, adições. Suas vedações são escolhidas através da geometria das frestas e os achados do acaso. Alguns casos comprovam que, apesar de impossibilitados de construir em tijolo devido às restrições municipais, quando em condições, constroem o abrigo todo com materiais comprados, ou reutilizados em ótimo estado. A maioria, no entanto, ainda precisa do reaproveitamento para edificá-los.

Os estaleiros naturalmente foram mudando a cada viagem de campo realizada – um puxadinho a mais, uma grama plantada no chão, uma porta trocada, uma intervenção no leiaute interior; junções, separações, remodelações. Ao contrário das técnicas mais sofisticadas da construção de embarcações, polidas e geométricas, o espaço do estaleiro pode revelar assimetrias, acabamentos irregulares. Retalhos pregados, costurados, permeáveis ou bloqueadores. Tecidos opacos, lonas, madeira, arames,

telhas - múltiplos materiais empregados à medida das necessidades e dos recursos que se tem à disposição, no tempo e no espaço das imediações.

A mutação se mostrou um processo contínuo no estaleiro do Mestre Pedro. Desde o início da pesquisa até a última viagem de campo, em julho de 2014, ele sofreu várias alterações, seja fundindo-se com um abrigo situado em sua quase contiguidade, seja ampliando-se em puxadinhos, criando alas compartimentadas nas laterais (o vão central continua sendo do atual responsável pelo estaleiro, o Mestre Wilson). Cada cômodo é utilizado e cuidado pelos pescadores que o dividem – no final, a construção apresenta tantas portas diferentes quantas portas existirem. Uma delas, me contou Leonardo Muniz em uma conversa não gravada em 2013, foi reaproveitada de uma casa que, situada numa margem, teve que ser demolida.

É esse reconstruir do estaleiro sobre si mesmo que o desprende da rigidez; o processo é uma variação contínua. Em certa medida, todos os espaços são modificados com o passar do tempo - mas nem todos com essa mesma lógica. Essa abertura dos processos de remodelagem no espaço e no tempo o aproximam do espaço liso, do feltro, da bricolagem.

É como um temporário que se alonga no perene, mas que mantém as características que são típicas do provisório, do efêmero, do espaço liso. Suas delimitações são configuradas pelas práticas lá realizadas, e o espaço se adequa às necessidades de trabalho, com um tipo de planejamento diferente, mais intuitivo e aberto ao improvisado. Qual o papel que o estaleiro exerce no espaço? Até onde vai sua abrangência, onde se limita; quais suas facetas; o que e quem abarca? É lugar? Abrigo? Arquitetura? Circunstância? Lugar ou arquitetura: ele não precisa ser um ou ser outro. Configura-se enquanto tal em ambas as manifestações independentemente, ainda que encontre um sentido mais pleno quando associado às duas.

A arquitetura do estaleiro é uma manifestação-desdobramento da força das demandas cotidianas, mais que a proteção contra intempéries – pede o resguardo, o interno, um abrigo que pode ser entendido ainda provisório, levando em consideração que os materiais utilizados não remetem à perenidade, mas que pode ser considerado também perene, visto que tende a se estabelecer e se afirmar no local, se desenvolvendo através da reconstrução ou ampliação, buscando a continuidade, o melhoramento.

Mais ainda: se nem sempre se apresenta construído ou fechado, acolhimento para objetos do dia a dia do pescador, barqueiro e mestre, e se seu sentido de lugar se

desenvolve com a interação social e os valores atribuídos a ele no passar do tempo, o estaleiro não como arquitetura, mas sim enquanto espaço de trabalho do mestre – noção de um motivo original, princípio da existência do mesmo demandado pelo uso – depende apenas da instância no tempo e espaço em que esse mestre trabalha. Fica uma pergunta: o estaleiro vai, então, aonde o mestre vai? Basta ter o ofício sendo realizado em um local para caracterizá-lo como tal? Se sim, além de arquitetura e lugar significativo para uma comunidade, o estaleiro pode ser o espaço em um momento, um homem em ação, ainda que temporária.



**Figura 195, 196:** reparo de embarcações. **Fonte:** Fundação Casa do Penedo, s. d.



**Figura 197:** reparo de embarcações na margem de Pão de Açúcar (com estaleiro construído nas proximidades) e no estaleiro em Lagoa Primeira. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.

Pode ser caracterizado por um mero abrigo com o mínimo de construção ou intervenção no espaço – às vezes, simples ambiente de trabalho localizado na margem e protegido pela copa de uma árvore ou por uma sombra improvisada numa lona estendida<sup>66</sup>. Nesse nível, é o espaço de trabalho de um mestre, lugar de práticas e saberes, sendo a arquitetura um devir do espaço já em uso anteriormente – uma possibilidade que se concretiza, um lugar que se modela. É o potencial que se edifica

<sup>66</sup> "A coberta é a mais antiga expressão da arquitetura" (LOOS apud JACQUES, 2001, p. 26).

em favor da ação “insistente” que o definiu como um lugar, através das demandas de momentos prolongados.

No meio dessas perguntas, o conceito de espaço habitado emerge mais uma vez como uma boa expressão para se referir a esses ambientes ribeirinhos percorridos aqui. O habitar que reúne em sua ambiência o morar, o trabalho, o descanso, a brincadeira e a devoção, a passagem e a permanência.

Mas para ir além, foi preciso pensar, além dos significados que o lugar levantou, na própria “natureza” desses espaços – seu caráter, seu perfil, suas qualidades. A complexidade se estabeleceu quando as dualidades encontradas deixaram de ser antagônicas e passaram não só a se alternar, mas a se misturar. Deixaram de ser forças diametralmente opostas para operarem em diversas intensidades e direções, abrindo espaço um para o outro. Dualidades que se transformam em complementaridade, interdependência, multiplicidade, mistura, e não apenas mera oposição. Por exemplo, o espaço de trabalho é ao mesmo tempo de lazer, descanso, oração, sem que cada um desses valores tenha que, necessariamente, se alternar, ora coexistindo, ora cedendo espaço para a existência do outro.

Para pensar melhor sobre o perfil dessa paisagem ribeirinha, recorreu-se a algumas reflexões sobre os conceitos de espaço liso e espaço estriado, desenvolvidos por Deleuze e Guattari na obra *Mil Platôs*. Apresentam os dois espaços ressaltando as suas características próprias, como duas forças diferentes que acabam por se transformar uma na outra continuamente. Preocupam-se em definir as diferenças, ao passo em que reconhecem e buscam identificar os movimentos entre eles – de alisamento do estriado, e estriamento do liso. Ou seja, ainda que no texto busquem a “distinção por direito, a distinção abstrata entre os dois espaços” (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 1997, p. 158) que define as especificidades do liso e do estriado, um dos maiores esforços dos filósofos se concentra em analisar as sobreposições, as misturas que surgem entre eles.

Por vezes podemos marcar uma oposição simples entre os dois tipos de espaço. Outras vezes devemos indicar uma diferença muito mais complexa, que faz com que os termos sucessivos das oposições consideradas não coincidam inteiramente. Outras vezes ainda devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso. (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p. 157 e 158)

Numa relação por alto, tem-se o liso como o espaço do nômade, e o estriado do sedentário. De um lado, o deserto, a estepe, de outro, a cidade, a agricultura.

Dentre os modelos que utilizam para criar analogias que expliquem a propriedades de cada espaço, o “modelo tecnológico” se mostrou como um dos mais didático para uma primeira compreensão sobre o tema.

Tecido estriado versus feltro liso: aquele delimitado em sua urdidura, com elementos verticais e horizontais que se cruzam, uns fixos e outros móveis, infinito em comprimento, ainda que delimitado em sua largura, em oposição ao feltro, de outra natureza, “que procede de maneira inteiramente diferente, como um anti-tecido” (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p. 158):

O feltro não implica distinção alguma entre os fios, nenhum entrecruzamento, mas apenas um emaranhado das fibras (...). São os micro-filamentos das fibras que se emaranham. Um tal conjunto de enredamento não é de modo algum *homogêneo*: contudo, ele é liso, e se opõe ponto por ponto ao espaço do tecido (é infinito de direito, aberto ou ilimitado em todas as direções; não tem direito nem avesso, nem centro; não estabelece fixos e móveis, mas antes distribui uma variação contínua). (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.158)

Uma nova oposição coloca em evidência a técnica do *patchwork* como uma boa analogia para o espaço liso:

Ainda mais significativa seria a distinção entre o bordado, com seu tema ou motivo central, e a colcha de retalhos, o *patchwork*, com seu pedaço por pedaço, seus acréscimos de tecido sucessivos e infinitos. Claro que o bordado pode ser extraordinariamente complexo, nas suas variáveis e constantes, nos seus fixos e móveis. O *patchwork*, por sua vez, pode apresentar equivalentes de tema, de simetria, de ressonância que o aproximam do bordado. Não obstante, no *patchwork* o espaço não é de modo algum constituído da mesma maneira que no bordado: não há centro; um motivo de base (*block*) é composto por um elemento único; a repetição desse elemento libera valores unicamente rítmicos, que se distinguem das harmonias do bordado (em especial no *crazy patchwork*, que ajusta vários pedaços de tamanho, forma e cor variáveis, e que joga com a *textura* dos tecidos). (...) É uma coleção amorfa de pedaços justapostos, cuja junção pode ser feita de infinitas maneiras (...) (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.159)

As analogias vão se desenvolvendo em outros modelos (musical, matemático, etc), e temos uma ideia mais larga da distinção entre os espaços. O liso, identificado no nomadismo, tem, segundo os autores, o mar como arquétipo, tendo esse se tornado estriado com as conquistas astronômicas e geográficas. Nele, os pontos, as paradas, estão submissas ao percurso; é háptico, de multiplicidades não-métricas, direcionais. “No espaço liso, portanto, a linha é um vetor, uma direção e não uma dimensão ou

uma determinação métrica.” (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.162) É aquele que:

Tem conexões ou relações tácteis. Tem valores rítmicos que não se encontram em outra parte, ainda que possam ser traduzidos num espaço métrico. Heterogêneo, em variação contínua, é um espaço liso enquanto amorfo, não homogêneo. (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.170)

E, por fim, o estriado, sedentário, marcado pela presença do Estado, do trabalho regrado na premissa do estoque, trajetos subordinados aos pontos, óptico, métrico, dimensional.

Se a lógica de “retalhos” comumente presente nos estaleiros a aproxima do processo do *patchwork* – aberta à incontestância dos materiais e objetos achados, no aproveitamento do descarte, irregular, descentralizada, na busca pelo encaixe ditado pela forma dos elementos – ainda não significa dizer que essa forma de construção escape de estriamentos. A aleatoriedade dos materiais está mais presente nas vedações, as intervenções no estaleiro e seus puxadinhos estão sujeitos às necessidades na medida em que elas aparecem, mas seu aspecto, quando provisório, é determinado muitas vezes pelas limitações impostas pela cidade estriada. Esconde uma certa contradição: alguns estaleiros não “escapam” das regulamentações de uso e ocupação do solo, como seria o caso das favelas<sup>67</sup>, mas, ao se submeterem a elas, essas restrições acabam por aproxima-los das favelas. Não construir de tijolo em área da Marinha acaba por promover um espaço que se constrói e reconstrói constantemente, sempre abrigo provisório, reciclado. O ambiente dos estaleiros é como uma negação do centro histórico e comercial de Penedo, por exemplo, e uma continuação do Bairro Vermelho, onde moram muitos pescadores. Nele, muitas casas que dão de frente para o rio apresentam o mesmo aspecto de refugio, notadamente em seus quintais. Eles são fixos, no sentido em que se tornam perenes, mas também mutáveis, no movimento incessante de transformar núcleos provisórios em construções mais completas.

A força em direção a tijolo não significa, necessariamente, um novo vetor de estriamento. Talvez ele já esteja presente, camada estriada em cima de lisa, no

---

<sup>67</sup> “A cidade libera espaços lisos, que já não são só os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido, *patchwork*, que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação.” (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.165 e 166)

provisório e mutável que tende a se fixar. É difícil atribuir à maioria dos estaleiros caráter de fato liso ou estriado.

E se a itinerância de moradores entre as localidades sanfranciscanas a aproxima, aparentemente, da ideia do nomadismo liso, talvez não o seja – não estariam essas pessoas se movimentando entre “pontos fixos”? Entre localidades, na sua maior parte, previamente estabelecidas, como numa “mobilidade sedentária”?

Certamente, tanto no espaço estriado como no espaço liso existem pontos, linhas e superfícies (também volumes, mas, por enquanto, deixemos essa questão de lado). Ora, no espaço estriado, as linhas, os trajetos têm tendência a ficar subordinados aos pontos: vai-se de um ponto a outro. No liso, é o inverso: os pontos estão subordinados ao trajeto. Já era o vetor vestimenta-tenda-espaço do fora, nos nômades. É a subordinação do hábitat ao percurso, a conformação do espaço do dentro ao espaço do fora: a tenda, o iglu, o barco. Tanto no liso como no estriado há paradas e trajetos; mas, no espaço liso, é o trajeto que provoca a parada, uma vez mais o intervalo toma tudo, o intervalo é substância.” (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.165)

Mestre Pedro, entretanto, parece nos apontar para o sentido nômade, intuitivo. Morou por mais de uma década em estaleiros em duas pontas do Baixo São Francisco – em Penedo, próximo à foz, e em Pão de Açúcar, no sertão, mais próximo das cachoeiras de Paulo Afonso – e havendo morado antes em outras localidades. Estaleiro-habitação: ainda que certos aspectos de moradia se apresentem nesses espaços a qualquer um que neles dispense tempo, talvez só Mestre Pedro possa compreendê-lo como casa, lar para um corpo aposentado e cansado. Basta a familiaridade que eles proporcionam, tomando café preparado na chaleira numa fogueira no chão, próximo às ferramentas que tanto manipulou, dormindo na rede que arma quando precisa, ouvindo o rádio que o acompanha. Criando suas próprias passagens e interações com a cidade, como na escada posta ao muro que servia como atalho para alcançar a rua, evitando assim um desvio mais longo estabelecido pelo desenho urbano.

Uma certeza, enfim, era estar próximo ao rio, depois de décadas o percorrendo. Para um navegante, que passava boa parte da vida partindo e retornando, é possível que o sentido não estivesse apenas nesses dois momentos, mas no intervalo entre eles, no embate com o vento e as velas, o remo e o leme, a chuva e o sol.

Mas não é apenas isso: a auto-didática afirmada por ele talvez esteja relacionada ao aprendizado empírico, próximo dos elementos “naturais” (ainda que tenha aprendido com outras pessoas ou apenas observando-as). Não é o aprendizado através dos mapas ou das plantas técnicas, pois sua orientação é de outro caráter, lendo no

ambiente seus sinais, observando suas características. "(...) o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. Estalido do gelo e canto das areias." (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 1997, p.159) A prática desse contato é tão natural para ele como se não precisasse ser ensinado (ao menos não de uma maneira formal). Os trajetos dos ribeirinhos, por mais que pensemos na incontingência do ambiente (com mudanças lentas, gradativas ou bruscas) que interfere nas referências espaciais que influenciam os trajetos, também apresenta estriamentos. Não o do cálculo, aparelhos e mapas, mas através de referências fixas que estão consolidadas na sua cabeça. Temos aqui, provavelmente, vetores lisos e estriados atuando ao mesmo tempo.

O espaço liso, háptico e de visão aproximada, caracteriza-se por um primeiro aspecto: a variação contínua de suas orientações, referências e junções; opera gradualmente. Por exemplo, o deserto, a estepe, o gelo ou o mar, espaço local de pura conexão. Contrariamente ao que se costuma dizer, nele não se enxerga de longe, e não se enxerga o deserto de longe, nunca se está "diante" dele, e tampouco se está "dentro" dele (está-se "nele"...). As orientações não possuem constante, mas mudam segundo as vegetações, as ocupações, as precipitações temporárias. (...) O espaço esfriado, ao contrário, é definido pelas exigências de uma visão distanciada: constância da orientação, invariância da distância por troca de referenciais de inércia, junção por imersão num meio ambiente, constituição de uma perspectiva central. (DELEUZE, GUATTARI, [1980] 1997, p.163)

Assim, a pesca é, ao mesmo tempo, pontual e trajetória. É circunstancial, ainda que experiências anteriores sirvam como referência ou régua. Acontece tanto na busca pelos cardumes, móveis, fugidios, fenômenos momentâneos, como na memorização dos pontos fixos, covos postos e reutilizados por dias, semanas.

Dirigido ou não, e sobretudo no segundo caso, o espaço liso é direcional, e não dimensional ou métrico. O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou necessidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 1997, p.181)

As demandas são ao mesmo tempo fixas, recorrentes, advindas de um trabalho que é, de certo modo, estriado (ainda que forças lisas, não métricas, de intensidades e direções, operem no momento de algumas ações), mas também móveis, uma vez que o aparecimento contínuo dessas necessidades se dá de forma única, circunstancial. Há planos, ainda que haja pouco planejamento estriado, e há improvisado. Por mais que

a incontingência não seja exclusiva do liso, ressalta nesses espaços um perfil de “adaptação-reflexo”, resposta ao curso dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que há forças se direcionam no sentido da adaptação sólida, estável, sedentária.

Embora seja imponderado dizer que os pescadores não planejam o espaço, mas sim o planejam através da experiência empírica, intuitiva ou balizada pelos poucos recursos para atender a demandas do cotidiano, pode-se contrapor esse processo com a lógica de planejamento do arquiteto (pelo menos na sua forma ortodoxa e estriada). Tendências dentro da arquitetura e que ainda encontram respaldo no ambiente acadêmico estabelecem como meta uma forma perene, pensada para gerenciar paradoxos e criar soluções que os conciliem. O arquiteto usualmente pensa os materiais no detalhe e no todo, numa composição final geralmente harmônica (a não ser que a composição teórica indique o contrário, mas é caso outro). Ele não planeja o espaço para ser quebrado e reconstruído meses depois: ele planeja para fincar e permanecer. Os agenciamentos que regulam a ação do arquiteto podem ser burocráticos, obedecendo a segmentarizações definidas pelo uso, pelo status, pelas orientações que julga apropriadas. Cria, enfim, convenções; zoneia e delimita. Planeja de um modo completamente diferente do encontrado no espaço do estaleiro. O exemplo da métrica como uma forma de estriamento na música, também pode ser identificado nas obras dos arquitetos, com seus ritmos, modulações, determinação de setorizações por vezes mais rígidas do que se costuma desenvolver no decorrer dos usos, controlando cada centímetro da construção através do uso de softwares.

Habitar, circular, trabalhar e brincar podem coexistir. A disposição de objetos obedece mais a lógica do uso que da organização clássica, o que confere um certo ar de mutabilidade, de flexibilidade, e até de desordem ao ambiente. Os objetos não são definidos apenas pelo que são no presente, mas têm na sua potencialidade diversas possibilidades de rearranjos, de subversões, de reaproveitamentos. O acaso se instala como variável que também determina o espaço. A canoa velha se desfaz e vai para o fogo torrar a isca de camarão para os covos, deixando marcas no chão; vai para o estaleiro, servir de prateleira ou vedação da porta; a janela da casa demolida vai cobrir o teto de uma barraca, com trinco e postigo. O mobiliário é composto de objetos descartados, provenientes das práticas nas margens ou de outros espaços, criando um arranjo precário, despojado e flexível - restos de poltrona de escritório, cadeiras diferentes entre si e um banco composto por um antigo balcão de granito onde eram vendidos os peixes na feira. O reaproveitamento é uma característica

desse espaço que se ergue do esforço em comprar materiais novos, mas também de juntar descartes.



**Figura 198:** banco usado na venda de peixes reaproveitado no espaço aberto do estaleiro do Mestre Pedro. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

**Figura 199:** escada que serve como atalho do estaleiro do Mestre Pedro para a rua. Antes, era uma escada de madeira solta, que pode ser observada na imagem 49. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

Esses lugares são permeados de carência, de “não-gratuidade”, e lidam com mudanças no paradigma dos materiais que o compõem – dos naturais, de confecção e manutenção por vezes mais trabalhosas (caso da cobertura de palha, que tem que ser renovada com certa frequência), mas cuja matéria-prima se encontrava de forma mais acessível em sua maioria nas matas vicinais, para os recursos industriais e reaproveitamento de materiais usados.

Lina Bo Bardi, arquiteta modernista que se interessou pelo universo popular, ao analisar o artesanato do Nordeste, deparou-se com a produção cultural que surgia no âmbito da pobreza e da miséria.

Matéria prima: o lixo. (...) Cada objeto risca o limite do ‘nada’ da miséria. Esse limite e a contínua e martelada presença do ‘útil e necessário’ é que constituem o valor dessa produção, sua poética das coisas humanas não-gratuitas, não criadas pela mera fantasia. (...) Formas de desenho artesanal e industrial. (BARDI, 1980, p. 16 e 17)

Pode-se encontrar nessas margens e abrigos o refugio, tanto da vida doméstica, quanto das dinâmicas desenvolvidas no contexto urbano – por lá, pneus usados doados de borracharias servem para apoiar as embarcações na margem; restos de mobiliários somam-se a pedaços de materiais que, por vezes, tornam-se vedações; no rio, são jogadas as águas da drenagem que carregam o esgoto da cidade. Nesse

sentido, é importante ressaltar que não se busca romantizar a pobreza ou negligenciá-la, mas observá-la enquanto agente determinante da lógica construtiva e de uso do espaço. Ela é a causa, em boa parte, da atitude de reaproveitamento dos restos, de partes, e, por consequência, de seu perfil fragmentado, de planejamento aberto ao acaso e aos achados.



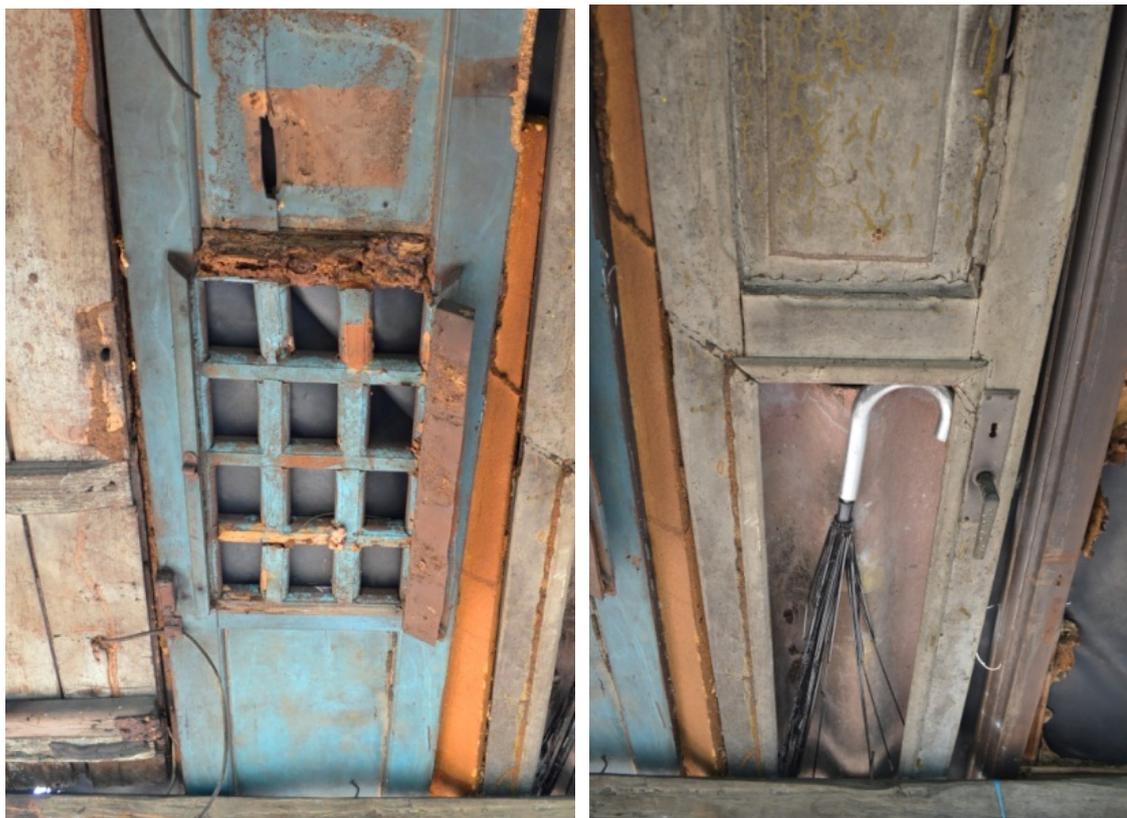
**Figura 200:** Refugio em Pão de Açúcar. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014.



**Figura 201 e 202:** Nos abrigos construídos na margem de Barro Vermelho, o refugio: na coberta, restos de construção; no espaço, mobiliários velhos. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.



**Figura 203 e 204:** objetos pessoais jogados nas margens de Penedo. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2014; 2013.



**Figura 205 e 206:** restos de construções usadas na vedação da coberta de um barraco próximo ao estaleiro do Mestre Lu, em Bairro Vermelho. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2013.

O descarte encontrado nos estaleiros, porém, não é apenas do objeto, do inerte: na cidade, há um “refugio vivo”. Animais domésticos rejeitados, por exemplo, são frequentemente abandonados nas margens do rio. Crescem nelas os cachorros desamparados, os quais, com sorte, são adotados pelos ribeirinhos<sup>68</sup>, e também os gatos deixados em grande número, que se instalam nas redondezas à espera de restos de pescaria, ocupando os estaleiros e apropriando-se dos microespaços nele contidos, seus cantos, quinas e brechas entre entulhos. Em Penedo, em Pão de Açúcar, em Piaçabuçu: os abrigos nas margens não apenas acolhem o descarte de lixo da cidade, mas também vidas.

<sup>68</sup> Em Penedo, no estaleiro do Mestre Wilson (pertencente ao Mestre Pedro anteriormente), mais de um cachorro foi adotado e, além de fazer companhia durante os dias, ficava de guarda dentro do estaleiro de noite.



**Figura 207:** Montagem com fotografias de gatos encontrados em Piaçabuçu, Penedo e Pão de Açúcar. **Fonte:** Louise Cerqueira (2010 – 2014).

Enquadrar esses abrigos ribeirinhos em alguma tipologia foi, inclusive, um desafio. Arquitetura de caráter popular, até mesmo no campo do estudo vernáculo esse tipo de construção não foi muito explorado, e, embora sejam autoconstruções<sup>69</sup> que apresentam intersecções culturais entre várias comunidades do Baixo São Francisco, tanto na forma como nos usos, suas soluções construtivas não parecem apresentar o “refinamento” de técnicas que só são desenvolvidas com materiais autóctones ao longo de várias gerações, como costuma ser uma atribuição para a categoria vernacular.

No entanto, pela proximidade das autoconstruções abordadas com a lógica construtiva das favelas, muito em função desse aspecto do “refugio”, referenciarei ao

<sup>69</sup> A publicação “Architecture Without Architects”, de Bernard Rudofsky, traz bons apontamentos com relação à importância de se estudar a arquitetura “não-oficial”. No entanto, ainda assim ela não contempla o que seria a arquitetura dos estaleiros, trazendo exemplos notáveis de construções tradicionais de diversas culturas no mundo, mas dando pouca atenção a construções que, embora sejam feitas pelo povo, não estão completamente legitimadas dentro dos preceitos da arquitetura vernacular, de menor “impacto estético” e desenvolvidas no âmbito da pobreza.

longo do texto alguns apontamentos do livro “A estética da Ginga”, de Paola Jacques. Ao estudar a arquitetura das favelas, Jaques diferencia o conceito de abrigo e habitação, sendo esse último relacionado à moradia, casa, e não à ideia mais ampla de espaço habitado explorada anteriormente, baseada no habitar do espaço vivido – das passagens e permanências, das relações sociais e de produção, dos sentidos atribuídos ao lugar. Os barracos da favela estariam “mais próximos da bricolagem (e do vestuário) que da arquitetura, sua maneira de viver se aproxima mais da ideia de abrigar que de habitar.” Nesse sentido, o estaleiro acaba por se aproximar também do caráter de abrigo dos barracos da favela:

O abrigo é provisório mesmo que ele deva durar para a eternidade; a habitação, ao contrário, é durável, mesmo que vá desmoronar amanhã. É essa relação de temporalidade que faz a diferença. Por exemplo, habitamos nosso corpo em permanência, mas o abrigamos provisoriamente com uma vestimenta. É a diferença entre o ser e o estar. (JACQUES, 2001, p. 26)

Nos estaleiros, a metamorfose é constante e sua reconstrução é demandada pelos ofícios lá realizados continuamente. O que se erige é um núcleo que pode ser ampliado e modificado de acordo com as necessidades dos trabalhadores, com a disponibilidade de materiais e recursos financeiros. Cada puxadinho, levantado com madeira retirada de embarcações velhas, vedado com lonas, cortinas, placas de metal, faixas de propagandas, espumas ou mesmo janelas e portas de moradias demolidas, atende às necessidades de incorporar mais pessoas para usufruir do espaço. O fragmento, o desdobramento e o remendo são palavras-chave do espaço. O chamado “jeitinho” se aproxima da lógica da favela, na mistura de materiais, justaposições, acúmulos, carências e sonhos: “(...) o jeitinho é condição *si ne qua non* para construir o barraco na favela” (JACQUES, 2001, p. 23).

O movimento constante faz o fim permanecer indeterminado. O inacabado se impõe, a ordem é incompleta e mutável. É um movimento em potencial em direção à completude ou algo como a incerteza de futuro e a sugestão de inúmeras possibilidades de prolongamento. (JACQUES, 2001, p. 43)

No estaleiro, os verbos do lugar de ofício são guardar, abrigar – ferramentas, embarcações, pessoas, atividades –, trabalhar, construir, consertar, reparar, serrar, lixar, polir, remendar, pintar. Mas também descansar, esperar, conversar, jogar, relaxar, brincar.

Na sua construção, os verbos que se destacam são adicionar, sobrepor, reutilizar, reaproveitar. Portas de casas demolidas, pneus velhos doados das borracharias; mobiliário, como bancos, cadeiras e mesas, vindo de diversas partes; vedações

utilizando cortinas, redes de pesca, faixas, restos de canoas sem proveito para o rio. É um espaço das camadas expostas.

Seus remendos, puxadinhos, frestas, e o sonho de reconstruir-se em material mais sólido, como o tijolo, nos remete à favela, com sua “ginga”.

Como abrigo, o espaço particular é mais preservado, e seu interior pode ser seccionado para que cada pescador tenha o seu canto. O privado é a garantia de proteção dos seus pertences contra roubos; assim, em alguns estaleiros visitados ao longo do rio, há uma tendência em buscar a vedação quase completa ao redor da estrutura externa, diminuindo a visibilidade dos objetos guardados dentro do barraco.

#### 4. Sobre representações: formas do universo ribeirinho, mapas do cotidiano

(...) the map is perhaps the most sophisticated form yet devised for recording, generating and transmitting knowledge. (COSGROVE, 1999, p. 12)<sup>70</sup>

O presente capítulo se empenha nas questões relativas à representação cartográfica<sup>71</sup> da espacialidade estudada. A elaboração dos exercícios formais descritos no capítulo 2 teve um papel importante no sentido de sensibilização nas experiências de campo, aguçando meu olhar de observadora. Em seguida, o contato com a obra de Deleuze e Guattari – com os conceitos de rizoma, cartografia, espaços liso e estriado – transformou muito da minha compreensão sobre o que apreendi no lugar, aprofundando as interpretações que surgiram a partir dele (notavelmente as relacionadas aos estaleiros). Senti a necessidade, então, de dar um passo adiante, ainda movida pelo desejo de associar o espaço habitado às suas possibilidades de representação.

Aqui são, portanto, descritas as indagações e os impasses do processo criativo inerentes ao esforço de pensar uma cartografia do sensível, agregando uma representação mais sensorial e abstrata, como um “mapa-objeto”, e também refletindo sobre as possíveis escolhas formais. O objetivo foi agregar narrativas sobre mapas recortes temáticos, tendo como meta cartografias sínteses, contemplando o macro e o micro, o individual e o coletivo.

Partiu-se principalmente da experiência no lugar – com as observações realizadas *in loco* e as falas dos ribeirinhos com os quais interagi – para impulsionar as perguntas que suscitam possibilidades de representação, mas também associando-a à história encontrada nos livros e nas fotografias que registraram esses espaços do cotidiano de “Penedo das margens” e do rio São Francisco em momentos do passado.

Um mapa permite situar recortes percebidos e selecionados do mundo de modo a estabelecer relações entre eles. Geralmente utilizado como ferramenta de orientação espacial, pois pode apresentar informações que facilitam o deslocamento do indivíduo, oferece na verdade uma gama de possibilidades e finalidades – o arranjo de desenhos, símbolos e legendas atendem aos propósitos do autor e podem se deslocar do real, do visível, rumo, inclusive, às searas da cartografia do fantástico<sup>72</sup>.

<sup>70</sup> “O mapa é talvez a mais sofisticada forma já legada de gravar, gerar e transmitir conhecimento.” (COSGROVE, 1999, p. 12) (T.A.)

<sup>71</sup> Relativa à forma, e não à formalidade.

<sup>72</sup> Sobre cartografia do fantástico, ler Alberto Manguel, *The Dictionary of Imaginary Places*.

A cartografia é um mecanismo de representação que pode ter, no seu produto, um dispositivo finito, mas não necessariamente fechado em sua finitude. Essa flexibilidade possível nos mapas não é sempre explorada. Entretanto, a variedade dos recursos disponíveis na cartografia permite que ela seja um instrumento que atenda desde os parâmetros mais técnicos, buscando relacionar os elementos retratados, o “dado”, uma quantificação pautada em procedimentos que visem a uma maior compreensão do “real”, até os mais abstratos, permitindo ao autor a manipulação das informações de forma a construir uma ideia ou interpretação mais livre do ato de mapear. Por isso a ideia do mapa veio como forma de expressar essa realidade que não pode ser passada apenas a partir dos mecanismos tradicionais, como já explicitado no capítulo anterior.

Apesar de ser uma ferramenta comum na vivência do arquiteto e do urbanista, para entender mais sobre o mapa e a ação de mapear, dois campos do conhecimento foram acionados. Primeiro, a geografia, e depois a filosofia.

O ramo da geografia, em especial, se detém bastante nas problemáticas relacionadas aos mapas e ao processo de cartografar, além de se debruçar sobre temas como a paisagem e o espaço. Segundo o geógrafo Denis Cosgrove<sup>73</sup> (1999), o mapa, enquanto registro gráfico de correspondência entre dois espaços, é também uma mensuração do mundo. Para esse trabalho, acredita-se na asserção de que cartografar amplia as possibilidades de representação, complementando informações que a linearidade de um texto e o confinamento da perspectiva da fotografia não abrangem (COSGROVE, 1999, p.01 e 02). Mapear, ainda segundo o mesmo autor, "is a process which involves both a complex 'architecture of signs' (graphic elements with internal forms and logics capable of theoretical disconnection from any geographical reference) and a 'visual architecture' through which the worlds they construct are selected, translated, organized and shaped."<sup>74</sup> (COSGROVE, 1999, p. 03). O mapa pode apresentar, portanto, os elementos do que se pretende mapear, as relações entre esses e os processos nos quais estão submetidos, podendo essas

---

<sup>73</sup> Denis Cosgrove foi professor na Royal Holloway, Inglaterra, e um proeminente geógrafo cuja produção acadêmica, de abordagem da geografia humana, colaborou para construir as referências contemporâneas sobre a questão da representação, de mapas, aproximando-o de outras linguagens visuais, inclusive a fílmica, e também de novos conceitos, como o de “paisagem cultural”.

<sup>74</sup> Mapear “é uma complexa ‘arquitetura de sinais’ (elementos gráficos com formas e lógicas internas capazes de desconectar-se teoricamente de qualquer referência geográfica) e uma ‘arquitetura visual’, através da qual os mundos que constroem são selecionados, traduzidos, organizados e modelados (COSGROVE, 1999, p. 03) (T.A.)

relações serem analisadas dentro das referências espaciais ou independentes destas. Essas informações podem ser apresentadas através de diversos artifícios de comunicação visual:

That information is also translated through the complex semiotic systems of cartographic representation, which uniquely combine geometry (in projection, measure, scale, gridding and plotting) and graphic images (mimetic and conventional signs, colour coding and calligraphy) with numerical and alphabetic inscriptions and texts. All the resources of visualization and graphic communication are combined in mapping. (COSGROVE, 1999, p. 12)<sup>75</sup>

Trabalhando com esses atributos “universais” dos mapas, há espaço para quebrar com os modos mais tradicionais de representação. Um esforço à parte, proporcionado pelo entendimento do mapa como objeto que transmite informações também sensorialmente, proporciona ao leitor do mesmo uma aproximação com as características do lugar, bem como com as sensações que este pode proporcionar a quem visita e o vivencia diariamente. A intenção foi testar se ele possibilita apresentar esse universo ribeirinho de que trata esta dissertação.

Nesse sentido, buscou-se explorar e ampliar o escopo do proceder usual do arquiteto, normalmente associado ao desenho cartesiano. Acompanhando o fluxo de interesses pertinentes a esse profissional na contemporaneidade, buscou-se também o intangível que permeia cada ação no espaço, principalmente através da memória de indivíduos “anônimos” que compõem as referências de grupos sociais.

(...) the mapping's record is not confined to the archival; it includes the remembered, the imagined, the contemplated. The world figured through mapping may thus be material or immaterial, actual or desired, whole or part, in various ways experienced, remembered or projected.<sup>76</sup> (COSGROVE, 1999, p. 02)

Essa postura foi acionada porque o espaço abordado nessa dissertação já reúne, por si só, peculiaridades que o distinguem do convencionalmente construído nas cidades,

---

<sup>75</sup> "Essa informação também é traduzida através de complexos sistemas de semiótica da representação cartográfica, os quais singularmente combinam geometria (em projeção, medida, escala, grade e esboço) e imagens gráficas (sinais miméticos e convencionais, cores e caligrafia) com textos e inscrições numéricas e alfabéticas. Todas as fontes de visualização e comunicação gráfica são combinadas no 'mapear'." (COSGROVE, 1999, p. 12) (T.A.)

<sup>76</sup> "(...) a gravação do mapa não se restringe ao arquivamento; inclui o lembrado, o imaginado, o contemplado. O mundo representado através do mapear pode ser, então, material ou imaterial, real ou desejado, todo ou parte, de várias formas experimentado, lembrado ou projetado". (COSGROVE, 1999, p. 02) (T.A.)

a grosso modo. Em certos aspectos, é uma contravenção do espaço do arquiteto, do projeto desenhado nos softwares.

A ideia do mapear, portanto, almejaria pensar uma cartografia de Penedo ribeirinho além dos traços que convencionam a leitura técnica da topografia dos solos, das águas, das marcações de paredes, pisos, plantas, ruas e bairros – buscar não só a presença, mas a hipótese ou a falta, destacando o papel da temporalidade. Mais que isso, visa trazer o humano, o não quantificável.

Quando expandimos a visão da geografia para outras áreas, outros aspectos são instigados a partir da reflexão sobre a cartografia. A noção de mapa na obra “Mil platôs”, dos autores Deleuze e Guattari, está vinculada a um pensamento que propõe uma mudança mais profunda na própria forma do indivíduo interpretar e classificar o mundo, questionando a tradição que denominam “arbórea” no pensar da produção do conhecimento.

Esta tradição, marcada pela estrutura de um centro, um pivô, de onde se guiam as ideias-desdobramentos – mesmo quando não binárias, mas múltiplas, ainda se mostram dependentes desse ponto axial, arraigado a um centro, à estrutura em árvore.

Expandem esta usual metáfora botânica para apresentar uma alternativa ao pensar arbóreo através do rizoma, advindo dos tubérculos, da grama, da erva-daninha, mas também dos ratos e suas tocas, dos animais em matilhas<sup>77</sup>.

O rizoma apresenta uma lógica de conexões independentes de uma unidade central, não hierárquica, contém diversos pontos “avulsos” comunicáveis, intercambiáveis: “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p 15). Suas associações não são formadas de múltiplos, mas sim de multiplicidades: “é somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p 15).

---

<sup>77</sup> “Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas. Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva daninha.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p 14)

Essa não é apenas a mudança de um padrão, mas uma subversão mais profunda, que vai de encontro a hábitos já cristalizados e, por isso, demanda um exercício de auto-observação mais atento. Exige um esforço em repensar a forma de ler situações e de analisar fenômenos, ou melhor, um empenho em reestabelecer uma nova abordagem de relacionar as coisas do mundo.

O modelo rizomático, composto de aberturas, pontos de fuga, relações descentralizadas, abraça o arbitrário, os deslocamentos, contemplando variáveis de diferentes naturezas. Incita linhas, não linearidades e sequências diretas, acolhe as pontas soltas que, ao serem conectadas, criam novas pontas soltas; aceita, enfim, o não conclusivo: é “riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p 36). Assim,

“Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p 36)

Da própria contraposição entre rizoma e árvore, surge o mapa em oposição ao decalque<sup>78</sup>. O mapa seria um rizoma ele próprio, assumindo a morfologia do descentralizado: “Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que volta sempre ‘ao mesmo’. Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida ‘competência’” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 21).

Para ir além do mero decalque, da transposição de informações previamente conhecidas sobre o espaço, elencam vários vocábulos e analogias que são estimulados pelo rizoma e, conseqüentemente, pelo mapa.

O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22).

Segundo essa lógica, ele estaria mais apto, no caso dos espaços ribeirinhos, a revelar sua natureza dinâmica do espaço, com suas ambigüidades e acasos. Sempre

---

<sup>78</sup> Como afirmam, “Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque*” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 20). No entanto, os autores deixam claro, entretanto, que essa oposição não é inversamente simétrica. “(...) é *preciso sempre projetar o decalque sobre o mapa*. E esta operação não é de forma alguma simétrica à precedente, porque, com todo o rigor, não é exato que um decalque reproduza o mapa.” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22)

extensível, passível de ser acessado por diferentes entradas, combinados e revirados continuamente.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 21)

Dentro desse panorama, entende-se que cartografar, mais que registrar a disposição das coisas em sua relação geográfica, física, é construir novas relações entre os elementos existentes, ou estabelecer relações criando outras possibilidades de representação, e assim, de interpretação do mundo e da existência humana. Logo, o mapa proposto pode depender de uma mudança mais profunda de observação e análise. No caso dessa dissertação, reconhece-se que é um desafio desenvolver uma cartografia baseada num método rizomático, porém, inicia-se uma busca, um esforço no sentido.

Para criar uma cartografia de Penedo ribeirinho, há que se pensar vários aspectos sobre o que é esse espaço, sua abrangência, seus limites e sua feição, para poder então selecionar o repertório de elementos a serem representados – ainda que eles aludam ao que não está presente.

Ao pensar quais seriam as convenções visuais que comunicariam sobre o lugar, surgem várias questões: ele teria no seu desenho um “dentro” e um “fora”? Se sim, como seria essa delimitação – até onde ela seria rígida ou maleável, até onde os elementos penetrariam as supostas fronteiras? Como grafar os limites e as conexões entre essas localidades? Ou estaria o fora dentro do Penedo ribeirinho e vice-versa, de modo que a feição da cidade na produção cartográfica em desenvolvimento dispensaria delimitações, representada como uma amálgama?

A moldura destaca, via de regra, o que está dentro; não existe moldura para o ilimitado. Reconhecendo esse efeito, como demonstrar num mapa um enquadramento fluido, com elementos selecionados, mas admitindo a própria limitação, ou seja, deixando claro que fora desse escopo há muito mais? Como representar, no mapa-objeto, o que está fora dele, aludir ao que está além?

Considerando que todo mapa é limitado intrinsecamente, a seleção não precisa necessariamente contemplar a ideia do que está fora, do desconhecido, como uma espécie de cooptação das limitações na natureza subjetiva do mapa servindo de forma

metalinguística, porém sutil, como crítica a si mesmo, ao próprio ato de mapear. O que pode ser trabalhado de forma mais efetiva é como essa limitação, essa margem se apresenta. A forma da moldura pode caracterizar um mapa que secciona rigidamente, enquadra a finitude, de um “espaço amostral” em isolamento rígido, geometrizado, ou seu recorte pode ser delimitado de forma mais livre, sem cercá-lo com contorno e sem definir uma fronteira para o mapa, com o fim do próprio conteúdo do mapa embutido numa finalização gradativa dos elementos, ou mais orgânica.

Quanto às fronteiras espaciais, no mundo e na representação: se na experiência empírica, elas se mostraram um tanto flexíveis, no mapa, todavia, uma coisa é certa: limites existem, ainda que construídos para serem temporários, mutáveis, ou mesmo indistinguíveis.

(...) in mapping, as in picturing, the frame can connect to quite different epistemologies in fulfilling its fundamental topological functions, not only of separating inside from outside, but also of producing and organizing unity and totality within the space so contained. (COSGROVE, 1999, p. 10)<sup>79</sup>

Além disso, a flexibilidade não está só na indefinição de um limite, ou na constatação de um limite fluido, cambiável, mas, voltando ao universo ribeirinho, reforça seu caráter de itinerância. Habitam vários lugares, normalmente se mantendo junto ao rio, e por isso há muita troca entre esses sítios (na medida em que visitam, intercambiam experiências, memórias). Como pássaros a levar sementes de um canto a outro, os saberes, as crenças e os modos de expressão se cruzam.

Além disso, a interação entre localidades pode variar de intensidade. Assim, no mapa conjecturado, um lugar poderia estar representado mais próximo de uma localidade geograficamente mais distante em comparação com outra, quando considerações de ordem qualitativa (ex: níveis de sociabilidade entre os dois lugares) se mostrarem mais significativas que o dado “quilômetro”.

O que anima o cotidiano desse universo, até agora percorrido nos seus deslocamentos de escala macro, é, como se viu, alimentado pelo trabalho do corpo, da mão, do micro: da escala da arquitetura e, por fim, do objeto, mas sempre relacionados aos agentes que os constroem e manipulam.

---

<sup>79</sup> “(...) no mapa, como na pintura, a moldura pode conectar-se a epistemologias bem diferentes cumprindo suas funções tipológicas fundamentais, não apenas separando o dentro do fora, mas também produzindo e organizando unidade e totalidade no espaço contido” (COSGROVE, 1999, p. 10) (T.A.).

Então, fez-se necessário, no mapa, identificar quem são as pessoas e os grupos que compõem o sistema ribeirinho, os papéis que exercem e como eles se materializam no recorte de estudo. O pescador e o barqueiro; o pequeno trabalhador rural; o filho do pescador; a mulher; as entidades institucionais; etc.

O mapa pode contemplar uma forma de representar os verbos que na paisagem são predominantemente, embora não unicamente, executados pelos homens – construir, reparar/consertar, conduzir, navegar – mas também outros verbos, bastidores dos primeiros – preparar, arrumar, tratar, (des)fiar, despincar, cozinhar.

Mas pode-se ir além das ações: para que o mapa abranja uma ambiência convincente, o aspecto sensorial, as memórias, os gestos e significados espaciais são indispensáveis – o mapa deve conter narrativas dos lugares, ações e práticas humanas, expressões e afetos.

O recorte dos elementos da paisagem ribeirinha do capítulo anterior estimulou o olhar a paisagem através de filtros ou pontos de partida, organizando o pensamento e as inquietações sobre a representação desses espaços.

No universo ribeirinho aqui abordado, o rio não apenas corre: gira em torno de tudo, e tudo gira em torno dele. Então, como representá-lo? Num curso de água único? Num rendilhado cujos fios cercam e penetram a terra sutilmente? Ou mesmo para além de um caminho de água, molhando toda a terra, invadindo o solo firme de canoas e peixes (de caráter ao mesmo tempo metafórico e ironicamente alusivo ao fenômeno das cheias hoje quase inexistente)? Talvez num círculo que rodeia um centro, circundando as margens como quem abraça uma ilha... talvez o contrário, círculo de água rodeado de margens cíclicas, em que todas as comunidades podem olhar entre si, trocar entre si, ou mesmo misturar entre si.

Os movimentos das águas, sejam sazonais, sejam ocasionais, causam mudanças na paisagem, graduais ou mais abruptas. Ilhas surgem, ilhas desaparecem... Essa incontingência influenciaria numa cartografia do rio. Como reproduzir a ideia de paisagem em mutação no próprio dia a dia, e também da intuição desenvolvida na percepção daqueles que lidam com ela?

E a margem: mais que simples fronteira, mas lugar com sentido próprio, comporta mais que uma caricatura em forma de linha divisória<sup>80</sup> (poderia surgir como uma linha

---

<sup>80</sup> A preocupação com relação à simplificação da realidade ao retratar uma coastline (linha da costa, litoral) foi abordada por Denis Cosgrove (1999) ao notar que essa deveria ser representada através de

perdendo intensidade de pulsação, simulando os movimentos cada vez mais fracos de cheias e vazantes). E é aí que a margem representada como linha, ainda que não única e rígida, se torna insuficiente: não só a margem é lugar e limite, como também o rio é espaço e fronteira, o estaleiro é recinto e demarcação, e em ambas abordagens esses elementos não mais comportam a uni dimensionalidade da linha divisória.

Rio e margem podem ser acessados, então, de diferentes formas, que podem gerar mapas de diferentes filtros ou abordagens, de referências coletivas ou individualizadas. A cartografia ribeirinha pode contemplar desde panorâmicas a recortes de detalhe, seja criando uma conexão entre os vários mapas, seja gerando um produto cartográfico uno, através de sobreposições, junções ou da total reelaboração de uma síntese final, fragmentada e manipulável.

Em Penedo, a vista do porto, o casario, as igrejas ao fundo e a Rocheira são, talvez, os grandes marcos paisagísticos quando vistos do rio, compondo não só numa cartografia ribeirinha de Penedo, mas também do próprio São Francisco. Mas para um mapa do cotidiano, a paisagem é formada de outros marcos, algumas vezes invisíveis para olhos “leigos”. Não haverá um monumento arquitetônico marcando onde morreu afogado um conhecido, onde está enterrado o cachorrinho do Leo, o local onde se pegou muito peixe ou o barco encalhou, mas esses pontos no espaço podem ser localidades tão referenciais (ou até mais) quanto a da materialidade nas edificações e nos acidentes geográficos.

Um caminho para uma síntese cartográfica do espaço poderia ser criar um mapa “amálgama de localidades”, contemplando seus usos, trajetórias, apropriações, seus significados. Mas como se daria a relação entre essas localidades nessa cartografia? Se as pessoas não apenas passam pelos lugares, mas os lugares passam pelas pessoas, permanecem, se movem nas suas lembranças e sentimentos? Se Penedo não é só um ponto ou zona espacial?

Nessa amálgama, regiões maiores não apenas podem conter as menores, como é natural imaginar, mas também podem estar contidas nelas. O rio quintal, rio dos banhos, das lavadeiras, do pescador: ele está em Penedo, em Propriá, em Pão de Açúcar, na ilha do Zé Rufino, na Ponta da Mufina e outros pequenos povoados, na memória de infância e no presente, então cada lugar desse está contido neles, na localização geográfica ou por tabela, associação.

---

zonas e não de linhas, devido ao espaço instável gerado entre as marés altas e baixas - a escolha pela linha revela arbitrariedade na hora de traçá-la.

As localidades não precisam separar-se umas das outras, pois se interseccionam constantemente. Elas se definem dentro dos compartilhamentos da vida ribeirinha, e não nas suas características distintivas, nos marcos únicos, na igreja que só existe em um canto, na formação rochosa que só existe em outro. As cenas ribeirinhas, ainda que com suas particularidades, se repetem ao longo do Baixo São Francisco, e assim o lugar pode ser representado por gestos, por palavras que indiquem ações, sentimentos, por falas e fotografias. Eles se sobrepõem, alternam, ou se complementam.

O mapa acolherá a água, a terra, a vegetação. Espacializará a margem com relação ao rio, ou esquecer a distinção e tratar circuito ribeirinho como único – uma corrente que, embora não inunda, ainda invade as casas, as feiras, as cidades, os sonhos, os medos.

Além de pensar um sistema de localidades intercambiadas, podemos observar mais de perto alguns elementos importantes para esse cotidiano. Um deles é o barco. Temos a embarcação movimento, que desloca e transporta, e a embarcação plataforma, que apesar de móvel, deixa estar, mantém-se parada, inspirando uma outra imagem. Para o primeiro significado, possíveis linhas, setas, indicações de rastros; a comunicação entre diferentes pontos no espaço, em que se busca simbolizar as embarcações enquanto pontes entre lugares, rotas. Já o segundo combinaria fluidez com segurança, dinâmica com estabilidade.

Dessa forma, surgiria também como recinto que empresta o sentido de lugar ao rio; como uma ilha construída que pode se deslocar até a margem quando o pescador precisar levar seu pescado à terra firme e voltar a ser ilha quando necessitar estar cercado por água e peixes novamente.

Para uma compreensão mais rica da importância da embarcação para a vida nas margens, essencial para a existência da mesma, sua convenção cartográfica pode salientar não apenas o papel que ela exerce no desenrolar desse cotidiano, mas também num sentido mais pessoal, nas afeições, e, na direção quase contrária, o seu aspecto estético, visualizado não só por quem vive nesses espaços, mas por quem somente o aprecia de longe.

Também pode-se interpretar a embarcação como dispositivo ergonômico, independente. Ou como personagens da paisagem, presentes diariamente que, nomeados pelos donos, nomeiam também o rio.

No tocante aos espaços dos estaleiros, o conceito de fragmento também pode ser levado para a elaboração do mapa como um todo:

O Fragmento semeia a dúvida. Ele pode ser um pedaço, uma etapa ou um todo, até, o contrário de si mesmo. O acaso se instala. A arquitetura tem grandes dificuldades em enfrentar os riscos do acaso, do aleatório, do arbitrário, do fragmentário. (JACQUES, 2001, p. 44)

Como ilustrar em um mapa a alusão de reciclagem embutida nesse espaço, essencial numa realidade de poucos recursos econômicos? Mais que isso, como representar a reciclagem que faz de si mesmo?

Cabe apresentar a noção da reutilização e adição dentro da lógica da escassez. Parte do material do próprio mapa pode ser utilizado na construção de uma abstração do próprio estaleiro – como um pedaço de papel rasgado aqui que constrói um símbolo mais adiante. Mas não só disso: se conforma com a matéria-prima direta ou reutilizada da superfície do mapa, mas também com aditamentos de outros materiais, vindos da cidade, da indústria.

Essa possibilidade pode empreender uma forma que remete ao conceito de abrigo no tocante à fragilidade da condição social da comunidade que constrói e utiliza os estaleiros. Uma forma tridimensional, se pensada em um contexto que a saliente, pode fortalecer a noção de centralidade que a edificação remete ao cotidiano das pessoas inseridas naquele contexto, podendo ser enfatizada com tiras que direcionam para a forma, para um meio, um núcleo, ainda que não perfeitamente central. Se pensada junto com uma estética da irregularidade, simetria e assimetria, explorando os vários materiais já mencionados, o estaleiro surgiria mais no seu perfil arquitetônico de guarida.

Para transmitir esse seu papel seria preciso pensar outras formas de comunicação sensorial e cartográfica, fortalecendo a ideia de centralidade já abordada, mas expandindo-a igualmente.

Seguindo a lógica de construção do estaleiro (e de vários outros espaços, a exemplo das favelas), os mapas podem mesclar ora gráficos, ora desenhos com tabelas, criar infográficos, ou mesmo desdobrar de algum desses artifícios descrições escritas e visuais, como se comportassem hipertextos, ou seja, permitindo uma visualização em camadas, em diferentes escalas de aproximação do olhar, como que acessado em diferentes “zooms”, fora de uma hierarquia de sequência espacial. Desse modo, o

“detalhe” e o “geral” permeariam essas diversas instâncias, cruzando-se continuamente.

Um outro caminho poderia ser flexibilizar as limitações entre interior e exterior, ou, pelo menos, valorizar a feição do estaleiro no espaço de fora, ao redor de seus barracos, que se expande além do abrigo – estaleiro enquanto espaço que, mesmo aberto, abraça as atividades dos mestres de embarcação.

#### **4.1. Mapa objeto**

As narrativas sobre uma cartografia ribeirinha tiveram, até agora, uma natureza especulativa e, por isso, muitas possibilidades foram levantadas, muitos caminhos foram abertos. Para experimentar uma construção física, uma narrativa cartográfica palpável, foi preciso estabelecer um exercício que guiasse a sua concretização, face a tantas possibilidades.

Conforme colocado, uma cartografia do universo ribeirinho deve apresentar a capacidade de se adaptar, de expandir, esticar, retrain, revirar. Acrescentar e retirar. Através do potencial de substituir partes, questiona-se a ideia do todo, sendo ele também uma parte – que a harmonia do “todo” não dependa da ideia de completude, e que a própria necessidade de harmonia seja questionada. Aceitar a ideia da falta, da carência, do vazio. Pode contemplar símbolos para elementos, do hoje ou do passado, do imaginado, do sobrenatural, do recordado, do temido, do sentimental, das lembranças, literais ou abstratos. Do improvisado, das soluções híbridas e materiais diferentes, mestiços, retalhados: a textura como um dos aspectos que mais enriquecem visualmente e tatilmente. Aspecto heterogêneo, com regularidades e irregularidades.

Guiada por esses conceitos-chave, extraídos da experiência ao longo desses quase seis anos em Penedo e no São Francisco, produzi um exercício cartográfico desse espaço habitado, materializando essa vida ribeirinha, observada, escutada, fotografada, descrita, cartografada, recriada, enfim. Esse mapa fecha a dissertação, mas ao mesmo tempo não é um fechamento – é menos um produto final ou sintético que um ensaio, arranjo formal que pode ser aumentado, desmembrado, remodelado. Para tanto, definiu-se um ponto de partida: criou-se uma situação, induzida pelo universo aqui estudado, para colocar novamente em exercício a representação do lugar. Definiu-se que o condicionamento circunstancial que guia os processos de

construção do espaço ribeirinho poderia também guiar as possibilidades e limitações para a escolha de materiais e construção da forma cartográfica aberta à contingência, ao acaso.

O mapa passa a acontecer a partir do momento em que tomei a decisão sobre os materiais, procurando o que estivesse à mão, remetendo às circunstâncias e à materialidade dos estaleiros, e esses foram coletados de acordo com a disponibilidade casual, sobras ou restos que estavam à disposição, catados na minha casa ou na rua. A sua construção foi planejada para acontecer dentro de um tempo limitado, com os recursos disponíveis. Procurei por tecidos, plásticos, papéis, bem como restos de produtos de papelaria utilizados anteriormente em outros trabalhos. Sacos de lixo, panos usados, rolos de papel higiênico, velas, canudos, cordões, fitas métricas, tintas, zíperes.



**Figura 208:** alguns materiais coletados no exercício. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2015.

Tal qual o objeto síntese relatado no capítulo 2, aqui as soluções formais puderam ser diversificadas; assim, pôde-se unir dois ou mais elementos com cola, esparadrapo, fita adesiva, linhas e laços, grampeador, massas epóxi, alfinetes e até mesmo parafina derretida.

Os achados foram associados a uma seleção quase aleatória de fotografias tiradas nesse trabalho, escolhidas pelos elementos que retratavam, porém sem um propósito definido para eles *a priori*.



**Figura 209:** recortes de embarcações. **Fonte:** Louise Cerqueira, 2015.



profundidade e certa dureza, criando alguma forma geométrica – irregular – a partir das faces semi-soltas.

Em suma, foi um experimento finito, “interrompido”, porém que se dispõe a sofrer intervenções e a ser prolongado indefinidamente, ou, na verdade, “espera” que isso aconteça, mimetizando alguns processos identificados nesse estudo.

Ciente de que o mapa existe concretamente como um objeto, a tentativa de representá-lo em imagens compromete seus atributos tridimensionais, táteis e móveis. Mesmo assim, será apresentada uma sequência de fotos que buscam mostrar o mapa inicialmente em seus detalhes, seguido de algumas visões do todo.



Figura 211, 212, 213 e 214: detalhes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.

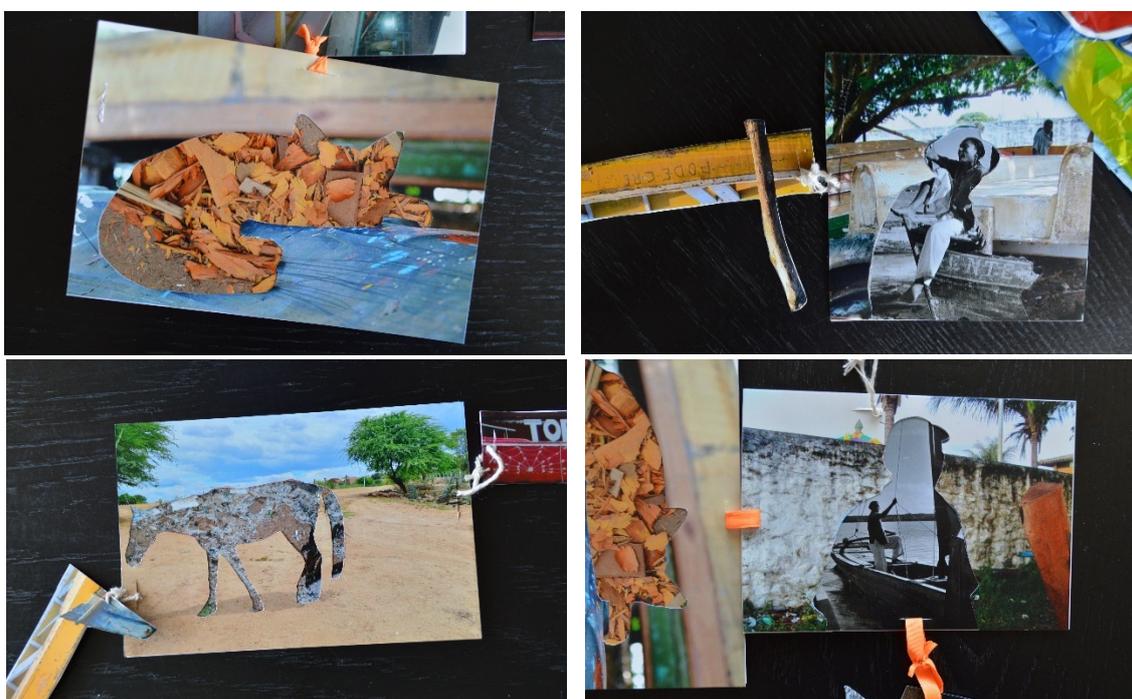


Figura 215, 216, 217 e 218: detalhes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.



Figura 219 e 220: montagem com recortes. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.



**Figura 221: métrica ribeirinha. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.**



**Figura 222 e 223: montagens. Fonte: Louise Cerqueira, 2015.**





## Considerações finais

O estaleiro abriga, o ribeirinho manufatura, a embarcação abre passagem, o pescador manipula o instrumento, a isca atrai, a armadilha captura, o tempo passa, a mão coleta. Muito da construção da narrativa espacial aqui desenvolvida se deu através do processo contínuo de desconstruir e reformular, quebrar e reorganizar. O olhar sobre o “recorte espacial” do estudo foi expandido, a paisagem, desmembrada em partes, decupada. Depois esses pedaços foram relacionados de modo a transformar o próprio entendimento das partes.

Em certa extensão, o objeto síntese apresentado no capítulo 2, além de conter sua própria espacialidade, também funcionou como um mapa do espaço ribeirinho – a forma desenvolvida abordou seus processos de construção, uso, apropriação dos estaleiros, sua morfologia, sua estética, minhas sensações e observações como pesquisadora. Em contrapartida, também o mapa, segundo desenvolvido nessa dissertação, pôde apresentar soluções sensoriais e abstratas que comunicaram sobre o espaço, como foi o intuito do objeto anterior. Desse modo, a construção do objeto cartográfico no final desse trabalho se aproximou bastante do processo levado no anterior, construindo uma espiral.

Durante esses anos pela vida no rio, pude constatar o quanto a fotografia pode ser uma ferramenta relevante de registro, pois não raro a fala dos entrevistados era menos precisa que sua gestualidade, seus traquejos. Mestre Pedro revelava mais sobre seu modo de vida movendo-se entre os entulhos, preparando café na terra batida, afugentando os gatos que se acomodavam nas suas coisas e cortando agilmente a madeira para construir suas miniaturas de embarcações antigas do rio. Mestre Lula completava sua fala exemplificando com as mãos, os braços, o corpo. Desenhava no chão com um graveto e apagou com o pé as velas do São Francisco. Abriu grandes lonas, chamou um amigo para me demonstrar os esforços de velejar nas corridas de embarcações e abriu sua casa para que eu a conhecesse, bem como sua esposa. Quando não verbalizado ou gestualizado, estava explícito, no espaço, o que no discurso era subentendido; o lugar oferecia no chão, nos objetos, nos arranjos físicos, enfim, as próprias marcas do cotidiano, com suas possibilidades e limitações, seus agenciamentos e significados. O mundo a sua volta ilustrava, direta ou indiretamente, o que era falado e também o que era omitido.

O caminho trilhado nessa dissertação só foi possível porque, em campo, encontrei pessoas com boa vontade não apenas para conversarem comigo sobre suas vidas, mas também por terem me acolhido, mostrando suas técnicas, navegado comigo pelo rio, me recebido dentro de suas casas, dividindo comigo, enfim, um pouco das suas vidas, um pouco dos seus sentimentos.

Lamento não ter conseguido acessar um universo imprescindível nesse trabalho, que é o feminino. A razão deveu-se às mulheres não se fazerem muito presentes nas margens e pelas limitações de recorte demandadas por um trabalho de dissertação. Porém, sabe-se que se obterá sempre uma compreensão parcial quando as várias dimensões de gênero não são contempladas. O trato sobre espaço habitado ribeirinho também demandaria uma maior atenção às casas dos mestres e pescadores. Como a maior parte dos depoentes acessados era masculina e o estudo estava focado no cotidiano com o rio, tais condições me conduziram naturalmente a outros espaços que não o doméstico, salvo raras exceções. Mas esses são temas reconhecidos como fundamentais e de interesse pessoal, e que portanto pretendo investigar em trabalhos futuros.

## Referências

- ANDRADE, Mário de. *Anexo VI: Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Campanema (1936)*. IN: IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Fundação nacional Pró-memória, 1980.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)
- BARDI, Lina Bo (org.). *Tempos de Grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 14ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>
- BRASIL. *Lei 378, de 13 de janeiro de 1937*. Publicada no Diário Oficial da União em 15 de janeiro de 1937.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Redobra n. 9*. Salvador: Cian Gráfica e Editora Ltda, 2012.
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corporidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CERULLO, Flávia Campos. *Olhares e memórias: Representações históricas do Rio São Francisco e a paisagem urbana de Penedo/AL*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- CHESEF. *Programa de resgate cultural de pescadores e pescadoras do Baixo São Francisco*. Recife, 2011.
- COSGROVE, D. (Ed.). *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999.
- DANTAS, Cármen Lúcia; BARADEL, Alex (orgs.) *Alagoas de Pierre Fatumbi Verger*. Maceió: Caleidoscópio, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. Tradução de Aurélio Guerra Neto In: \_\_\_\_\_ *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol 1.* . Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 10–36.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O Liso e o Estriado. In: \_\_\_\_\_ *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Vol 4.* Tradução de Peter Pál Pebart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. p. 157–189.

DUARTE, Aberlardo. *Dom Pedro II e Dona Tereza Cristina nas Alagoas. Parte 1: A viagem ao Penedo e outras cidades Sanfranciscanas e à cachoeira de Paulo Afonso* (pg. 27 a pg. 87). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

FLUSSER, Vilém; CARDOSO, Rafael (Org.). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.* São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os movimentos no imaginário urbano contemporâneo.* São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

FRYRE, Gilberto. *Nordeste.* Rio de Janeiro e São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1951.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra & história do Brasil (1576).* Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1995, p. 05.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico.* Rio de Janeiro, 1860.

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15775&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> Acessado em 25 de fevereiro de 2015.

ICOMOS. *Carta de Washington - Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.* Washington: ICOMOS, 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>. Acesso em: 24 de março de 2014.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.* Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1980.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Embarcações tradicionais recebem o reconhecimento como bens do patrimônio cultural do país.* Disponível em:

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *INRC - Manual de Aplicação.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Paisagem Cultural. Chancela da Paisagem Cultural.* 2009. Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>

JACQUES, Paola Berenstein. *Breve histórico da Internacional Situacionista – IS (1).* Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/>>

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOBAYASHI, H.; NGUYEN, T. N.. *Body based units of measurement for building Katu community houses in Central Vietnam*. IN Correia, M.; Carlos,G.; Rocha, S. Vernacular Heritage and Earthen Architecture: contributions for sustainable development. Taylor & Francis Group, London, UK, 2014.

LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; POPE, Zulmira Canário (Org.). *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

MÉRO, Ernani. *Perfil do Penedo*. Maceió: SERGASA, 1994.

Ministério do Meio Ambiente. Programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/PRSF/\\_arquivos/diag.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PRSF/_arquivos/diag.pdf) [Acessado em 14 de dezembro de 2014].

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão ao estado do Brasil* – 1612. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL: Recife, 1955. p. 169, 170.

ONG Canoa de Tolda. <http://canoadetolda.org.br/>, acessado em março de 2014.

RIEGER, Ana. *Imagens do Baixo São Francisco: A percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha*. Dissertação de mestrado. Aracaju: UFS, 2001.

RUDOLFSKY, Bernard. *Architecture without architects*. New York: Museum of Modern Art, 1964.

SILVA, Maria; CERQUEIRA, Louise. Working and living: The fishermen and their settlements in Alagoas, Brazil. IN Correia, M.; Carlos,G.; Rocha, S. Vernacular Heritage and Earthen Architecture: contributions for sustainable development. Taylor & Francis Group, London, UK, 2014.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. *Edições técnicas sobre patrimônio material 2. Patrimônio Naval Brasileiro*. Brasília, DF: IPHAN, 2012.